



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GUSTAVO ALBERTO CABRERA ALVAREZ

**FUCVAM:
OS SEM-TETO URUGUAIOS NA CONTRAMÃO DO
NEOLIBERALISMO**

Londrina
2008

GUSTAVO ALBERTO CABRERA ALVAREZ

**FUCVAM:
OS SEM-TETO URUGUAIOS NA CONTRAMÃO DO
NEOLIBERALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado.

Londrina
2008

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C117f Cabrera Alvarez, Gustavo Alberto.
FUCVAM : os sem-teto uruguaios na contramão do neoliberalismo /
Gustavo Alberto Cabrera Alvarez. – Londrina, 2008.
153f. : il.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual
de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2008.
Bibliografia: f.149-153.

1. Lutas sociais – Teses. 2. Conflito social – Teses. 3. Movimentos
sociais – Teses. 4. Neoliberalismo – Teses. I. Machado, Eliel Ribeiro. II.
Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências
Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.48

GUSTAVO ALBERTO CABRERA ALVAREZ

**FUCVAM:
OS SEM-TETO URUGUAIOS NA CONTRAMÃO DO
NEOLIBERALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado (UEL).

Prof. Dr. Jair Pinheiro (UNESP-MARÍLIA)

Prof. Dr. Elsio Lenardão (UEL)

Londrina, 30 de junho de 2008.

AGRADECIMENTOS

Talvez uma das páginas mais difíceis de escrever seja esta, não por falta de reconhecimento às pessoas que colaboraram comigo, senão pela força que devo fazer para conter essa erupção de nomes e rostos que brotam do meu interior e se põem à minha frente como um filme de lembranças desta longa caminhada que começou no ano de 2004, junto com meus colegas *gepalinos*. Um nome se coloca à frente sozinho, o meu orientador, professor, coordenador do Gepal e, fundamentalmente, amigo: Eliel, pela sua enorme contribuição e pela sua decência indeclinável. Todos os *gepalinos* e também os amigos do Neils estão nessa erupção vulcânica de agradecimentos. Aparecem também todos os professores do Mestrado e da Especialização da UEL. Os professores Jair Pinheiro e Elsie Lenardão que desde a banca de qualificação foram luz e guias desta pesquisa. Ao professor Marcel Fonseca Carvalho da FANORPI, infinitos agradecimentos pelas inúmeras contribuições, soluções práticas e paciente leitura. Ao professor Alfredo Falero, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República do Uruguai, pela sua desinteressada e entusiasmada contribuição acadêmica com esta pesquisa. Aos meus familiares, amigos e vizinhos de Montevideu que me facilitaram tantos meios materiais para ter acesso ao meu objeto de estudo, entre os muitos, lembro-me de: Mariela, Ana, Charo, Péricles, Batatinha e a todos os amigos da FUCVAM que sempre me receberam com a maior cordialidade. A lista é interminável. A todos, estejam ou não nesta página, fico eternamente grato.

CABRERA ALVAREZ, Gustavo. **Fucvam**: os sem-teto uruguaio na contramão do Neoliberalismo. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

Estuda o comportamento político do movimento dos sem-teto uruguaio, organizados em torno de uma federação de cooperativas de construção de moradias por ajuda mútua chamada FUCVAM durante o período de hegemonia neoliberal dos primeiros anos do século XXI. Analisa as relações desse movimento social com o sistema político-eleitoral, em especial, com a força de esquerda Frente Ampla que governa o país desde 2005. Problematiza sobre a sua autonomia de ação em relação aos partidos de esquerda. Desde uma ótica marxista, analisa os processos históricos que desembocaram nas formações políticas atuais do Uruguai e os movimentos de acomodação do capital dentro do bloco no poder. Aponta como principais resultados: a) o extraordinário desenvolvimento do sistema político-partidário uruguaio não conseguiu evitar o surgimento de “novos” atores políticos que a partir de 1980 disputam espaços de participação não institucionalizados nas estruturas estatais; b) a ascensão do capital financeiro dentro do bloco no poder até se constituir em fração hegemônica provocou a subordinação da política habitacional à política financeira, afetando diretamente os interesses dos trabalhadores sem-teto; c) o processo de segregação urbana é uma estratégia do capital para redistribuir renda em prejuízo da classe trabalhadora; d) com a posse do governo da Frente Ampla, a partir de 2005, a burguesia uruguaia reconquistou o apoio das classes subalternas e retoma o processo de aumento de taxas de lucro; e) a retração experimentada na cena política dos setores da direita foi compensada e, até superada, com avanços no terreno ideológico que dificultam a mobilização dos setores populares e facilitam a satisfação dos interesses econômicos da burguesia. Conclui que a autonomia do movimento dos sem-teto uruguaio, pertencente à FUCVAM, encontra-se limitada pelos vínculos pessoais existentes entre seus integrantes e a Frente Ampla.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Neoliberalismo. Estado burguês. FUCVAM. Frente ampla.

CABRERA Alvarez, Gustavo. **Fucvam**: the Uruguayans homeless on the wrong side of the Neoliberalism. 2008. 156p. Dissertation (Masters Degree in Social Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

It studies the political movement behavior of the Uruguayans homeless, organized around a federation of houses construction's cooperatives by mutual aid call FUCVAM during the neoliberal hegemony of the first years of XXI century. It analyses the relationship of this social movement with the political and electoral system, in particular, with the strength of the left Broad Front that ruled the country since 2005. It problematizes about their autonomy of action with regard to the left parties. From a Marxist perspective, it examines the historical processes that finished in Uruguay's current political formations and the movements of capital's accommodation within the bloc in power. It pointed as the main results: a) the extraordinary development of the Uruguayan-party political system failed to prevent the emergence of "new" political actors that from 1980 dispute spaces of non-institutionalized participation in state structures b) the rise of financial capital within the block in power until they constitute a hegemonic fraction caused the subordination of housing policies to financial policy, directly affecting the interests of homeless workers; c) the process of urban segregation is a strategy of capital to redistribute income to the detriment of working class; d) with the possession of the government's of the Broad Front, from 2005, the bourgeoisie Uruguayan reconquered the support of the subaltern classes and repeats the process of increasing rates of profit; e) the retraction experienced in the sectors of the right political scene was compensated and, even surpassed, with advances in the ideological field which hamper the mobilization of popular sectors and facilitate the satisfaction of the economic interests of the bourgeoisie. It concludes that the autonomy of the motion of Uruguayan's homeless, owned by FUCVAM, is limited by personal ties between its members and the Broad Front.

Keywords: Social movements. Neoliberalism. Bourgeois state. FUCVAM. Broad front.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	– Uruguai população Urbana e Rural	15
Ilustração 2	– Casas do Bairro Três de Abril.....	87
Ilustração 3	– Bairro Três de Abril: Biblioteca	105
Ilustração 4	– Bairro Três de Abril: Escola	105
Ilustração 5	– Bairro Três de Abril: Creche	105
Ilustração 6	– Bairro Três de Abril: Salão Comunitário	105
Ilustração 7	– Mapa de Montevideú	127
Ilustração 8	– Monumento em Praça Central do Bairro Três de Abril	142
Ilustração 9	– Placa em Praça Central do Bairro Três de Abril.....	142
Ilustração 10	– Solidariedade com uma moradora acidentada em Bairro Três de Abril	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	– Aliança Cooperativa Internacional
AFE	– Administración de Ferrocarriles del Estado
ANCAP	– Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland
BHU	– Banco Hipotecario del Uruguay
CCU	– Centro Cooperativo del Uruguay
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNT	– Convención Nacional de Trabajadores
CONAPRO	– Concertación Nacional Programática.
COVIJOR	– Cooperativa Jóvenes Reciclar
CTU	– Central de Trabajadores del Uruguay
FIDEL	– Frente Izquierda de Liberación
FMI	– Fondo Monetario Internacional
FNV	– Fondo Nacional de Vivienda
FUCVAM	– Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua.
IAT	– Instituto de Asistencia Técnica
INE	– Instituto Nacional de Estadísticas
MIR	– Movimiento Izquierda Revolucionario.
MLN	– Movimiento de Liberación Nacional
MUSP	– Movimiento de Unificación Social Proletario
ONAJPU	– Organización de Jubilados y Pensionistas del Uruguay
OSE	– Obras Sanitarias del Estado
PIT-CNT	– Plenario Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores
SUNCA	– Sindicato Único de la Construcción
UR	– Unidad Reajutable
UTAA	– Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	14
1 AS LUTAS SOCIAIS NO URUGUAI	14
1.1 ALGUNS DADOS SOBRE O URUGUAI	14
1.2 AS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA.....	17
1.3 OS PARTIDOS POLÍTICOS.....	19
1.3.1 Antecedentes históricos	20
1.3.2 O <i>batllismo</i>	26
1.3.3 Crise do <i>batllismo</i>	31
1.3.4 O <i>neobatllismo</i>	34
1.4 O MOVIMENTO SINDICAL.....	36
1.5 OS PARTIDOS DE ESQUERDA	38
CAPÍTULO II	41
2 O URUGUAI SOB O NEOLIBERALISMO	41
2.1 A ESTRUTURA ECONÔMICA.....	41
2.1.1 O intervencionismo do Estado.....	43
2.2 AS PRIMEIRAS MEDIDAS LIBERAIS.....	46
2.3 A REORGANIZAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS	50
2.3.1 Surgimento da Frente Ampla.....	51
2.3.2 O movimento sindical	55
2.4 A DITADURA MILITAR	57
2.5 O RETORNO À DEMOCRACIA	59
2.6 O BLOCO NO PODER NA DÉCADA DE 1980	61
2.7 O NEOLIBERALISMO NO URUGUAI	66
CAPÍTULO III	70
3 A FEDERACIÓN URUGUAYA DE COOPERATIVAS DE VIVIENDA POR AYUDA mútua (FUCVAM)	70
3.1 APRESENTAÇÃO.....	70
3.2 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO URUGUAI	72

3.3 AS ORIGENS DA FEDERAÇÃO.....	74
3.4 A FUCVAM COMO MOVIMENTO COOPERATIVO.....	79
3.5 FUCVAM SE TRANSFORMA EM MOVIMENTO SOCIAL.....	88
3.5.1 FUCVAM NA CONAPRO.....	92
3.5.2 O crescimento da FUCVAM e a ocupação de terras.....	101
3.6 A FUCVAM E AS OUTRAS FORÇAS SOCIAIS.....	109
3.6.1 As comissões pró-referendos.....	111
3.6.2 A construção de uma nova frente social.....	115
3.7 RELAÇÃO DA FUCVAM COM O GOVERNO DA FRENTE AMPLA.....	120
3.7.1 Evolução da Frente Ampla.....	120
3.8 A FUCVAM E O GOVERNO DA FRENTE AMPLA.....	125
3.8.1 A questão da habitação.....	125
3.8.2 Primeira etapa: colaboração com a Frente Ampla.....	128
3.8.3 Segunda etapa: mobilizações contra a burguesia.....	131
3.8.4 Terceira etapa: críticas e mobilizações contra a Frente Ampla.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	149

INTRODUÇÃO

O triunfo nas eleições de 2004, no Uruguai, e a posse do governo de centro-esquerda Frente Ampla, em 1º de março de 2005, criaram uma situação política totalmente diferente da vivida no país desde sua independência, em 1828. As mesmas circunstâncias que propiciaram alianças eleitorais entre os partidos de esquerda e a posterior fundação da Frente Ampla, ambientaram também a unificação dos sindicatos autônomos numa central sindical nacional, denominada CNT (Convención Nacional de Trabajadores). A década de 1960 também foi o embrião da *Federación Uruguaya de Construcción de Viviendas por Ayuda Mútua* (FUCVAM). Apesar de serem organizações coletivas independentes umas das outras e desenvolverem atividades em áreas diferentes, existe um histórico de lutas comum às três organizações e vínculos pessoais que poderia estar induzindo a pensar que se trata apenas de uma única organização que opera em diferentes planos. Mas não analisaremos neste sentido, todavia, destacaremos a atuação de uma delas, a FUCVAM, num determinado período (2005-2007), procurando compreender suas relações político-ideológicas com outras forças políticas, principalmente com a Frente Ampla.

Ao que tudo indica, o extraordinário desenvolvimento do sistema político-partidário uruguaio inibe toda forma de participação política fora das categorias legais conhecidas e que os movimentos sociais e sindicatos não seriam mais do que organizações funcionais a esses partidos, como foi sugerido por Carmen Midaglia, em seu livro *Las formas de acción colectiva en Uruguay*.

Nossa questão é outra. Tentaremos verificar que mesmo com um histórico de luta comum e fortes vínculos pessoais com a Frente Ampla, a FUCVAM não é uma simples correia de transmissão dos partidos, sobretudo os de esquerda, com os quais ela mais se identifica política e ideologicamente. A relação é mais complexa e não pode ser analisada em abstrato, vai depender da correlação de forças das classes em luta em conjunturas específicas. Nesse sentido, para se verificar a pertinência dessa complexa hipótese, não desprezamos a atuação da ideologia dominante, de cunho neoliberal, que ganha corações e mentes das classes subalternas, principalmente dos setores da população cooperativados, mas menos esclarecidos politicamente.

Justifica-se uma pesquisa que estude a viabilidade da atividade política desenvolvida fora do sistema político-eleitoral uruguaio, porque amplia o horizonte de possibilidades de luta para a classe trabalhadora; mas, também ajuda a entender uma situação criada em vários países de América Latina em que partidos com históricos de esquerda, uma vez empossados no governo, não conseguem fugir das limitações estruturais que o sistema lhes impõe e acabam desenvolvendo tarefas administrativas funcionais ao capital.

Desde a independência do Uruguai, em 1828, até o ano 2005, alternaram-se no governo os partidos políticos *Blanco e Colorado*. As estratégias de sobrevivência desses partidos inviabilizavam qualquer outro espaço de participação política e ao mesmo tempo os constituíram nos únicos intermediários entre os cidadãos e o Estado. No capítulo primeiro, estudamos a gênese e a evolução desses partidos políticos.

A necessidade de abrir a economia uruguaia ao mercado internacional, gerada pela mudança da conjuntura mundial a partir de 1960, trouxe consigo a urgência de tomar medidas antipopulares que só conseguiram se concretizar de forma autoritária dentro do contexto da ditadura militar que se instaurou no país entre 1973 e 1984. Esse processo de abertura gerou a retirada de apoio aos partidos tradicionais de vários setores das classes subalternas, e possibilitou, dessa forma, o crescimento dos partidos de esquerda, os sindicatos e, posteriormente, a partir do retorno à democracia, o aparecimento de novos movimentos sociais. No capítulo II, estudamos a forma como se deu esse processo de abandono do protecionismo e adoção de uma “economia de mercado” até chegar às reformas tipicamente neoliberais na década de 1990.

As principais conseqüências da crise econômica da década de 1960 foram: a perda da capacidade de retribuição do Estado para com as classes subalternas, a supressão de investimentos sociais, o desmonte do modelo de substituição das importações e o início da abertura comercial. Os custos de habitação foram, em grande parte, transferidos para os trabalhadores que começaram a se organizar em cooperativas de construção de moradia por ajuda mútua e, a partir de 1970, numa federação que reunia o total das cooperativas criadas nessa modalidade. A estrutura dessa Federação não conseguiu ser atingida pelos ataques às organizações populares dos militares durante a ditadura e

conseguiu sobreviver praticamente intacta até o retorno à democracia, tornando-se dessa forma numa espécie de refúgio de lideranças políticas proscritas e, de certa forma, canalizadora da expressão do descontentamento popular com as autoridades militares.

Esta dissertação focaliza o estudo nessa Federação que, a partir do agregado desses elementos políticos, foi se constituindo em um novo movimento social que disputa espaços de participação com os partidos políticos e que teve um papel protagonista na recondução do país à democracia em 1984.

O novo panorama social, criado pelas mudanças econômicas trouxe novas urgências e demandas para o movimento cooperativo por ajuda mútua que em contato com essa nova realidade foi tomando consciência da transcendência da problemática da moradia e abre seus horizontes de luta à questão urbana e aos mecanismos de redistribuição de renda.

O capítulo III está destinado ao estudo da FUCVAM e suas relações com o sistema político, fundamentalmente com a força de centro-esquerda *Frente Ampla*.

Questionamos qual a viabilidade de um projeto de luta autônomo, numa sociedade acostumada a se relacionar com o Estado por meio do sistema político partidário e, fundamentalmente, pesquisar quais as possibilidades de conservar essa autonomia frente à crescente gravitação em torno da *Frente Ampla* que se perfila como herdeira da função mediadora dos partidos tradicionais.

Superamos o critério economicista de luta de classes para nos situarmos, simultaneamente, nos planos político, econômico e ideológico. Essa perspectiva nos permite analisar as estratégias de sobrevivência da fração hegemônica que mantêm uma relação de relativa autonomia do Estado. Analisaremos como essa autonomia permite à fração hegemônica ceder espaços de governo às forças políticas de esquerda sem perigo de perder a possibilidade de continuar com a extração da mais-valia dos trabalhadores e, ao mesmo, tempo veremos como essa retração do cenário político é compensada e até superada com avanços no terreno da dominação ideológica. Uma coisa é certa, por enquanto, a ideologia neoliberal tem avançado em todos os níveis da sociedade uruguaia inclusive, nas camadas mais baixas da população e, também, nos bairros cooperativos da FUCVAM, dificultando as mobilizações e estratégias de luta dos trabalhadores desde espaços situados fora do Estado.

De modo geral o objeto de estudo será a relação do movimento da FUCVAM com a *Frente Ampla*; e de modo específico investigaremos, os limites de sua capacidade de enfrentamento com o bloco no poder a partir de 2005.

CAPÍTULO I

1 AS LUTAS SOCIAIS NO URUGUAI

O elevado grau de politização da população uruguaia se explica nos antagonismos que, ao longo da história, dividiram a população do país. Os agrupamentos da população em torno de interesses rurais ou urbanos, nacionais ou estrangeiros, industriais ou pecuários, liberais ou conservadores, geraram partidos políticos e movimentos sociais que atuam até hoje. Consideramos importante estudar a gênese desses agrupamentos, principalmente o extraordinário desenvolvimento dos partidos políticos que, durante décadas, praticamente monopolizaram toda a vida política do país.

Estudaremos neste capítulo o surgimento dos chamados partidos tradicionais *Colorado* e *Blanco*, também conhecido por *Nacional*; o surgimento da central sindical, do movimento cooperativo e dos partidos de esquerda.

1.1 ALGUNS DADOS SOBRE O URUGUAI

Antes de entrarmos nos temas propostos, faz-se necessário um breve esclarecimento que servirá como fonte de referência para entendermos as dimensões do objeto estudado nesta pesquisa. O nome oficial do país é na realidade uma referência geográfica. Designa-se República Oriental do Uruguai o Estado que se situa no oriente do Rio Uruguai entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil. Os naturais do Uruguai são oficialmente denominados *orientales*, embora seja aceita a denominação de *uruguayos*, por isso neste estudo podem aparecer as duas denominações. Possui uma área terrestre de 176.215 km², dividida em 19 unidades administrativas, os departamentos. A população apresenta índices de urbanização próximos a 92%, concentrando-se principalmente na capital. Segundo o censo de 2004, a população total era 3.241.003 de habitantes, sendo 2.974.714 urbana. A maioria da população urbana

se concentra na capital Montevideu que possui 1.325.968 habitantes. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS: 2007).

A atividade econômica principal é a pecuária, mas a centralização das atividades de exportação, no porto de Montevideu, explica o extraordinário desenvolvimento da capital se comparada com o restante do país.

O mapa seguinte ilustra a distribuição demográfica do Uruguai:

URUGUAY

Población urbana y rural

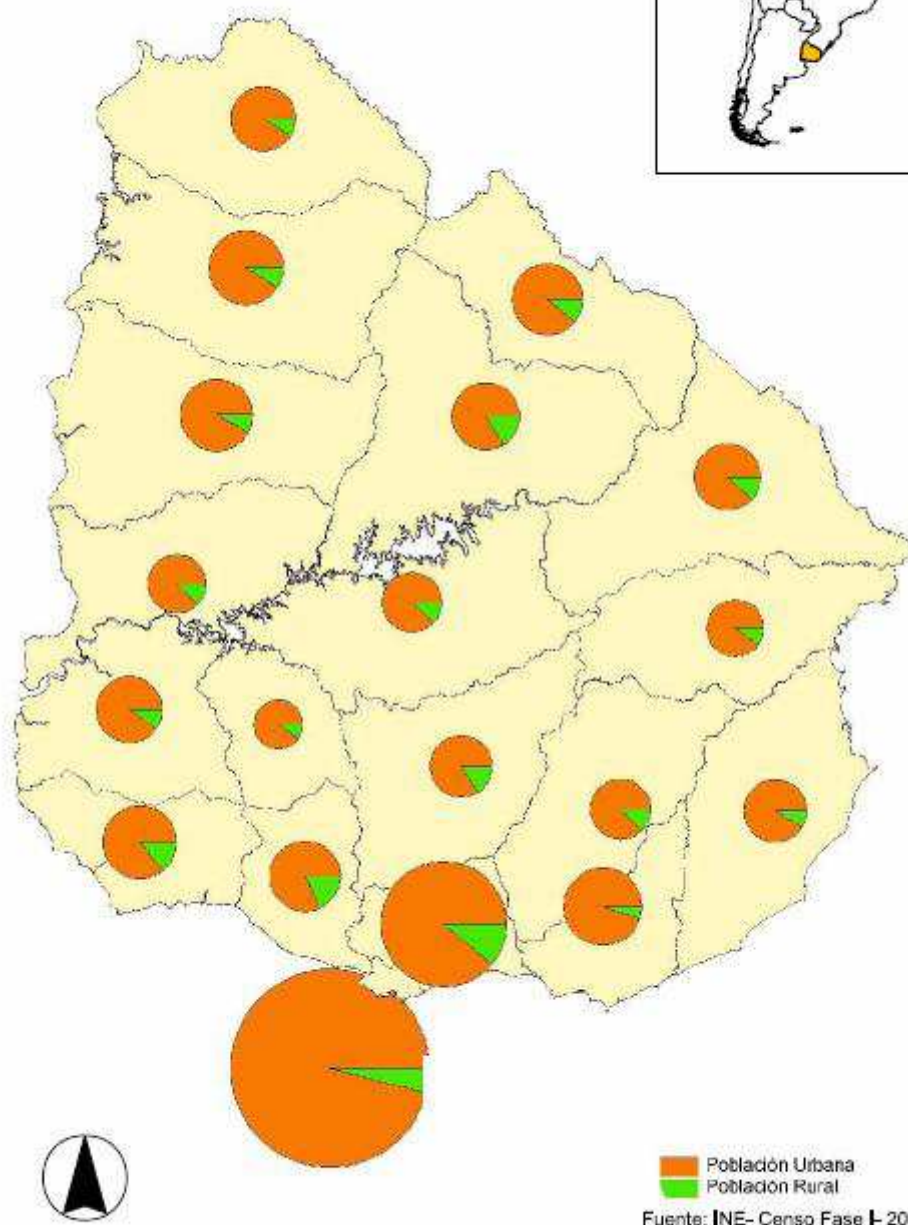


Ilustração 1 – Uruguai: população urbana e rural

O alto índice de urbanização coloca em primeiro plano a problemática da habitação no Uruguai. Daí, também, a importância da abordagem

desta pesquisa.

1.2 AS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA

A independência do Uruguai foi o resultado de diversos conflitos, em que se enfrentaram interesses coloniais com liberais; estrangeiros com nacionais, e urbanos com rurais. O processo que se estuda nesta seção começa em 1810 e termina em 1828. Queremos destacar que, no momento da independência, ainda, não existia o sentimento de nacionalidade uruguaia nem a idéia de povo-nação oriental. Existiam setores da população mais identificados com o Brasil; outros com a Argentina e outros que entendiam melhor a construção de um Estado independente. Aliás, como se verá ao longo deste capítulo, mesmo acordada a independência do país, a influência estrangeira se fez sentir nos assuntos internos por várias décadas.

Segundo Washington Reyes Abadie (1998), as notícias da prisão do rei Fernando VII, em 1810 provocaram a criação de uma Junta de Governo em Buenos Aires que substituiu as autoridades espanholas por autoridades locais. Sob o pretexto de preservar o vice-reinado do Rio da Prata até a liberdade do rei, escondiam-se as intenções autonomistas das novas autoridades. Montevideú, que já mantinha rivalidades de hegemonia com Buenos Aires, tornou-se centro de resistência ao movimento revolucionário bonaerense e permaneceu fiel ao Conselho de Regência, criado na Espanha em substituição do rei, dessa forma Montevideú tornou-se a nova sede do vice-reinado. O interior do país, cansado do despotismo com que sempre foi tratado pelas autoridades espanholas, apoiou um movimento revolucionário encabeçado por José Artigas e com o apoio do exército argentino. Em 18 de maio de 1811, o interior do país ficou sob domínio dos revolucionários e, em 20 de maio, iniciou-se o sítio de Montevideú. O vice-rei Francisco Javier de Elío solicitou ajuda à coroa portuguesa, já radicada no Brasil, que enviou tropas ao país e forçou um armistício assinado em 20 de outubro, que incluía o reconhecimento da autoridade do rei Fernando VII em todo o vice-reinado do Rio da Prata. Apesar dessa derrota, em torno de José Artigas formou-se um exército de seguidores que emigraram junto com ele no episódio conhecido como o

Êxodo do Povo Oriental. Em 1812, quando os exércitos portugueses se retiraram do país, iniciou-se uma nova invasão desde a Argentina, mas, desta vez existia entre os *artiguistas* um sentimento de soberania nacional que entraria em conflito com as intenções hegemônicas de Buenos Aires. Em 1813, as tropas *artiguistas* haviam tomado o controle de todo o território nacional. Montevideú ficou novamente em estado de sítio, organizou-se um governo provisório e foi eleita uma Assembléia Constituinte. Entre os seguidores de Artigas se gerou o sentimento nacional e declararam a independência da província, mas ela continuaria integrada às outras províncias do Rio da Prata, em uma confederação. Em 22 de junho de 1814, a Marinha de Buenos Aires conseguiu a rendição de Montevideú e estabeleceu-se, na capital, um governo com autoridades *bonaerenses*. O despotismo com que as autoridades *bonaerenses* atuavam provocou o descontentamento da população da Província Oriental e iniciou-se uma nova guerra entre Artigas e o governo de Buenos Aires, que acabou em 25 de fevereiro de 1815 com a entrega de Montevideú às forças *artiguistas*. Em agosto de 1816, começou uma nova invasão portuguesa, com apoio das “elites” nacionais, que culminou em 20 de janeiro de 1817 com a entrega de Montevideú às tropas portuguesas.

Apesar de ter sido sufocada a revolução artiguista e seu líder exilado no Paraguai, o sentimento de emancipação permaneceu entre a população da província que, em 1825, sob comando de Juan Antonio Lavalleja e com apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata, inicia-se uma nova revolução e reconquista ao território nacional.

Segundo Alfredo Castellanos (1998), a emancipação definitiva se produz como resultado dos acordos realizados durante a Convenção Preliminar de Paz no Rio de Janeiro entre os dias 11 e 27 de agosto de 1828. Tanto o Imperador do Brasil quanto o Governo da República das Províncias Unidas declararam a emancipação da Província de Montevideú, chamada naquele momento de Cisplatina, para que possa constituir-se livre e independente de qualquer nação. A troca de ratificações do tratado de paz foi feita em quatro de outubro de 1828 (CASTELLANOS, 1998, p. 81).

Observamos nesse processo que, embora se tivesse desenvolvido em torno dos seguidores de Artigas um sentimento de identidade nacional, ainda persiste a idéia de união com as outras províncias do Rio da Prata. A independência do Uruguai foi produto de acordos internacionais, onde pesaram interesses da

Argentina, Brasil e da Inglaterra. Esta última almejava a formação de um pequeno Estado que separasse os dois grandes países da América do Sul e permitisse a livre navegação dos rios da Prata, Uruguai, Paraná e Paraguai. Também observamos a separação entre a cidade e o interior: em Montevideú, se produz sentimento de abertura às influências estrangeiras e no interior surge um sentimento mais nacionalista.

1.3 OS PARTIDOS POLÍTICOS

A evolução política uruguaia apresenta um fenômeno de características singulares, dois partidos políticos conseguem se revezar no governo desde a emancipação em 1828 até 2005. Ao longo desses anos, o partido *Colorado*, com vantagem sobre o *Blanco*, identificou-se com o meio urbano, a industrialização e o liberalismo. O partido *Nacional*, também chamado *Blanco*, identificou-se com o meio rural, os setores agro-exportadores e o conservadorismo.

Esse sistema bipartidário foi quebrado na década de 1970 com a formação de uma Frente Ampla composta por partidos de esquerda e setores desmembrados dos partidos tradicionais. O extraordinário desenvolvimento da vida partidária no Uruguai leva-nos a pensar que não existe possibilidade de intermediação com o Estado por fora da estrutura político-partidária. Esta pesquisa tenta verificar o grau de independência da FUCVAM em relação ao sistema partidário, especialmente em relação à Frente Ampla. Por isso, esta seção faz um estudo dos processos de formação e desenvolvimento dos partidos tradicionais (*Blanco e Colorado*).

Antes de começar com o estudo do surgimento e evolução dos partidos políticos uruguaioi devemos precisar que, de acordo com nossa abordagem no período que vai desde o início da vida independente em 1828 até 1905, os *Blancos e Colorados* não reúnem, ainda, as características típicas dos partidos políticos modernos e, portanto, consideramos que a vida democrática e político-eleitoral do Uruguai se inicia a partir dos primeiros anos do século XX.

1.3.1 Antecedentes históricos

Desde o início da vida independente podem encontrar-se antecedentes dos *Blancos e Colorados*. A primeira constituição uruguaia, aprovada em 18 de julho de 1830, inspirou-se na constituição francesa, de 1791. Organizaram-se os três poderes clássicos: executivo, legislativo e judiciário. Os representantes eram eleitos em forma direta, os senadores em forma indireta por meio de colégios eleitorais e o presidente era designado pela Assembléia Geral. Não podiam votar: os analfabetos, as mulheres e os assalariados (CASTELLANOS, 1998, pp. 91-92).

A institucionalização criada pela constituição, copiada da Europa, estava muito distante da realidade política do país. A estrutura de poder estava organizada em torno de lideranças carismáticas denominadas “*caudilhos*”. Existiam *caudilhos* locais que apoiavam *caudilhos* regionais os quais estavam vinculados a *caudilhos* nacionais: “Este *caudillo* nacional es el verdadero jefe del país, en él residen la autoridad y la fuerza” (Zum Felde *apud* CASTELLANOS, 1998, p. 102).

A ausência de estradas e as dificuldades de comunicação faziam que a autoridade legal do país não conseguisse se afirmar em grande parte do território. O habitante do campo, chamado “gaucho”, acostumado a lidar com gado, não tinha hábitos sedentários nem reconhecia às autoridades legais:

‘Alejado de la ciudad cuyos hábitos y política le son ajenos, huraño con el “doctor” que le desprecia, receloso de las autoridades cuya arbitrariedad teme, ¿cuál será su intervención en la vida pública? Necesariamente seguirá a los caudillos. El caudillo es un gaucho como los demás, por sus sentimientos y hábitos, pero más inteligente, más enterado, más enérgico, más emprendedor, su prestigio le viene de la superioridad de sus condiciones respecto a la masa. El gauchaje deposita en él su confianza política; es una delegación de soberanía echa de un modo tácito; sabe que donde está el caudillo está su causa. Si él se levanta le siguen; muchos no saben bien por qué pelean pero están con su caudillo, y por tanto están donde deben estar [...] ‘ (Zum Felde *apud* CASTELLANOS, 1998 p. 102).

A enorme concentração de poder que a constituição garantia ao presidente, assim como a falta de participação das minorias provocava constantes

revoluções por parte do grupo vencido nas eleições.

Dois grupos começam a formar-se no país: por um lado, os partidários de um governo forte também, os legalistas ou amigos da ordem; por outro, os liberais opostos aos mandatos autoritários e vinculados a movimentos surgidos nos países limítrofes, como os *farrapos* no Brasil e os *unitários* na Argentina, inimigos respectivamente dos regimes autocráticos de D. Pedro e do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas (CASTELLANOS: 1998 p. 106).

Por ordem do governo, a partir de 10 de agosto de 1836 toda a população deveria usar uma divisa ou distintivo de cor branca, com a inscrição *Defensores das Leis*. Os revolucionários adotaram um distintivo vermelho:

Blancos, y en tono peyorativo 'blanquillos', fueron llamados los partidarios del gobierno; Colorados, y en igual tono peyorativo 'anarquistas' o 'tiznados', fueron denominados los revolucionarios, quienes a sí mismos se titulaban 'constitucionales' (CASTELLANOS, 1998 p. 106).

Segundo Castellanos (1998), as divisas foram usadas pela primeira vez na batalha de *Carpintería*, em 19 de setembro de 1836. Por isso, em geral, os estudos da história uruguaia marcam essa batalha como a data de fundação dos partidos *Blanco* e *Colorado*. Entretanto, esses partidos não se enquadram no ideal de partido político do Estado moderno e se pareciam mais a dois exércitos rivais. O sistema político também não apresenta um comportamento capaz de considerá-lo democrático de acordo com os padrões modernos. Os conflitos eram resolvidos mais pelo peso das armas que pelo jogo democrático. O Estado ainda não possuía a autoridade central e também não existia um sentimento nacional que permitisse a construção da idéia de povo-nação, pois a identidade com o partido era mais importante que a identidade com a nação e a composição dos partidos políticos ultrapassava as fronteiras nacionais.

Não existia ainda um capitalismo desenvolvido suficiente para se falar em classes sociais. A carne tinha baixo valor comercial. O principal produto de exportação era o couro. As únicas indústrias nacionais eram as vinculadas à carne seca. O conflito entre *Blancos* e *Colorados* parece mais um conflito entre os partidários para restaurar uma antiga ordem colonial representada pelos *Blancos* e

os partidários da nova ordem liberal representada pelos *Colorados*.

Gradativamente os *colorados* foram-se identificando com os interesses urbanos e os *blancos* com interesses rurais. Essa característica se acentuou durante a *Guerra Grande* (1839 – 1852), nesse conflito armado o país foi dividido entre os dois partidos. Os *colorados* ficaram com o governo de Montevideu e conseguiram resistir graças ao apoio da Inglaterra, a França e o Brasil. Os *blancos* controlavam todo o interior do país e contavam com o apoio do governo de Buenos Aires.

Culturalmente, a cidade de Montevideu adquiriu características cosmopolitas e sua população abriu-se às influências estrangeiras. Financeiramente dependente do exterior e culturalmente mais em contato com a Europa que com a América, era natural que se produzissem algumas mudanças ideológicas dentro do partido *Colorado*:

En este ambiente era natural que el partido Colorado de Rivera se transformara, perdiera alguna de sus aristas, las debidas al fundador, y ganara otras, las debidas al nuevo medio con el que estaba consustanciado (BARRAN, 1998, p. 30)

A identidade com o meio urbano do partido *Colorado* não significa que careça de representação no meio rural e o mesmo acontece no sentido inverso com o partido *Blanco*. Os dois partidos, embora levantem a bandeira do rural ou do urbano, conseguiram ter adeptos tanto na cidade como no campo. O fenômeno do *caudilhismo* é fundamentalmente rural e os dois partidos, durante muitos anos se apoiaram na força dos *caudilhos*.

Os *doutores* da cidade culpavam à rivalidade entre os *caudilhos* pelos contínuos conflitos armados em que o país se via exposto e, principalmente, pelos resultados negativos da Guerra Grande. Por isso, idealizou-se a chamada política de fusão em que os *doutores* dos dois partidos se juntavam para tentar enfrentar o poder dos *caudilhos*.

A política de fusão, segundo Barrán (1998), procurava terminar com a divisão em partidos políticos, criando um partido dirigido pelos setores mais cultos e urbanizados dos dois partidos políticos.

Os *caudilhos* sentiam-se ameaçados com a política de fusão por isso para preservar a paz optaram pela política de pactos que não significava o fim

dos partidos:

La política de fusión así entendida era no sólo un reclamo de la orientalidad sino también un freno para el caudillismo; la posibilidad de que la ciudad recuperara el cetro de la dirección política oriental. La política de pactos, en cambio, fue promovida por los caudillos, el más famoso, el de la Unión, firmado en noviembre de 1855 entre Manuel Oribe, el caudillo blanco, y Venancio Flores, el Colorado, fue su materialización más destacada. Los caudillos no renegaban de sus divisas. El pacto, por definición era un acuerdo entre bandos diferentes que dejaban de lado lo que los distanciaba. Fue la contrapartida de la fusión, la respuesta que dio el núcleo dirigente rural al urbano cuando éste pretendió desplazarlo del poder (BARRAN, 1998 p. 58).

O conflito entre a cidade e o campo continua, mas, agora existe um reagrupamento; os *doutores* dos dois partidos têm mais interesses em comum que com os *caudilhos* de seus próprios partidos. Eles estão dispostos a se juntar para submeter o interior do país à autoridade da cidade.

Em outubro de 1855, os setores cultos dos partidos *Blanco* e *Colorado* se uniram e fundaram o Partido Liberal.

Em 11 de novembro de 1855, os caudilhos Oribe e Flores assinaram um pacto em que se comprometiam em não se candidatarem à presidência e apoiar a candidatura de Gabriel Antonio Pereira. Esse pacto significava o triunfo dos *caudilhos*, pois, os *doutores* “careciam de votos y prestigio popular” (BARRAN, 1998, pp. 63-64).

Contudo, não houve paz, as revoluções, fuzilamentos e assassinatos continuaram. No entanto a emergente burguesia urbana conseguia se fortalecer nos breves intervalos de paz. Essa burguesia nacional queria paz e não importava de que forma fosse obtida. Por isso, estava disposta a apoiar um governo autoritário fosse *Blanco*, *Colorado* ou militar.

Segundo Mendez Vives (1998), em 10 de março de 1876, o coronel Lorenzo Latorre assumiu o poder ditatorial com o título de Governador Provisório. Com o apoio das classes dominantes, exerceu o poder com “mão de ferro” em quase todo o território nacional. A paz garantida no período propiciou o início do processo de acumulação capitalista no Uruguai.

A modernização atribuída ao período militarista não foi mais do que o desenvolvimento do aparelho repressivo do Estado e a proteção da propriedade

privada. O aumento de efetivos militares, a compra de modernos armamentos como o fuzil *Remington*, as melhorias nas comunicações com o uso do telégrafo, o trem e a nacionalização dos correios tinham por objetivo expandir a autoridade do Estado por todo o território de forma que facilitasse a proteção da propriedade privada e o controle social. Outras medidas tomadas pelo governo de Latorre para proteger a propriedade rural foram o cercado obrigatório dos campos e melhorias no poder judiciário.

Os militares não conseguiram se manter por muito tempo no governo. Em 1882, foi designado presidente outro militar, Máximo Santos.

Segundo Mendez Vives (1998), o governo de Santos diferentemente do governo de Latorre foi partidário:

Santos acentuó la incidencia del ejército en el gobierno, y es en ese sentido que puede afirmarse que fue un gobierno más militarista que el de Latorre, pero al contrario de éste, que prescindió de las divisas tradicionales, Santos tiñó fuertemente de Colorado su gobierno. Supo que el ejército, que servía para acceder al poder, no era del todo solvente para ejercerlo (MENDEZ VIVES, 1998 p. 32).

Os partidos que tinham passado por um período de recesso durante o governo de Latorre, começaram a fazer oposição a Santos. A oposição era encabeçada pelos *principistas*, que pretendiam obter a pacificação, substituindo as armas pelos princípios legais. Mas o partido *Blanco* e importantes setores do partido *Colorado* mantiveram conflitos violentos com Santos.

Um dos opositores mais importantes foi o *colorado* José Batlle y Ordoñez, filho do ex-presidente Lorenzo Batlle e diretor fundador do jornal *El Dia*.

Santos tentou ficar na presidência por mais quatro anos, mas, em 17 de agosto de 1886, foi gravemente ferido durante um atentado e, em 18 de novembro, renunciou. O substituto foi outro militar, Máximo Tajes, que conduziu a transição até 1º de março de 1890 em que foi eleito presidente o ministro de governo, Julio Herrera y Obes.

Observamos as dificuldades em afiançar-se o sistema democrático no Uruguai. O grupo que está no governo utiliza uma política patrimonialista excludente das minorias. A constituição ainda não é respeitada. Aparecem dentro dos partidos políticos algumas fragmentações que irão se aprofundando nos anos

seguintes.

O governo de Julio Herrera y Obes foi uma espécie de ditadura presidencial legitimada pela Constituição de 1830. Sem a pressão dos *caudillos* nem do exército o presidente ficava automaticamente investido de todos os poderes que a Constituição lhe tinha reservado e, dessa forma, poderia perpetuar-se no governo sem perigo de derrota eleitoral.

Julio Herrera y Obes era ciente do poder que poderia concentrar se fizesse as articulações necessárias. Seu governo foi partidário, utilizou toda a estrutura do partido *Colorado* para manter-se no poder. Mudou as regras eleitorais e utilizou a máquina estatal para forjar as eleições em seu favor.

Segundo Mendez Vives (1998), por falta de garantias, o partido *Blanco* resolveu abster-se nas eleições de 1893. Em março de 1894, a Assembléia Geral controlada pelos *Colorados* deveria eleger o novo presidente. O partido *Colorado* estava dividido; por um lado, estava um grupo muito fechado que apoiava a Herrera y Obes e por outro um grupo dirigido por Batlle y Ordoñez que era mais popular e estava com a oposição. O presidente eleito em 21 de março de 1894 foi Juan Idiarte Borda e pertencia ao grupo de Herrera y Obes. A única chance que a oposição tinha de tirar do poder Herrera y Obes era mediante o uso da força.

Em 1896, o *caudillo blanco* Aparício Saravia foi protagonista da primeira revolução contra o grupo de Herrera y Obes. O setor *colorado* que liderava Batlle y Ordoñez preferiu ficar ao lado do seu partido a apoiar a revolução *blanca*. Depois de quatro batalhas e com o assassinato do presidente Idiarte Borda, em 25 de agosto de 1897, seu sucessor Juan Lindolfo Cuestas iniciou negociações de paz. Em 18 de setembro de 1897, assinou o Pacto da Cruz que estabelecia mudanças eleitorais que garantiam representação das minorias e faziam as eleições mais transparentes. Verbalmente se reservou a chefia política de seis departamentos para os *blancos*.

Em 10 de fevereiro de 1898, Cuestas deu golpe de Estado, pois ele contava com o apoio de toda a oposição para as próximas eleições, mas não da Assembléia Geral que era controlada pelo grupo de Herrera y Obes. Em 1º de março de 1899, a nova Assembléia Geral eleita de acordo com as novas leis eleitorais, elegeu Juan Lindolfo Cuestas, presidente constitucional.

De acordo com o estabelecido no Pacto da Cruz, o país estava dividido em duas partes. Em seis departamentos, Cuestas devia consultar ao

caudilho Aparício Saravia, antes de tomar qualquer decisão. Mas, esse regime ainda estava muito longe do ideal de participação das minorias.

O partido *Blanco* encontrava-se unificado, e o *Colorado* estava dividido principalmente entre o grupo de Herrera y Obes e o grupo de Batlle y Ordoñez; havia, também, um setor liderado por Tajés e outro por Juan Carlos Blanco. Observamos como o sistema de partidos muda, no sentido de que é possível fazer oposição dentro do próprio partido. Os partidos criaram mecanismos que possibilitavam a integração de diferentes setores que disputavam, internamente, porções do poder, sem necessidade de fazer oposição fora do partido.

1.3.2 O batllismo

O período que se estuda nesta seção começa em 1903 com o governo de José Batlle y Ordoñez, nele os partidos políticos adquirem o seu caráter de massa e viram verdadeiros intermediários entre a população e o Estado. O *batllismo* abrange muito mais que os dois períodos que José Batlle y Ordoñez exerceu a presidência (1903 – 1907 e 1911 – 1915). Até a morte de Batlle em 1929, quem governava era o partido, ele era presidente do *Partido Colorado*. Os governantes eram apenas representantes que executavam as decisões tomadas pelo partido. Na sua primeira presidência, que foi de 1903 até 1907, conseguiu unificar o poder em todo o território nacional derrotando ao último *caudilho blanco*, Aparício Saravia. Em seu segundo governo, em 1911, iniciou o processo de reformas visando à pacificação definitiva do país: tentou acabar com a excessiva acumulação de poderes do presidente, procurou a participação da maioria da população na democracia eleitoral, concedeu importantes benefícios econômicos e sociais aos trabalhadores e protegeu a indústria nacional por meio do intervencionismo estatal.

O novo presidente queria governar em todo o território nacional sem restrições. Por isso afirmava que não estava obrigado pelo pacto verbal feito por Cuestas e Aparício Saravia, o qual entregou seis departamentos para os *blancos*.

Dois incidentes provocaram a ira dos *blancos*. Sem consultar

Saravia, Batlle designou os seis chefes políticos dos departamentos *blancos* e enviou tropas do exército para resolver um conflito de limites com o Brasil. A guerra era inevitável, Batlle queria terminar com esse governo bicéfalo e unificar todo o país sob seu domínio.

Segundo Benjamin Nahum (1998), a guerra começou em 1º de janeiro de 1904, e acabou em 24 de setembro. A superioridade numérica e tecnológica do exército somada à intransigência de Batlle, resultaram numa derrota definitiva do *caudilhismo* no Uruguai. Aparício Saravia foi gravemente ferido em 1º de setembro de 1904 e morreu em 10 de setembro em solo brasileiro. Pela Paz de Aceguá assinada em 24 de setembro, Batlle tinha conseguido definitivamente impor o poder estatal em todo o território nacional.

Desde 1907 a 1911, a presidência do país foi exercida pelo colaborador de Batlle, Cláudio Williman, pois no Uruguai não existe reeleição. Estrategicamente, Batlle y Ordoñez partiu para Europa e ficou lá durante todo o governo de Williman e voltou quando foi aclamado como candidato a disputar as eleições de 1910. Durante a viagem pela Europa, Batlle vivenciou os enfrentamentos entre burgueses e proletários e também estudou as diversas formas de organizar o poder executivo dos países europeus, que serviram de base para as futuras reformas legais no Uruguai.

Nas eleições de 1910, o partido *Blanco* não participou em protesto pelas poucas vagas que o sistema eleitoral reservava para as minorias. Foi assim que, pela primeira vez, tiveram representação os novos partidos políticos:

Esta oportunidad fue aprovechada por nuevos partidos políticos – liberales, socialistas, católicos – para concurrir al acto electoral y ganar las bancas reservadas a la minoría en el Departamento de Montevideo, Entraron así a la Cámara de Diputados los doctores Emilio Frugoni, por el Partido Socialista y Pedro Díaz por el Partido Liberal. Por primera vez aparecían con representación parlamentaria grupos políticos que estaban alejados de los partidos tradicionales (NAHUM, 1998, p. 15).

Os *Blancos* tentaram frustradamente evitar a nova presidência de Batlle com um movimento armado em outubro de 1910 que foi controlado pelas tropas de Williman.

Em 1º de março de 1911, Batlle y Ordoñez foi eleito presidente pela

Assembléia Geral. Nesse segundo mandato, Batlle estava disposto a acabar com o presidencialismo, ao criar o poder executivo colegiado. Também estava disposto a realizar grandes mudanças na legislação, melhorias nas condições de existência dos trabalhadores, secularizou o Estado e universalizou o voto. A universalização do voto se completou em 1932 com a aprovação do sufrágio feminino.

Em 26 de junho de 1911, o presidente enviou ao parlamento o projeto de lei que limitava a jornada de trabalho em oito horas diárias e restringia o trabalho de menores. Em 1914, criou a lei de proteção contra acidentes de trabalho. Em 22 de junho de 1914 elaborou o projeto de lei que criava pensões para inválidos e idosos. Também são desse período as leis que estabeleciam descansos semanais, férias e indenizações por demissão. Nem todas essas leis foram aprovadas durante o governo de Batlle, algumas foram aprovadas posteriormente ou sofreram modificações.

Batlle levou adiante políticas de nacionalização de empresas: trens, bancos, energia elétrica e frigoríficos. Ele estabeleceu alguns monopólios estatais como o dos seguros. Batlle tentou combater o latifúndio mediante impostos progressivos e favorecer a compra de terra por parte dos proprietários de minifúndios.

Batlle, também desenvolveu políticas educativas que visavam a “extender la ecuación al mayor número posible de personas y reafirmar la gratuidad de la enseñanza” (NAHUM, 1998, p. 47).

Outra característica do governo de Batlle foi o enfrentamento com a Igreja Católica pelas leis, tais como: o divórcio, proibição de símbolos religiosos em hospitais e prédios públicos ou secularização dos registros públicos que conduziram à separação da Igreja do Estado.

Batlle pensava que uma das formas de escapar dos perigos que significava a concentração de poderes numa única pessoa era substituindo o cargo de presidente por um Poder Executivo em forma de colegiado. O problema do colegiado de Batlle era que, para chegar à presidência do Conselho seria necessário obter a maioria dentro dele. Segundo Batlle, teria nove integrantes renováveis de um por ano. O partido *Blanco* se opunha à idéia de um poder executivo colegiado porque para chegar à presidência devia vencer pelo menos cinco eleições seguidas.

A burguesia, tanto *blanca* quanto *colorada*, somou-se à oposição a

Batlle pois se irritava com tantas leis que beneficiavam os trabalhadores. O *anticolegialismo* serviu para unificar os setores opostos a Batlle.

Segundo Nahum (1998), o candidato eleito presidente em 1º de março de 1915, Feliciano Viera era do setor de Batlle, mas, devido à pressão das classes dominantes foi-se distanciando de Batlle e tomando uma posição mais moderada com respeito às reformas.

No partido *Colorado*, distinguiram-se vários setores opostos às reformas batllistas: o *riverismo* que estava formado por setores tradicionalistas; o *vierismo* liderado Feliciano Viera, que fundou em maio de 1919 uma fração dentro do Partido *Colorado* denominada “*Radical*” e o *sosismo* comandado por Julio Maria Sosa, que fundou em 1928, outra fração chamada “*Partido Colorado pela Tradição*”.

Nas eleições para a Assembléia Constituinte, que elaboraria o projeto de reforma constitucional, os *batllistas*, foram vencidos pelos setores *anticolegialistas*. Batlle e Viera responderam com uma reforma eleitoral que lhes permitiu manter a maioria parlamentar nas câmaras nas eleições de 1917. A oposição, para evitar a possível terceira presidência de Batlle y Ordoñez, consentiu um projeto de constituição que acabava com o presidencialismo, essa reforma constitucional foi aprovada em plebiscito em 25 de novembro de 1917 e começou a vigorar em 1º de março de 1919.

Pela nova Constituição, o Poder Executivo era bicéfalo, integrado pelo presidente e pelo Conselho Nacional de Administração.

O presidente era eleito por voto direto, para um mandato de quatro anos e tinha o controle da polícia, do exército e das finanças.

O Conselho Nacional de Administração estava composto por nove integrantes eleitos em forma direta. Os seis primeiros cargos eram para a lista mais votada do partido mais votado e os três restantes para a minoria. As funções do conselho se limitavam a questões de educação, saúde e trabalho.

O duplo voto simultâneo foi outra invenção de Batlle. Ele pretendia evitar a fragmentação do partido e permitia, a cada partido, oferecer mais de uma lista e a vencedora seria a mais votada do partido mais votado. Outra novidade da Constituição de 1917 é que na integração do Conselho de Administração se implantou pela primeira vez a co-participação política dentro do Poder Executivo.

A Constituição de 1917 também provocou um alto grau de participação política da população, pois praticamente em todos os anos haveria

eleições tanto para presidente, conselheiros, deputados ou senadores.

Sejam quais fossem as intenções de Batlle, de fato a sua obra trouxe importantes avanços sociais para o Uruguai. A legislação do período foi das mais avançadas da América do Sul, e fez com que muitos comparassem o Uruguai com a Suíça.

Ao tentar poupar o país dos conflitos entre burgueses e proletários que vivia na Europa, Batlle procurou ocultar a luta de classes. Durante o período *batllista* teve um extraordinário desenvolvimento da chamada classe média, composta por funcionários públicos, professores, bancários e profissionais universitários que serviriam de base de apoio ao *batllismo*. A intervenção estatal, embora usada para ampliar os direitos dos trabalhadores, cumpriu um papel pacificador. A capacidade de articulação do partido *Colorado* que conseguia juntar no seu interior setores políticos de direita, centro e esquerda, fez que os partidos proletários não tivessem possibilidades de desenvolvimento no período.

A expansão dos hábitos democráticos teve uma função pacificadora já que os conflitos sociais seriam resolvidos pelos votos e não mais pelas lanças.

No plano econômico, a intervenção estatal em favor da proteção da indústria nacional favoreceu o desenvolvimento e fortalecimento da burguesia industrial local e foi contrária aos interesses do capital agro-exportador que foi obrigado a comercializar a sua produção no país, inviabilizando a possibilidade de obter melhores preços no mercado exterior.

A facilidade com que o Estado age contra os interesses do capital agro-exportador que era a fração economicamente mais poderosa e também a grande quantidade leis em benefício dos trabalhadores nos indica um grau de autonomia relativa do Estado em relação à burguesia.

Provavelmente, essa autonomia possa ser explicada por certos interesses antagônicos das frações que integravam o bloco no poder da época. A fração do capital industrial precisava, para se desenvolver, apropriar-se de parte dos excedentes produzidos pela fração latifundiária, mas, também precisava distribuir uma parte entre as classes subalternas para assegurar-se um mercado consumidor.

O *batllismo* não quebrou o paradigma do *caudillismo*, a forma de recrutar simpatizantes do partido *Colorado* foi, em grande parte, pelo uso de retribuições como cargos públicos e favores do Estado, o que o assemelha com a

dependência entre o morador do campo e o seu líder. Porém, o *batllismo* conseguiu deslocar do poder outros partidos e outras formas de fazer política, articulou alianças entre a pequena burguesia e os setores industriais e conquistou o apoio das classes trabalhadoras.

Sem dúvida a gravitação do poder estatal foi fortalecida durante o *batllismo* e fundamentalmente a gravitação dos partidos políticos. Embora, ainda não exista uma plena co-participação das minorias, o sistema eleitoral foi suficientemente conciliador para resolver os diferentes conflitos, sem necessidade de recorrer às destruidoras guerras que prejudicaram os próprios interesses da burguesia. Observa-se que os conflitos entre as frações burguesas não desaparecem, pelo contrário, continuam, mas, consolida-se uma aliança que permitirá que cada fração se sinta suficientemente satisfeita com a porção de mais-valia que lhe corresponde.¹

Seria um erro aceitar a afirmação muito comum de que o Uruguai sob o *batllismo* foi um país de classes médias. Isso seria quase o mesmo que negar a existência da luta de classes. O que houve foi uma aliança entre a burguesia industrial voltada para o mercado interno, com a pequena burguesia urbana, que tentou criar um proletariado funcional aos seus interesses.

1.3.3 Crise do *batllismo*

A prosperidade econômica alcançada durante o período *batllista* não foi suficiente para evitar que o Uruguai fosse atingido pela crise econômica mundial de 1929. O equilíbrio alcançado por Batlle se rompe, quando as frações da burguesia se unificam para minimizar os efeitos da crise econômica repassando os seus efeitos negativos para os trabalhadores.

A luta de classes se fez evidente, ninguém queria arcar com os prejuízos da crise, a burguesia não contava mais com o apoio dos trabalhadores

¹ Esta observação tem que ser relativizada, apenas assinala a diminuição dos conflitos intra-burgueses, pois, sabe-se que as lutas no interior do bloco no poder por hegemonia política constituem um dos elementos importantes da luta de classes nas sociedades capitalistas.

para legitimar-se no poder e para manter seus privilégios teve que recorrer ao autoritarismo mediante o golpe de Estado.

Segundo Nahum *et al* (1998a), em 1º de março de 1931, tomou posse o novo presidente do Uruguai, Gabriel Terra, do setor *batllista* do partido *Colorado*. A sociedade estava dividida entre partidários e opositores ao intervencionismo estatal e entre colegialistas e anticolegialistas em ambos partidos políticos. De fato, para governar era necessário chegar a acordos políticos com o partido *Blanco*, tanto nas câmaras quanto no Conselho de Administração. O novo presidente distanciou-se do *batllismo* e procurou apoios em setores anticolegialistas e antiintervencionistas. A crise econômica aprofundou-se e os setores empresariais tinham-se organizado em torno do Comitê de Vigilância Econômica. O objetivo era controlar as medidas econômicas tomadas pelo governo, e que estavam a favor de um golpe de Estado. Os trabalhadores se mobilizaram com greves e protestos. O Conselho de Administração atuava com muita lentidão e não era capaz de tomar as decisões necessárias para evitar o aprofundamento da crise.

Uma nova reforma constitucional era necessária, mas, nesse contexto, não era possível fazê-la de forma legal. Por isso, o presidente Terra, com o apoio dos *vieristas*, *sosistas* e *riveristas* do partido *Colorado* e o setor *herrerista* do Partido *Blanco* deu o golpe de Estado a 31 de março de 1933. O governo reprimiu a oposição, exilou lideranças e censurou jornais. Uma nova constituição foi preparada e entrou em vigor, em 1934. Essa nova constituição contemplava os interesses dos setores golpistas. O Conselho de Administração foi suprimido e a organização do Poder Executivo ficou mista. O presidente atuava normalmente de maneira unipessoal e em alguns casos, atuava de forma colegiada com os ministros. Estes eram nomeados pelo presidente, sendo cinco ou seis da maioria e três da minoria, todos teriam de contar com apoio do parlamento.

Em 1934, Terra voltou a ser empossado presidente Constitucional. Durante o seu mandato, a política econômica favoreceu os setores pecuários exportadores, mas não foram afetados os outros setores da burguesia. O peso da crise econômica recaiu sobre os trabalhadores:

El modelo económico terrista logró salvar el aparato productivo, favoreciendo la concentración del ingreso y la acumulación de capitales (NAHUM *et al*, 1998a, p. 31).

Como dijo Eduardo Acevedo Álvarez hacia 1937: 'La situación del

país da la sensación de que estamos en la prosperidad [...] Pero convengamos que la riqueza está mal repartida. El país estará bien en conjunto, pero nunca ha habido tanta desocupación y tanta miseria en las clases modestas...' (*Apud NAHUM et al*, 1998 p. 31).

Em 19 de junho de 1938 foi empossado o presidente constitucional Alfredo Baldomir, cunhado de Terra. Nesse momento já se pensava numa volta à democracia. Por isso, Baldomir procurou o apoio dos trabalhadores e a mediação do *batllismo*. A constituição estabelecia que três ministérios fossem da minoria, mas Baldomir, a 23 de março de 1941, quebrou o acordo político e demitiu os três ministros *herreristas*. No meio de uma forte oposição que se lhe fazia, o parlamento deu golpe de Estado a 21 de fevereiro. Uma nova constituição foi elaborada, porém o golpe significava o regresso ao poder dos setores deslocados, em 1933:

Si 1933 fue la hora de los ganaderos y de los círculos financieros, 1942 marcó políticamente el ascenso de los propulsores del modelo industrial sustitutivo de importaciones con protección del Estado. Los sectores subalternos podían esperar confiados el retorno bajo nuevas medidas del estilo asistencial y redistributivista y las clases medias, el empleo público y la posibilidad de un más aceitado ascenso social a través de la cultura y el acceso al mundo del confort (NAHUM *et al*, 1998a, p. 38).

A nova constituição promulgada em 1942 eliminou o sistema de quotas para a integração do conselho de ministros e estabeleceu a representação proporcional no senado.

Em 27 de novembro de 1942, foi eleito presidente Juan José de Amézaga como resultado de um acordo político entre Baldomir e o *batllismo*. A presidência de Amézaga caracterizou-se por reafirmar o processo de transição democrática iniciado pelo seu antecessor.

Superada a crise econômica, que gerou o rompimento com os trabalhadores, o partido *Colorado* procura novamente o apoio popular para legitimar-se no poder. Observamos que nos períodos em que o partido *Colorado* perde o apoio popular, se mantém no poder por meio do autoritarismo e substitui o setor que lidera a condução política. Também observamos como o partido *Colorado* se alia ao setor mais conservador do partido *Blanco*, o *herrerismo*, na hora de dar o golpe de Estado. Essa é uma característica que indica que os conflitos de

interesses entre as diversas frações do capital ficam de lado na hora de defender os privilégios da burguesia frente aos trabalhadores.

1.3.4 O neobatllismo

Durante o governo de Luis Batlle Berres, o partido *Colorado* conquista novamente o apoio das classes médias e dos trabalhadores.

Também foram favorecidos os funcionários públicos. Estes receberam aumentos salariais e ocorreu crescimento do Estado. A política econômica protecionista praticada no período, assim como os grandes benefícios que foram outorgados aos trabalhadores, ganhou a oposição das frações latifundiárias, financeiras e dos grandes comerciantes.

Em novembro de 1946, foi eleito presidente o candidato do *batllismo* Tomás Berreta, que morreu em 2 de agosto de 1947. Nessa data assumiu a presidência o vice-presidente Luis Batlle Berres, sobrinho de José Batlle y Ordoñez e liderança do setor *batllista* mais popular, a “lista 15”. Dentro do *batllismo* já surgem divisões: por um lado, existia um setor mais conservador liderado pelos filhos de José Batlle y Ordoñez agrupados na “lista 14” e; por outro, o setor *quincista* liderado por Luis Batlle Berres.

Nas eleições de 1950, novamente o partido *Colorado* venceu e dentro dele a “lista 15” do *batllismo*. O novo presidente foi Andrés Martínez Trueba, empossado em 1º de março de 1951. O grande apoio com que contava o *batllismo* fez ressurgir a idéia do Poder Executivo integralmente colegiado de acordo com as idéias de José Batlle y Ordoñez. Os setores da oposição também aceitariam uma proposta dessas, pois era uma forma de evitar uma segunda presidência de Luis Batlle Berres.

Uma nova constituição, aprovada em 25 de janeiro de 1952, estabeleceu o Poder Executivo colegiado integral chamado Conselho Nacional de Governo, este órgão tinha nove integrantes distribuídos da seguinte forma: seis ficavam para a lista mais votada do partido mais votado e os outros três correspondiam ao partido colocado em segundo lugar e dentro dele se aplicava a proporcionalidade entre as listas. Os integrantes do Conselho eram eleitos

diretamente pelo povo e duravam quatro anos em suas funções.

O primeiro Conselho Nacional de Governo foi empossado em 1º de março de 1952 com integrantes designados, excepcionalmente, pela Assembléia Geral. Os seis integrantes *Colorados*, mediante acordo político, ficaram assim: três batllistas *quincistas*, dois batllistas *catorcistas* e um *Colorado* independente, os outros três integrantes eram *blancos*. O presidente do Conselho foi Andrés Martínez Trueba.

Os primeiros sintomas de uma nova crise econômica começaram a aparecer durante esse período, a queda dos preços internacionais da lã, da carne e do couro a partir de 1953, a perda de mercados devido ao protecionismo aplicado pelos países centrais, somados à inflação em alta, conspiraram para que se gerasse um clima de inquietude social.

Ante a impossibilidade de articular novos acordos políticos, o Conselho resolveu reprimir as manifestações e greves dos trabalhadores mediante a aplicação das chamadas *Medidas Prontas de Segurança* que estavam previstas na constituição para serem usadas em casos excepcionais e que limitavam os direitos individuais e aumentavam os poderes repressivos do governo:

De esta forma declaró ilícitas huelgas, clausuró locales sindicales, detuvo y procesó dirigentes, disposiciones que luego fueron suspendidas e atenuadas por amnistías y reposición de trabajadores despedidos (NAHUM *et al*: 1998a, p. 85).

Como resultado das eleições de 1954, em 1º de março de 1955, foram empossados os integrantes do novo Conselho de Nacional de Governo. Os seis integrantes da maioria eram *Colorados*, *batllistas*, *quincistas* e os três da minoria eram dois *blancos herreristas* e um *blanco*, popular nacionalista. O presidente foi Luis Batlle Berres.

O avanço da crise econômica provocou mudanças no sistema de alianças do bloco no poder e a diminuição do apoio que tradicionalmente os trabalhadores prestavam ao *batllismo*.

A hegemonia *colorada* tinha os dias contados e também o modelo de país *batllista*. A luta de classes não poderia ser mais ocultada. O triunfo *Blanco* nas eleições de 1958 marcou o início de uma nova etapa na política uruguaia.

1.4 O MOVIMENTO SINDICAL

Os primeiros sindicatos operários uruguaios formaram-se nas últimas décadas do século XIX por iniciativa de imigrantes vindos da Europa e sob influências, principalmente, anarquistas: “La primera organización gremial obrera de que se tiene certeza data de 1865: la de los gráficos” (MENDEZ VIVES, 1998, p. 108).

Em 1875, foi fundada a Federación Montevideana que, em 1885 transformou-se em Federación de los Trabajadores del Uruguay. Segundo Mendez Vives (1998), nessa época teve movimentos grevistas. Em 1904, havia 40 sindicatos organizados e, em 1905, foi criada a FORU (Federación Obrera Regional Uruguay).

Benjamim Nahum relata episódios que mostram a grande mobilização sindical no começo do século XX:

Numerosas huelgas se realizaron en 1905, que paralizaron varios miles de trabajadores: la del Ferrocarril Central; la de tranviarios; la de zapateros; la de los portuarios, que incluía marineros, estibadores, carboneros y otros gremios; la de las costureras, que trabajaban 12 o 14 horas para ganar \$ 1 por día las “chalequeras”, y \$ 0,60 las “pantalonerías”, etc. (NAHUM: 1998, pág. 10).

Como resultado desses movimentos grevistas, o governo de José Batlle y Ordoñez enviou ao parlamento o projeto de lei que limitava a jornada de trabalho, regulamentava o trabalho de menores e estabeleceu um dia de descanso semanal.

Durante o governo de Wiliman, o movimento operário foi reprimido duramente, como exemplo o caso da greve dos trabalhadores ferroviários de 1908 reprimida com prisões de lideranças, fechamento de locais sindicais e proibição de reuniões. Por esse motivo as greves tornaram-se cada vez menos frequentes.

Em 1911, com a volta à presidência de Batlle, o movimento grevista reapareceu:

Pero ya en 1911 hubo 4 huelgas generales, 37 parciales y cerca de 20.000 obreros en conflicto, lo que demostraba una acentuación de las tensiones sociales, aquellas que Batlle pensó en Europa que era necesario eliminar. La legislación laboral y social que implantó con tal motivo hizo que en 1914 sólo se registrara una huelga general, una parcial y resultaran afectados sólo 1.300 obreros (NAHUM, 1998, p. 27).

O governo de Batlle não parou de reprimir greves, mas devido à sua experiência adquirida durante sua viagem de quatro anos pela Europa, sabia que os trabalhadores europeus já tinham conseguido a maioria dos direitos trabalhistas que os sindicatos uruguaios estavam reclamando. A abundante legislação trabalhista do período formava parte de sua estratégia na procura de apoio popular. Batlle, sabia que de qualquer forma teria que outorgar esses direitos aos trabalhadores. A intervenção estatal em favor dos trabalhadores dificultava a organização dos sindicatos, evitava conflitos e poupava o país de custosas paralisações da economia. Além disso, obtinha o apoio dos trabalhadores para o seu partido e aumentava o nível de consumo do mercado interno.

Como resultado, a crise de 1929 pegou a classe trabalhadora uruguaia dividida em três centrais:

Por su parte, la depresión económica encontró al movimiento sindical profundamente dividido. En 1929 coexistieron tres centrales obreras: la vieja Federación Obrera Regional Uruguay (F.O.R.U.), de tendencia anarquista, que había perdido gran parte de su influencia; la Unión Sindical del Uruguay, de mayoría anarco-socialista, fundada en 1923, y la Confederación General de Trabajo, constituida en 1929, proclive a la línea política del Partido Comunista. En conjunto agruparon sólo 7.000 cotizantes, cifra similar a la que tuvo FORU en su momento de apogeo, quince años atrás (NAHUM *et al*:1998a p 11).

As manifestações e greves dessa época foram reprimidas duramente, com operários mortos e feridos. A pequena burguesia realizou alianças com setores políticos mais radicais e o *batllismo* foi deixado de lado. A incapacidade das classes dominantes de superar a crise sem afetar os interesses dos trabalhadores agravou o conflito social. A repressão foi mais radicalizada ainda por temor à expansão da Revolução Russa (1917) pelo mundo. Também essa divisão do movimento sindical não deixou de fazer oposição ao golpe de Estado de Terra,

em 1933.

Com a presidência de Baldomir, em 1938, estudada anteriormente, se procurou o apoio do *batllismo* e das classes populares para tirar o país do autoritarismo e voltar à normalidade democrática.

Segundo Nahum *et al* (1998a), o movimento sindical iniciou processo de unificação, em 1942 e criou a Unión General de Trabajadores com a participação de sessenta e cinco organizações de todo o país. Posteriormente houve resistência a essa central devido à sua vinculação com o Partido Comunista.

O setor público também se sindicalizou e, segundo o autor, a partir de 1940 começou a sindicalização dos funcionários públicos.

Durante o *neo-batllismo*, o intervencionismo estatal voltou a legislar em favor dos trabalhadores, mas, a crise econômica dos anos 1950 provocou novos enfrentamentos entre sindicatos e governo e, a partir da década de 1960, o movimento sindical passa a ter papel protagonista nos acontecimentos políticos do país.

1.5 OS PARTIDOS DE ESQUERDA

O Partido Socialista começou a se organizar no Uruguai nos últimos anos do século XIX e conseguiu a primeira vaga na Câmara dos Deputados em 1910:

Los primeros antecedentes de la organización de la corriente socialista datarían de 1894, con la obra de Adolfo Vázquez Gómez y el 'Manifiesto de Constitución del Partido Socialista Uruguayo', de Alvaro Armando Vasseur en 1901. En 1904 se fundó el Centro Carlos Marx y en 1910, en alianza con los liberales, accedió a una diputación su secretario General, Emilio Frugoni (NAHUM, 1998, p.15).

Nas eleições para a Assembléia Constituinte de 1916, o Partido Socialista obteve dois mil votos num total de 145.000 votantes e lhe corresponderam dois representantes.

Segundo Nahum *et al* (1998a), em 1921, aparecem divisões dentro

da esquerda uruguaia, o Partido Socialista se transformou em Partido Comunista, mas posteriormente alguns integrantes fundaram novamente o Partido Socialista:

Las desinteligencias de los dos partidos de izquierda fueron notorias. Aún estaba presente el recuerdo de la autotransformación del Partido Socialista en Partido Comunista (1921) y la posterior refundación del primero; pero además, entre 1928 y 1933, los comunistas negaron la vigencia política de todo tipo de acuerdos con los partidos socialistas o socialdemócratas.

Esta situación cambió a partir de 1935, con la iniciativa de la formación de un Frente Popular propiciado por el Partido Comunista. Por su parte, los socialistas entendieron que esta propuesta dividiría a la oposición y propusieron la organización de una “Concertación Democrática” que reuniera a los sectores democráticos, no sólo de izquierda, sino también de la oposición de los partidos tradicionales. De esta forma se pensó que sería más viable la integración plena del batllismo “neto” y el nacionalismo independiente, lo que finalmente tampoco ocurrió (NAHUM *et al*, 1998a p. 28).

Nas eleições de 1934, o Partido Comunista obteve 3.634 votos e o Partido Socialista 5.849, que correspondeu a um deputado para os comunistas e a dois para os socialistas. Nas eleições de 1938 os partidos Socialista e Comunista se uniram sob o lema *Por las Libertades Públicas* e obtiveram 16.901 votos de 336.771 votantes.

Segundo Nahum *et al* (1998a), nas eleições de 1946 os partidos de esquerda experimentam um crescimento significativo e o Partido Comunista foi o primeiro a eleger uma mulher para o Senado:

Los partidos de izquierda tuvieron un importante crecimiento: 32.680 votos el Partido Comunista – que le permitieron llevar al Senado a una mujer, Julia Arévalo de Roche – y 15.731 el Socialista. De todos modos, estas cifras reunidas sólo significaron el 7.4% del total de sufragios (NAHUM *et al*, 1998a p. 72).

Na grande derrota do Partido *Colorado*, em 1958, os partidos de esquerda voltaram a experimentar o aumento de votos: Partido Socialista, 35.478 e Partido Comunista, 27.080, sendo que o total de votantes foi de 1.005.362 cidadãos (NAHUM *et al*, 1998a).

Esse crescimento do número de votos dos partidos de esquerda não corresponde, nem proporcionalmente, ao aumento do número de operários. A

posição no processo de produção não é suficiente para definir o pertencimento a uma determinada classe social, essa definição é produto da combinação de múltiplos fatores, principalmente ideológicos e político juntamente com econômico.

A industrialização do Uruguai levou consigo o crescimento do número de assalariados industriais. Segundo Nahum *et al* (1998a), o censo de Montevideu de 1889 indicava a existência de 6.564 empresas industriais que empregavam 32.000 trabalhadores. No censo de 1908, havia 7.037 empresas que empregavam 41.233 trabalhadores, o Censo Industrial de 1936 indicava a existência de 80.000 operários e, em 1956, estimava-se que esse número ultrapassasse 150 mil.

O aumento do número de votantes experimentado entre 1938 e 1958 obedece principalmente a duas causas: por um lado, o registro eleitoral aumentou com a incorporação do voto feminino criado pela constituição de 1919 e somente regulamentado em 1932 que, por dificuldades administrativas, começou a cadastrar as mulheres a partir de 1934, num processo lento. Por outro lado, nas eleições de 1938 houve grande abstenção de votantes, apenas votaram 336.771 eleitores de um total de 636.171 habilitados (NAHUM *et al*, 1998a p. 33). O acirramento dos conflitos sociais provocou o interesse da população pela disputa eleitoral.

As causas da dificuldade do proletariado uruguaio em constituir-se em classe social podem estar na dominação ideológica que exerciam os partidos tradicionais, especialmente o setor *batllista* do Partido *Colorado*. Por um lado, o extraordinário desenvolvimento dos partidos tradicionais fazia com que os trabalhadores achassem mais eficaz formar um sublema dentro do próprio partido tradicional do que tentar enfrentar a burguesia com um partido próprio. Por outro, o mito do Uruguai como país de classes médias negava a existência de lutas e dificultava que o trabalhador se identificasse com o proletariado. O Estado *neobatllista* criou outro mito: os conflitos de classes deviam ser resolvidos na divisão social do trabalho. Por isso, Estado, empresários e trabalhadores deviam se unir para enfrentar os países desenvolvidos; esse novo mito, também cumpria um rol conciliatório que negava divisão de classes dentro do país.

CAPÍTULO II

2 O URUGUAI SOB O NEOLIBERALISMO

As penosas circunstâncias com que se impõe o neoliberalismo no Uruguai merecem ser estudadas desde a década de 1950 em que começa desabar o modelo de Estado *neobatllista*. O alto nível de conflito que se gerou com as reformas econômicas da década de 1960 deu origem à reorganização das classes trabalhadoras em partidos e sindicatos independentes dos partidos tradicionais. O poder disciplinador da ditadura militar que se instalou no Uruguai de 1973 a 1984, ajudou a resolver os conflitos internos dentro do bloco no poder e preparou o terreno para as grandes reformas neoliberais que se concretizam a partir da década de 1990. Esses processos serão estudados neste capítulo.

2.1 A ESTRUTURA ECONÔMICA

Antes de começar com os processos que desembocaram no estabelecimento do modelo neoliberal no Uruguai, analisamos, nesta seção, algumas características-chaves para entender a estrutura econômica uruguaia.

A atividade econômica principal do Uruguai é a pecuária de exportação. Segundo Luis Faroppa (1983), foi essa atividade que determinou toda a estrutura produtiva do país, assim como, o desenvolvimento das outras atividades econômicas:

A lo largo de los últimos 150 años fue la demanda externa – primero de los cueros y el tasajo, luego de la lana y, finalmente, de las carnes – la que determinó las principales características de su producción, comercialización y financiamiento. Los caminos, vías férreas y carreteras se organizaron, fundamentalmente, para facilitar la salida de la producción exportable por el puerto de Montevideo; los depósitos, barracas y locales de almacenamiento y comercialización se diseminaron a lo largo del país y en las cercanías de aquella boca de salida para contribuir a su más rápida concentración y expedición; por último, las instituciones bancarias, financieras, aseguradoras y de transporte se distribuyeron estratégicamente para posibilitar la mejor

realización de las exportaciones (FAROPPA, 1983 p. 9).

Devido ao tamanho pequeno do país e de sua economia, o Uruguai, nunca teve grande peso no mercado internacional e ficou dependente das oscilações de preços e das crises internacionais. A atividade pecuária era praticada, predominantemente, em forma extensiva e com baixa tecnologia. Por isso, não absorvia muita mão-de-obra e apresentava uma tendência a concentrar renda em poucas mãos.

Para tentar reduzir essa dependência do mercado internacional e criar empregos para a população, geraram atividades econômicas, principalmente dentro da esfera estatal. Dessa forma, o Estado foi o grande empregador do país. Criaram-se também indústrias de produtos não tradicionais, voltadas ao mercado interno que operava em condições comparativas deficitárias e dependiam dos subsídios do Estado.

Segundo Faroppa, esse modelo econômico foi adequado até a década de 1950 em que a situação internacional facilitava a colocação dos produtos exportados no mercado mundial:

Pero la situación cambió a partir de la finalización de conflicto de Corea. Ya en 1954 el producto bruto agrario mostró tendencia a estancarse. La situación internacional dejó de presentar las características favorables exhibidas hasta entonces en materia de demanda de precios y las producciones agropecuarias exportables redujeron su rentabilidad, dificultando las transferencias de ingresos desde el agro hacia los restantes sectores productivos; por lo tanto, decrecieron sus posibilidades de contribución al mantenimiento de los niveles salariales reales (FAROPPA, 1983, p. 28).

A nova situação mundial provocou redução de ingressos de divisas no Uruguai. De acordo com o autor, o modelo econômico, embora inadequado para a conjuntura do período, permaneceu dentro dos mesmos lineamentos:

La gran característica de Uruguay, durante el período 1958-71, fue su estructura de producción material desequilibrada: el sector agrario proveyó bienes para el mercado interno y para el orden externo, en condiciones competitivas internacionales, y logró un balance de divisas sistemáticamente favorable (las exportaciones desde el agro siempre superaron a las importaciones con destino al mismo), mientras que los sectores manufactureros y de la construcción produjeron mayoritariamente con destino al mercado doméstico, en condiciones no competitivas internacionales, y presentaron un balance de divisas sistemáticamente desfavorable (el valor de los

bienes e insumos importados siempre superó al de los exportados) (FAROPPA: 1983, p. 13).

A indústria local ficou duplamente dependente: por um lado, dos dólares que a pecuária trazia para o país e, por outro, por tratar-se de uma indústria voltada ao mercado interno, ficava refém das oscilações dos níveis de renda da população. Nos períodos de crise, a queda dos salários produzia retração do mercado interno. Para amenizar essa situação, se estabeleceu um sistema de substituição de exportações por produtos nacionais e, gradativamente, fechou-se a economia uruguaia.

O produtor rural primário raramente era exportador direto, devido à proibição de exportar gado vivo, sendo obrigado a vender sua produção para a indústria frigorífica e derivadas. Dessa forma, gerou empregos nas áreas das indústrias da carne, dos couros, das lãs, do sabão, do leite e de indústrias químicas.

Em resumo, o modelo econômico uruguaio anterior a 1971 dependia das divisas trazidas pelas indústrias pecuário-exportadoras e pelo nível de consumo do mercado interno, o equilíbrio do sistema era mantido pela intervenção do Estado.

2.1.1 O intervencionismo do Estado

A intervenção do Estado se materializou em diferentes aspectos da econômica uruguaia.

Os níveis salariais e ocupacionais eram administrados por um Conselho de Salários para cada atividade econômica. Cada Conselho de Salário era integrado por um representante das organizações empresariais, outro representante dos trabalhadores dessa atividade, “conjuntamente con un representante estatal cuyo voto fue, muchas veces, decisivo” (FAROPPA, 1983, p. 16).

Da composição dos Conselhos de Salários pode-se observar que o voto de minerva corresponde ao Estado, isso significa que tem a última palavra para resolver o conflito. As negociações dentro do conselho de salário, em geral, eram acompanhadas por mobilizações dos trabalhadores do setor. Muitas vezes, as

melhorias salariais para um setor, significavam retrações para outros trabalhadores. Isso pode explicar, em parte, as dificuldades em se conseguir a unificação do movimento sindical uruguaio.

A intervenção estatal para manter os níveis de salários e o aumento da produção não acabava nos Conselhos de Salários. O modelo econômico era tão coeso, que qualquer mudança num segmento podia desequilibrar todo o sistema. Se o Conselho de um setor determinava um aumento salarial poderia acontecer que esse setor não tivesse condições de assumir esse prejuízo e nesse caso era necessário transferi-lo para outro setor. Tratando-se de um setor exportador em que a margem de lucro era baixa, o aumento de custos salariais poderia provocar uma queda de produção porque o exportador se sentiria desestimulado a produzir e, em consequência, diminuiria a entrada de divisas. Para evitar a queda de produção, o Estado devia compensar esse exportador com outros subsídios.

Segundo Faroppa (1983), o Estado intervinha também com outros mecanismos entre os quais, os mais importantes eram: o tipo de câmbio, as taxas de juros, níveis de crédito e barreiras tarifárias.

Para aumentar os lucros do exportador, em casos de baixa cotação de seus produtos no mercado internacional, o Estado provocava a depreciação da moeda nacional em relação ao dólar de forma que o exportador recebia mais pesos a cada dólar que exportava. Mas, essa medida desequilibrava novamente o sistema porque prejudicava o industrial que precisava comprar insumos no exterior para produzir, sendo necessário usar mais pesos para importar esses produtos. A intervenção estatal se materializou nesses casos ao fixar valores do dólar diferenciados para cada setor da economia e com a criação de um complexo sistema de controle e administração da cotação do dólar.

Podemos observar que esse sistema de cotações de dólares por setores beneficia apenas os setores vinculados ao comércio exterior e não o produtor rural primário que, como dissemos, estava impedido de exportar gado vivo.

A intervenção estatal, segundo Faroppa, incluía, também, taxas de juros diferenciadas por setor econômico para estimular a fabricação de produtos nacionais em substituição de produtos de fabricação estrangeira. Essas taxas de juros eram tão baixas que estavam muito desconectadas dos valores internacionais e, portanto, desestimulavam a entrada de capitais financeiros estrangeiros, também não estimulavam a poupança interna. Observamos como a porção do mercado

financeiro que operava o capital estrangeiro se limitava a créditos destinados à compra de produtos menos prioritários ou suntuosos. Desta forma, a fração do capital ligada ao capital financeiro também era prejudicada pelo intervencionismo estatal uruguaio.

Ainda de acordo com Faroppa (1983), por falta de estímulos à produção rural, o nível de exportações não apresentou maiores incrementos e caiu o ritmo de entrada de divisas:

La declinación de las expectativas favorables en el sector del empresariado rural contuvo sus volúmenes productivos. La administración de los precios de los bienes agrarios en el mercado local y el descenso de las cotizaciones de sus productos en el mercado internacional, conjuntamente con la suba de los costos domésticos, redujeron sus oportunidades de ganancia, acumulación y ahorro. El estancamiento de la producción rural derivó en el estancamiento de la exportación primaria y, consiguientemente, ello condujo a la caída del volumen de divisas puestas al servicio de la economía nacional (FAROPPA, 1983, p. 23).

Para evitar um desequilíbrio na balança comercial foi necessário reduzir o volume das importações por meio de barreiras protecionistas. Protegia-se a indústria nacional por médio de impostos e exigências sanitárias à importação de produtos estrangeiros similares aos produzidos no país. Para proteger a substituição dos produtos importados também se recorreu ao uso de linhas de créditos direcionadas para determinadas atividades de interesse nacional.

Podemos ver como esse modelo econômico conduziu ao isolamento da economia uruguaia. Segundo Faroppa (1983), a redução das exportações provocou também a diminuição das compras locais e, conseqüentemente, quedas de produção. O país entrou em um estado de estancamento. Os setores empresariais começaram se organizar em defesa de seus interesses e, também, com a participação dos trabalhadores.

Para o autor, mesmo com todas essas dificuldades, os governantes tentaram manter um determinado nível de salários e de consumo até 1968, mas a partir do fechamento da economia uruguaia, os aumentos salariais resultantes dos Conselhos de Salários foram transferidos para os preços de venda dos produtos. Acelerava-se, dessa forma, os ciclos inflacionários e conduzia-se a uma crise difícil de resolver por um sistema político partidário comprometido com os setores

envolvidos.

Se considerarmos as observações anteriores, pode-se afirmar que, desde o início do século XX até a década de 1970, existe dentro do bloco no poder uma fração hegemônica composta pelo capital industrial nacional que consegue, por meio do uso do aparelho do Estado, se apropriar de parte dos excedentes gerados pela fração pecuária e, em defesa dos seus próprios interesses, inibe as possibilidades de desenvolvimento da fração correspondente ao capital financeiro.

Do ponto de vista teórico, com um nível de abstração bastante acurado, Poulantzas afirma que a existência de uma fração hegemônica não exclui do bloco as outras frações:

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum da classe ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (POULANTZAS, 1977, p. 234).

A fração pecuária exportadora participa do bloco no poder e o benefício que dele recebe é suficientemente compensador para legitimar o bloco. Não devemos esquecer que dessa aliança surgiu tanto a pacificação do interior do país quanto a desmobilização dos trabalhadores, elementos essenciais para viabilizar o início do processo de acumulação capitalista no Uruguai. Nos períodos de crise, como vimos, a aliança dentro do bloco se fortalecia para enfrentar a ameaça dos trabalhadores, por meio de autoritarismos, sem que essas situações significassem mudanças de classe hegemônica.

2.2 AS PRIMEIRAS MEDIDAS LIBERAIS

As mudanças na conjuntura econômica mundial, produzidas a partir da década de 1950, provocaram déficit na balança comercial do Uruguai. O modelo de país *batllista* estava esgotado, o Estado inicia um processo de liberalização de sua economia, a fração financeira do capital se fazia presente gradativamente.

Das características da economia uruguaia, observamos que as medidas protecionistas praticadas pelo governo na primeira metade do século XX beneficiavam o capital industrial em prejuízo do produtor rural agropecuário. Dessa forma, a liberalização da economia se tornou uma bandeira de luta para o setor pecuário.

Vimos que o partido *Blanco* se identifica com os interesses do capital pecuário e, portanto, com a liberalização econômica. O partido *Colorado*, por sua vez, defende os interesses da indústria nacional e se identifica com o intervencionismo.

Na década de 1950, inicia-se um período de estancamento da economia uruguaia que se aprofundou nas décadas seguintes. Segundo Luis Faroppa (1983), as causas desse estancamento se devem à queda do preço das exportações uruguaias no mercado internacional e à diminuição da procura dos seus produtos. O mercado internacional passou por importantes mudanças na década de 1960, quando surgem as empresas multinacionais. Os países em desenvolvimento expandem suas exportações e os países industrializados generalizaram o uso de subsídios para seus produtos agrícolas.

À medida que a situação econômica se agrava, os conflitos entre os diversos setores do capital e os trabalhadores aumentaram. O setor industrial já não é mais capaz de articular o apoio dos trabalhadores com retribuições econômicas.

Essa situação se reflete no terreno político: a fidelidade partidária foi quebrada, o partido *Colorado* reduziu seu caudal de eleitores, os partidos de esquerda se fortaleceram e o partido *Blanco* capitalizou a maioria das intenções de votos.

O fortalecimento do partido *Blanco* não significa que a burguesia latifundiária tinha-se constituído em fração hegemônica dentro do bloco no poder. Isto porque, por um lado, as mudanças dentro do bloco não dependem apenas das mudanças na cena política. Pode existir outra fração, oculta, em movimento ascendente preparando-se para conquistar a hegemonia.

Por outro lado, o fato de que a fração do capital financeiro internacional não esteja representada declaradamente por um setor político não significa que esteja ocupando papéis secundários dentro do bloco “pues una organización de poder de clase puede no conducir a una acción declarada, cuando su poder depende de su ocultación política de clase” (POULANTZAS, 1975, p. 129-

130).

A fração da burguesia uruguaia correspondente ao capital financeiro também mantinha interesses distintos do capital industrial nacional, porque as políticas protecionistas impediam a livre circulação do capital, o valor do dólar era determinado pelo Estado e os bancos estavam sob fortes controles da autoridade monetária.

Embora o Uruguai tenha ingressado como membro do FMI em 1947, não apresentou déficit na balança comercial até 1955.² O modelo *batllista* de país era muito diferente do modelo proposto pelo Fundo. A partir de 1955, a economia europeia começou dar sinais de recuperação, aparecem mecanismos protecionistas que limitam a importação de produtos estrangeiros, principalmente os primários. A tecnologia que a Europa exportava se aperfeiçoava e aumentava consideravelmente o seu valor. O Uruguai começou a importar mais do que exportava. O déficit na balança comercial, a inflação e a desvalorização da moeda causam graves estragos à econômica do país. Esta crise preparou o caminho para o triunfo do partido *Blanco* e à entrada do capital financeiro internacional:

El triunfo electoral de la alianza herrero-ruralista dentro del Partido Nacional en 1958 permitió el ascenso de representantes directo de los sectores agropecuarios, allanando el camino para la implementación de sus particulares intereses. Los mismos tenían muchos puntos de contacto con los postulados del FMI, que buscaba la reducción del gasto interno generando excedentes que se transferirían al exterior por el camino de las exportaciones. La clase alta rural apoyaba toda la política económica contraria al intervencionismo estatal, al proteccionismo comercial, a los cambios múltiples, al mantenimiento “artificial” del valor del peso, y a la industrialización surgida por la “voluntad oficial” (NAHUM *et al*: 1998b p.114).

Com a lei de Reforma Monetária e Cambial aprovada em dezembro de 1959, a economia uruguaia se amoldou às exigências do FMI. Em setembro de

² O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado em 1944 com a participação de 45 países. Cada país membro tinha direito a 250 votos, mais um voto complementar por cada 100 mil dólares de contribuição desta forma os países mais ricos controlam as políticas do FMI. Os objetivos do Fundo são o de auxiliar aos países membros em casos de desequilíbrios na balança comercial, mas o país solicitante deve se comprometer a reduzir seus gastos como forma de gerar superávit para voltar equilibrar a balança comercial. Este compromisso era feito por meio de uma carta de intenção.

1960, assinou sua primeira carta de intenções com o Fundo. Em 1962, a dívida externa uruguaia era de US\$ 433,1 milhões, o dobro da dívida de 1958 que era de US\$ 220,9 milhões.

O novo governo atendeu algumas das reivindicações dos pecuaristas uruguaiois que sempre reclamaram por mais liberdade para comercializar seus produtos no exterior. As primeiras medidas contra o protecionismo estatal apareceram durante o primeiro governo *blanco* de 1959 a 1962.

Esse governo se caracterizou por implantar políticas que prejudicaram as indústrias, pelo abandono das práticas protecionistas e pela promoção da produção agropecuária:

En pos de estos objetivos se aprobó en diciembre de 1959 la Ley de Reforma Monetaria y Cambiaria. Se inspiraba en los postulados ideológicos de liberalismo económico y en las directivas que el Fondo Monetario Internacional “aconsejaba” a los países latinoamericanos. Promoviendo la libertad del comercio internacional se oponía al dirigismo al proteccionismo y a la política de subsidios que se había seguido en el Uruguay “neobatllista”. Se buscaba favorecer las actividades económicas consideradas eficientes. El sector agropecuario, que contaba con la aceptación internacional, debía ser promovido a través de políticas cambiarias y monetarias. Se implantaba en el país el primer programa de signo liberalizador desde la crisis de 1929 (NAHUM *et al*, 1998b, pp.106-107).

Não obstante se tentasse melhorar a situação do setor agropecuarista por meio da reforma liberal, não houve consenso político para tomar medidas mais severas que implicavam uma retração dos níveis de vida da população.

O capital financeiro internacional inicia um processo de ascensão dentro do bloco no poder visando a constituir-se em fração hegemônica. Essas mudanças dentro do bloco, além dos conflitos internos entre as diferentes frações do capital, produziram conflitos com as classes subalternas e complicações na cena política: os protestos da população, a resistência dos sindicatos e o surgimento da guerrilha. Os partidos políticos tradicionais, temerosos de perder seus eleitores não foram capazes de tomar as medidas antipopulares que a nova hegemonia exigia.

Também não houve consenso político nos governos posteriores para acabar totalmente com o modelo *batllista* do país. As oscilações do eleitorado

fizeram com que, nas eleições de 1962, saísse triunfante novamente o partido *Blanco*, mas não o setor *herrero-ruralista*. Desta vez o eleitorado preferiu a *Unión Blanca Democrática* de perfil mais moderado. Nas eleições de 1966 e 1971, o triunfo eleitoral foi do partido *Colorado*.

As mudanças produzidas no cenário político provocaram uma gradativa politização das forças armadas uruguaias. A substituição de comandos militares de tradição *colorada* por subalternos de filiação *blanca* gerou conflitos entre o governo e o exército. Esses conflitos foram resolvidos com o aumento da participação das forças armadas na cena política:

Las primeras y aún tímidas presiones del sector castrense salieron a luz en esta etapa. Entre mayo y junio de 1964, intensos rumores de un posible golpe de Estado conmovieron la opinión pública mientras se producía una nueva crisis ministerial. El Gral. Pablo Moratorio fue nombrado nuevo Ministro de Defensa Nacional en un clima de gran tensión agravado por las denuncias de presiones militares en su designación (NAHUM *et al*, 1998b, p. 29).

O triunfo da revolução cubana (1959) representava uma ameaça para as Forças Armadas do cone sul de tradição anticomunista. Efetivos das Forças Armadas uruguaias são treinados nos Estados Unidos para reprimir qualquer tentativa revolucionária no país. Militares da Argentina, do Brasil e do Uruguai mantêm contatos permanentes para articular estratégias de combate ao comunismo e à guerrilha. Em 1964, produziu-se o golpe de Estado no Brasil e; em 1966, na Argentina.

2.3 A REORGANIZAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS

As oscilações produzidas na economia mundial nas décadas de 1950 e 1960, as acomodações das frações do capital dentro do bloco no poder no Uruguai e as conseqüências nefastas que essas movimentações do capital trouxeram para as classes subalternas uruguaias, provocaram mudanças na forma de se organizarem as forças populares do país. Inicia-se, a partir da década de 1960, um processo de construção de grandes organizações nacionais opositoras

aos avanços do liberalismo e do autoritarismo.

Para enfrentar as grandes corporações da direita uruguaia, representadas pelos partidos *Blanco* e *Colorado* e pelas suas organizações empresariais – Federação Rural, Câmara de Indústrias, Associação de Bancos, entre outras – foi necessária a unificação das forças opositoras. Devido às discrepâncias ideológicas entre os diversos partidos e organizações sindicais, essa unificação percorreu um longo caminho. Como resultado desse processo, surgiram a *Frente Ampla*, o *Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores* (PIT-CNT) e o movimento social dos sem-teto, a *Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua* (FUCVAM); que atuam respectivamente nos planos político, sindical e nos movimentos sociais.

2.3.1 Surgimento da Frente Ampla

A vitória do partido *Blanco*, em 1958, deixou evidente que a fidelidade dos eleitores aos partidos tradicionais era questionada. Discrepâncias internas dentro dos partidos *Blanco* e *Colorado* provocaram a saída deles de importantes setores que formaram novas organizações políticas.

O partido Socialista, fundado em 1910, por Emilio Frugoni experimenta, na década de 1960, uma mudança ideológica importante: abandona o pensamento pró-ocidente e o substitui por posturas fortemente antiimperialistas e nacionalistas. Para aproveitar as forças que se desprenderam dos partidos tradicionais, o partido Socialista, junto ao setor liderado por Enrique Erro, que acabava de abandonar o partido *Blanco*, fundam a União Popular com vistas às eleições de 1962. Embora, a idéia dos socialistas tenha sido o agrupamento das forças opositoras ao imperialismo, o Partido Comunista ficou expressamente excluído. O motivo dessa exclusão era principalmente tático, pois se temia que a presença do PC dentro da União Popular provocasse rejeição entre os eleitores rurais.

O PC também se radicaliza, substitui o seu Secretário Geral Eugenio Gomes, que era partidário de uma linha mais social-democrata, e funda a Frente Esquerda de Liberação (FIDEL) em aliança com setores vindos dos partidos

tradicionais: Avançar, Movimento Batllista 26 de outubro e Movimento Revolucionário Oriental. A idéia era formar uma coalizão de forças sem exclusões que permitisse fazer uma revolução agrária antiimperialista e abrir caminho ao socialismo.

Os católicos agrupados no partido político União Cívica também se aproximam da esquerda e, em 1962, transformam-se no *Partido Demócrata Cristiano*.

Nas eleições de 1962, o *Partido Demócrata Cristiano* manteve o mesmo caudal de votos que tinha obtido nas eleições de 1958 com o nome União Cívica. A FIDEL aumentou a porcentagem de votos que o Partido Comunista tinha obtido nas eleições anteriores de 2,9% para 3,6%. A União Popular obteve menos votos que o Partido Socialista em 1958: de 3,5% passou para 2% do eleitorado.

Em 1965 por iniciativa da FIDEL se criou a *Mesa por la Unidad del Pueblo* onde participaram o Partido Socialista junto com a FIDEL e dirigentes sindicais, universitários e pessoas independentes. Os objetivos eram três:

1º) “estructurar con eficacia la unidad política de la fuerzas progresistas del país”, 2º) “crear una base programática común frente à la reacción y el imperialismo”, 3º) buscar “soluciones electorales que se adapten a esos objetivos” (NAHUM *et al*, 1998b, p. 37).

Alguns setores abandonam os partidos Socialista e Comunista acusando-os de terem virado eleitores e colaboracionistas com a oligarquia. O *Movimiento Izquierda de Liberación* (MIR) saiu do Partido Comunista. O *Movimiento de Unificación Social Proletario* (MUSP) e o *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN), “tupamaros”, saíram do Partido Socialista.

O MLN–tupamaros tornou-se o grupo guerrilheiro mais atuante, apareceu à luz pública num enfrentamento armado contra a polícia em 1965. Optaram pelas armas como alternativa, pois avaliaram o esgotamento do sistema político tradicional. Eles consideravam que sua ação serviria como um foco revolucionário que atrairia ao conjunto da sociedade, de forma similar ao exemplo cubano:

La situación a nivel continental, a su vez, mostraba la influencia de las teorías “foquistas”. El éxito de la revolución cubana, las tesis de Ernesto “Che” Guevara y Régis Debray y la Primera Conferencia de la Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS), realizada en

La Habana a mediados de 1967, favorecían el planteo de una estrategia insurreccional a nivel continental con miras a la conquista de la “segunda” independencia de América (NAHUM et al, 1998b, p. 67).

A origem social dos tupamaros era fundamentalmente da classe média: estudantes, professores, universitários e funcionários. Esse movimento experimentou um crescimento entre os anos 1968 e 1972. Embora se trate de um movimento fundamentalmente urbano contou com a participação dos trabalhadores da cana-de-açúcar agrupados na *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UTAA).

Na medida em que avançava o autoritarismo fez-se necessário acelerar os contatos para a formação de uma grande frente de oposição. Em 1968, tentou-se formar o *Movimiento de Defensa de las Libertades y la Soberanía* que teve até a participação de parlamentares dos partidos tradicionais.

Segundo Falero (2004b), existia dentro das forças opositoras uma proposta alternativa para superar a crise sem jogar nas costas do trabalhador a totalidade dos prejuízos:

Particularmente las políticas restrictivas en el plano salarial en la década del sesenta abren a un conjunto de demandas y un horizonte de posibilidades donde se potencia la posibilidad de caminar hacia un modelo que se caracterizaba – en toda América Latina – como antiimperialista y /o socialista, es decir, la expectativa de superar el carácter periférico de las economías y construir otras relaciones sociales (FALERO: 2004b p. 49).

Em 8 de Janeiro de 1971, fundou-se a *Frente del Pueblo*, integrada pelo *Partido Demócrata Cristiano* e pela Lista 99 (*Movimiento por el Gobierno del Pueblo*) que acabava de se separar do partido *Colorado*. Eles convocaram a todas as forças políticas para uma reunião em 5 de fevereiro para a formação de uma Frente Ampla:

De allí surgió la Declaración Constitutiva del Frente Amplio suscrita por los dos grupos que habían efectuado el llamamiento, más el Movimiento blanco, Popular y Progresista, el Frente Izquierda de Liberación, el Partido Comunista, el Partido Socialista, el Movimiento Socialista, el Movimiento Herrerista Lista 58, los Grupos de Acción Unificadora (GAU), el Partido Obrero Revolucionario (Trotskista), el Movimiento Revolucionario Oriental y el Comité Ejecutivo provisorio de los ciudadanos firmantes de la declaración de 7 de octubre. Días más tarde se sumaron la Unión Popular de Enrique Erro y otros grupos menores provenientes de los partidos “tradicionales” (NAHUM

et al, 1998b, p. 73).

O MLN-tupamaros ao manifestar seu apoio crítico, ratificou sua opção pelas armas e criou o *Movimento 26 de Março* para representá-lo politicamente na Frente Amplio. O *Movimento 26 de Março* não apresentou candidatos próprios para as eleições de 1971 e apoiou Enrique Herro.

A nova coalizão mantinha o perfil ideológico de todas as forças que a compunham. A presidência seria exercida pelo general reformado, de origem *batllista*, Líber Seregni, e se mantinham núcleos de bases chamados comitês que coordenavam as mobilizações em torno do programa em comum: a vigência das liberdades; transformações econômicas para superar a crise; reforma agrária; nacionalização dos bancos, dos grandes monopólios e do comércio exterior; fomento ao cooperativismo e reforma tributária. No seu primeiro discurso, em 26 de março de 1971, Seregni (1971) explicava as bases programáticas da Frente Ampla:

Los puntos críticos de los que tenemos que desamarrar al país, para que éste despegue con fuerza, para que crezca con vigor. Tenemos que desamarrar y cortar con el latifundio; tenemos que desamarrar y cortar con la banca privada; tenemos que desamarrar y cortar con el complejo de succión de la exportación. Estos son los aspectos principales, fáciles de visualizar, pero fortalezas que el pueblo tendrá que conquistar con luchas y sacrificios, porque hoy, o el pueblo elige su sacrificio para salvarse, o la oligarquía lo sacrifica a sus intereses. Todo esto exige temple, conciencia, responsabilidad, la mayor seriedad en las decisiones. Y para esto, el instrumento del pueblo será el gobierno, el gobierno del pueblo al servicio del pueblo, con la participación y contralor del pueblo (SEREGNI, 1971).

Marta Harnecker (2001) se refere assim à Frente Ampla e à figura de seu presidente, o General Líber Seregni:

372. La naciente coalición alberga a comunistas y demócratacristianos; militares y ex guerrilleros; ateos y cristianos. De ahí su nombre: Frente Amplio.

Acuerdo programático, pero no ideológico ni internacional

373. Esa amplitud sólo se logró con renunciaciones mutuas y garantías recíprocas. Sin ellas jamás hubiese podido conformarse una coalición de esa envergadura. El acuerdo de organizaciones políticas tan disímiles, para llevar adelante un programa que permitiese sacar el país del caos en que estaba, no podía sino prescindir de posiciones comunes en el terreno ideológico y en el internacional. La tolerancia pasa así a integrarse como elemento fundamental de la cultura de la izquierda uruguaya.

374. El parto no fue fácil, y en él jugó un destacado papel la intachable figura constitucionalista y amplia del general Líber Seregni, quien había optado por el retiro para no ser copartícipe de las atrocidades que sus compañeros de armas ya comenzaban a practicar (HARNECKER, 2001 p. 48).

As leis eleitorais uruguaias não permitiam o acúmulo de votos entre setores sem representação parlamentar. Por isso, a Frente Ampla recentemente formada, apresentou-se nas eleições de 1971 como *Partido Demócrata Cristiano*, considerado lema permanente pela participação nas eleições de 1966 e ter obtido representação parlamentar. No pleito de 1971, os candidatos da Frente Ampla a presidente e a vice foram o general Líber Seregni e o médico Juan José Crottogini, quem também não tinha antecedentes políticos. A Frente obteve 18,3 % dos votos e quase duplicou o total de votos que o conjunto dos partidos que a integravam tinham obtido, em forma individual, nas eleições de 1966. Teve direito a cinco senadores dos trinta que formam o senado do país e dezoito deputados dos 99 que integram a câmara de representantes. Este resultado significou o fim do bipartidismo uruguaio.

2.3.2 O movimento sindical

Esta seção analisa o processo de unificação do movimento sindical uruguaio que se inicia nas mesmas condições históricas em que se operou o nascimento da Frente Ampla. As mobilizações dos sindicatos conseguiram, em parte, reverter as ações estatais consideradas regressivas para os trabalhadores.

Em 1959, foi convocada uma assembléia consultiva de sindicatos para a formação de uma Central Única de Trabalhadores. Em 1961, surgiu a Central de Trabalhadores do Uruguai (CTU) e, em 1964, a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), que coordenava atividades entre a CTU e os sindicatos independentes.

Em 1966, a CNT foi transformada em central única de trabalhadores com abrangência nacional. Aos poucos se integraram outros sindicatos de assalariados não operários, como bancários, professores e funcionários públicos:

La agudización de la crisis económica, que llevó a sectores que habían estado al margen de las actividades sindicales a organizarse

y buscar soluciones de orden colectivo (bancarios, empleados públicos, docentes, etc.), contribuyó a que se consolidara la organización sindical no sólo en las ramas industriales sino en los servicios estatales y otros nucleamientos de sectores medios dependientes (NAHUM *et al*, 1998b, p. 165).

O sucesso da CNT se deveu a não imposição de uma linha ideológica. Seus objetivos eram unificar todos os sindicatos e respeitar as diferenças filosóficas. A plataforma reivindicativa também não se limitava às típicas demandas dos assalariados por condições de trabalho, “incluyendo propuestas de política económica y social que involucraban a la sociedad en su conjunto” (NAHUM *et al*, 1998, p. 166).

A CNT, desde a sua fundação, se define como classista:

La nueva central surgía – según decía su Declaración de Principios – “para impulsar a un plano superior la lucha por las reivindicaciones económicas y sociales de los trabajadores de la ciudad y el campo; por el mejoramiento de las condiciones materiales y culturales de conjunto de nuestro pueblo; por la liberación nacional y el progreso de nuestra Patria, en el camino hacia una sociedad sin explotados ni explotadores” (NAHUM *et al*, 1998b, p. 167).

À medida que a crise do país se agravou, as lutas sociais adquiriam maior caráter político, questionou-se a condução sócio-econômica e se elaborou um projeto alternativo:

Por ello en el Primer Congreso de la CNT celebrado en mayo de 1969 se caracterizaba la situación general en estos términos: “La CNT ha definido esta batalla no como una batalla sindical, sino como una batalla política en la que se confrontan dos orientaciones: una, la del FMI, la de la oligarquía y el imperialismo; y otra, la de la CNT, con un programa de soluciones nacionales” (NAHUM *et al*, 1998b, p. 167).

Para o bloco conservador, estas mudanças no movimento sindical se deviam à infiltração marxista e aplicou com todo rigor as diversas formas de repressão: militarizou funcionários públicos, desconheceu direitos sindicais, suspendeu garantias individuais para reprimir greves, recrudescu a luta contra os sindicatos.

O processo de politização alcançou seu ponto culminante em 1971 com a fundação da Frente Ampla, em que muitos dirigentes sindicais participavam

ativamente. Para o Partido Comunista – que tinha maioria na direção da central – o âmbito de luta deveria incluir tanto o sindical quanto o político e priorizava a participação revolucionária do partido como vanguarda do processo. A chamada “tendência sindical” situava o papel do movimento sindical por fora das organizações partidárias. Esta divisão não impediu que o movimento sindical respondesse ao golpe de Estado de 1973 como uma greve geral que durou 15 dias.

2.4 A DITADURA MILITAR

Nas eleições de 1971, a Frente Ampla obteve 18,3% dos votos, o partido *Colorado* alcançou a presidência com 41% e o partido *Blanco* – embora tivesse feito reclamações por fraude – ficou em segundo lugar com 40,2% de votantes. Foi eleito presidente da República Juan María Bordaberry, líder do setor mais autoritário do partido *Colorado*.

Durante o governo de Bordaberry, desmoronou-se a democracia uruguaia e a violência recrudesciu. Em 1972, o MLN-Tupamaros interrompe a trégua eleitoral e retoma a luta armada, após alguns incidentes com a polícia e o exército, a Assembléia Legislativa aprovou o pedido de declaração de Estado de Guerra Interna feito por Bordaberry; as garantias individuais foram suspensas e a repressão foi direcionada contra todos os opositores. Em 17 de abril de 1972 foi atacada a sede da Seccional 20ª do Partido Comunista em que morreram oito comunistas e um oficial do exército. Em 18 de maio, o MLN respondeu com um ataque à casa do chefe do Exército e matou quatro soldados. Nesse momento, a repressão tomou alcance nacional. As Forças Armadas começaram a controlar os meios de comunicação e, mediante o uso da tortura e arrestos indiscriminados, conseguiu capturar, em 31 de agosto, o principal líder tupamaro, Raúl Sendic e desbaratar todo o movimento. A concentração de poder em mãos dos militares foi de tanta envergadura que a maioria dos políticos se calou e permitiu a perda de seus poderes para não serem denunciados como opositores.

Em 27 de Junho de 1973, os militares conjuntamente com Bordaberry, dissolveram o Parlamento e decretaram o Golpe de Estado. Embora os militares tenham atuado com independência dos partidos e perseguido lideranças

tanto *blancas*, quanto *coloradas* ou *frenteampelistas*, de fato a repressão se focalizou no desmantelamento da Frente Ampla. O general Líber Seregni permaneceu preso durante 11 anos, a maioria das lideranças e militantes da Frente Ampla também foi presa, torturada, assassinada ou exilada.

A ditadura militar no Uruguai durou de 1973 a 1984. No início desse período, a crise do petróleo agravou a situação do país e abortou o plano econômico planejado pelos militares:

Pocos meses después de presentado el plan, la situación internacional evidenció lo erróneo del pronóstico: la cuadruplicación de los precios del petróleo impacto desfavorablemente a las economías de los países industrializados originando gruesos déficit en sus cuentas exteriores; para cubrirlos, redujeron sus importaciones, con lo cual disminuyeron el volumen de nuestras ventas, determinaron la caída de los precios de nuestros productos tradicionales y generaron una etapa depresiva en nuestro sector ganadero. Consecuentemente, todo el plan quinquenal comenzó a resquebrajarse y las autoridades tuvieron que elegir una opción alternativa (FAROPPA, 1983, p. 52).

Basicamente, o plano econômico-militar consistia em viabilizar o aumento das exportações e, conseqüentemente, o equilíbrio da balança comercial, transferindo recursos dos trabalhadores para os empresários. Os custos com salários ficaram subordinados às necessidades das empresas exportadoras e não de acordo com o equilíbrio do mercado interno. Tentou-se justificar essas medidas no próprio benefício dos trabalhadores, que uma vez equilibrada a balança comercial e o país com divisas disponíveis, se reativaria o mercado de trabalho e, com isso, os níveis de emprego e de salários:

La nueva redistribución se logró transfiriendo ingresos desde los sectores trabajadores y consumidores hacia los empresariales, mediante liberalizaciones más aceleradas de los precios de los bienes de consumo que de los salarios; ello se concretó a través de distintos instrumentos: devaluaciones, aumentos de tarifas públicas, elevaciones de alquileres, reformas impositivas, etc. (FAROPPA, 1983, p. 65).

As resistências foram reprimidas pela força. A guerrilha foi massacrada, os sindicatos dissolvidos e os seus líderes presos, mortos ou exilados.

O mesmo aconteceu com os partidos políticos e os movimentos sociais.

Durante o período da ditadura, consolida-se no país o modelo de acumulação capitalista, orientado exclusivamente para o mercado em que a redução de custos de produção, especialmente, os trabalhistas são fundamentais para assegurar a competitividade dos produtos manufaturados no país.

Falero (2004a) observa que durante a ditadura militar no Uruguai aparecem elementos que evidenciam o início de um neoliberalismo incompleto, porque começa uma política disciplinadora da sociedade, uma retração nos níveis de renda dos trabalhadores e, na década de 1980, a transferência de recursos para os países centrais.

2.5 O RETORNO À DEMOCRACIA

Na década de 1980, se produz uma nova crise de hegemonia política. Como forma de superar a falta de apoio dentro do bloco, os militares tentam se legitimar por meio do apoio eleitoral. Com esse objetivo, em novembro de 1980, foi submetida à consulta popular uma nova constituição. Basicamente instituiu uma democracia tutelada pelos militares. A proposta foi rejeitada pela população. Apesar de as opções do plebiscito serem votar *sim* ou *não*, o país viveu o que na época se chamou *primavera política*, a população se mobilizou em torno da campanha do voto pelo *não*. Foram permitidos atos de massas, manifestações e espaços na mídia. Iniciava-se desta forma um novo ciclo de lutas sociais.

O movimento sindical inicia sua recuperação como ator social chave e consegue celebrar, em 1º de maio de 1983, o Dia do Trabalhador com um ato de multidões. Em 27 de novembro de 1983, a Frente Ampla, junto com outros partidos políticos, realizou um ato de massas também com uma extraordinária participação popular.

É neste ciclo de lutas que aparecem novos “atores” sociais, dentre eles a FUCVAM:

En el plano del tejido social, ese período de inicio de la década del ochenta es de extrema riqueza. En la periferia de Montevideo se genera una red de comisiones vecinales, obras sociales de la Iglesia,

organizaciones sociales, clubes sociales y deportivos y cooperativas de vivienda para la generación de policlínicas barriales, clubes de compra, ollas populares, vivienda, etc. (Filgueira, 1985). Trascendiendo cualquier lectura mecánica de necesidad – movilización, es preciso observar un conjunto de experiencia colectivas (en el sentido ya indicado de Thompson) de base urbana que no dejará igual que antes a sus participantes. Entre ellas, las cooperativas de vivienda, tienen no sólo una expresión barrial localizada sino una expresión sociopolítica mayor como Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda mútua (en adelante FUCVAM, creada en 1970) que pese a los bloqueos, logrará crecer y consolidarse. Sus objetivos van más allá de la generación de cooperativa de vivienda, ya que implica toda una visión de sociedad y en ese contexto fue junto al movimiento sindical y al también surgido movimiento estudiantil, uno de los tres ejes de movilización social más importante contra la dictadura (FALERO, 2004b, p. 51).³

Para alguns autores, a FUCVAM se transformou em movimento social a partir de 1982:

Pese a todo, a partir de 1982, las cooperativas por ayuda mútua nucleadas en FUCVAM, la Federación Unificadora de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua, se transforman en un movimiento social de vanguardia en la oposición antidictatorial. Se conforma una coordinadora de fuerzas sociales integrada por FUCVAM, el movimiento sindical (PIT), el movimiento estudiantil (ASCEEP) y organizaciones defensoras de los derechos humanos: Es la llamada *Intersocial*. FUCVAM integra también la CoNaPro (*Concertación Nacional Programática*), la CoVip (*Coordinadora de la Vivienda Popular*) y la Mesa Nacional Intercooperativa, acordando acciones de resistencia al régimen dictatorial al tiempo que confluía con otras organizaciones sociales en la definición de propuestas hacia el diseño de políticas sociales de corte popular a ser asumidas por el gobierno a establecerse en 1985 (CHAVEZ; VIDAL, 1996, p. 13).

Depois de terem fracassado na sua tentativa de legitimação por plebiscito popular, os militares iniciaram o diálogo com vários setores dos partidos políticos para negociar uma saída democrática. Acordou-se uma convocação de eleições para novembro de 1984.

Nesta eleição não foi permitido que participassem todos os partidos

³ Falero refere-se a Thompson: “Las experiencia colectivas tienen una importancia crucial (Thompson, 1981, 1989), en la generación de significados sociales, de viejas y nuevas formas de subjetividad

que integravam a Frente Ampla, ficando de fora, expressamente, o Partido Comunista, bem como foram proscritos alguns candidatos. Nesse pleito, o Partido *Colorado* venceu com 41,2% dos votos, enquanto a Frente Ampla obteve 21,3 % e o Partido *Blanco* 35%.

2.6 O “BLOCO NO PODER” NA DÉCADA DE 1980

Durante o primeiro governo democrático posterior à ditadura militar, sob a presidência de Julio María Sanguinetti do partido *Colorado*, não se produzem modificações econômicas importantes. O governo de Sanguinetti (1985 a 1990) foi de transição, desenvolveu uma política liberal, mas com proteção de algumas indústrias e bancos nacionais.

Mais uma vez, do ponto de vista teórico, pode-se dizer que a presença de diferentes frações do capital no bloco no poder não significa que não há interesses distintos entre essas frações: “O bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica*” [grifos do autor] (POULANTZAS: 1977 p. 234-235).

Segundo Luis Stolovich, o bloco no poder no Uruguai na década dos anos 1980 estava integrado pelas seguintes frações: o capital financeiro internacional, o capital industrial exportador, o capital oligopolista ligado ao mercado interno, o capital agrário-exportador, o capital pecuário latifundiário e os industriais e comerciantes urbanos (STOLOVICH, 1990, p. 15-16).

O capital financeiro internacional está integrado pelos bancos instalados no país e pelos bancos credores do Uruguai. Esta fração ocupa o lugar hegemônico dentro do bloco, como credora do país consegue impor seus interesses frente às outras frações e limita a capacidade distributiva do Estado.

O capital industrial exportador ocupa também lugar privilegiado dentro do bloco. Trata-se das indústrias frigoríficas, curtumes e processadoras de arroz. Esta fração, integrada por grupos econômicos especializados no mercado exterior, está muito ligada ao capital financeiro. O pagamento da dívida externa

requer o ingresso de dólares ao país. Por isso, as condições que os credores impõem, beneficiam as atividades exportadoras e daí a conjunção de interesses dessas duas frações. Mesmo com a posição privilegiada que ocupa dentro do bloco, esta fração tem experimentado graves dificuldades causadas pela falta de gravitação no mercado mundial:

[...] Son sumamente vulnerables como lo han puesto de manifiesto las quiebras, transferencias de propiedad y otras reestructuras de algunos grupos frigoríficos (Ameglio, Agelópulos, Victorica), cítricos (Caputo, Solari), arroceros (Casarone, Aldao, Sanguinetti), pesqueros (García Gutiérrez) y del cuero (Cubalan) (STOLOVICH, 1990, p. 18).

A fração do capital industrial, embora tivesse experimentado um declínio no poder, encontra-se ainda em lugar privilegiado. Essa fração tem interesses em comum com a fração financeira, por exemplo: os incentivos às exportações. Tem também interesses distintos da fração financeira que são os derivados da falta de proteção do Estado e que fazem com que seja vulnerável ao mercado internacional. O *batllismo* como setor político dentro do partido *Colorado* ao representar os interesses desta fração, tradicionalmente defendeu as políticas protecionistas. Mas a partir do governo de Sanguinetti, este setor sob comando de Jorge Batlle, muda sua posição e começa a reclamar por reformas neoliberais drásticas.

O capital oligopolista voltado ao mercado interno integra o bloco, mas ocupa uma posição menos privilegiada. Trata-se de indústrias fabricantes, principalmente, de farinha e óleo para o mercado interno. Esta fração tem interesses distintos dos agricultores tanto capitalistas como familiares e, durante o governo de Sanguinetti, tem conseguido resolver esses conflitos em seu favor. O Stolovich menciona os grupos Gard, Peirano e Torino como representantes desta fração.

A fração da agricultura intensiva de tipo capitalista orientada à exportação, embora seja uma atividade recente no país, ocupa um lugar dentro do bloco no poder. Está integrada por produtores de arroz, cítricos, soja, cevada e leite e se encontra subordinada ao capital industrial exportador. Dentro desta fração

está, também, o capital agrário-cooperativo que com sua organização consegue superar a subordinação ao capital industrial, principalmente no setor lácteo.⁴

O capital pecuário latifundiário também integra o bloco no poder. Esta fração que, como já foi dito, significou um dos pilares fundamentais da economia uruguaia tem experimentado um declínio de poder. Durante o governo de Sanguinetti conseguiu impor seus interesses frente às indústrias frigoríficas.

Finalmente, ocupando posições secundárias dentro do bloco, estão os comerciantes e industriais urbanos que Stolovich (1990) denomina de capitalistas médios.

Stolovich (1990), também inclui as Forças Armadas e a “classe política” como integrantes não estruturais do bloco. Os oficiais militares atuantes durante a ditadura militar (1973-1984) alcançaram níveis de retribuição elevadíssimos que pretendem manter. Por isso defendem corporativamente o bloco. A “classe política”, são constituídas por “ciertas fracciones e instancias dirigente de los Partidos Tradicionales y ‘tecnoburócratas’ que ocupan posiciones claves, tienden a hegemonizar el bloque, articulando distintas partes componentes en un proyecto subordinador del país” (STOLOVICH, 1990 ,p. 21).

Stolovich (1990) considera a pequena burguesia como classe de apoio ao bloco no poder, uma vez que “las diversas capas que constituyen la pequeña burguesía tienden a ser reclutadas como apoyo del bloque, en una compleja relación de atracción y rechazo” [grifo nosso] (STOLOVICH, 1990 p. 16). Na realidade não se trata de uma classe de apoio, mas uma classe aliada. A classe aliada seria aquela que tem interesses em comum com a fração hegemônica. A partir de uma perspectiva poulantziana, entendemos que:

O conceito de bloco no poder distingue-se daquele de aliança. Este último implica também em uma unidade e em uma contradição entre os interesses das classes ou frações de classes aliadas. [...] A aliança pode funcionar entre as classes ou frações do bloco no poder, ou entre uma dela, por um lado, e uma outra classe ou fração, por outro: um caso freqüente dessa aliança é, por exemplo, a relação

⁴ Observa-se aqui como, uma forma de organização econômica típica das classes populares, como é o cooperativismo, é apropriada pelo capital. Na realidade, segundo Julio Gambina (2007), é freqüente que estas formas associativas acabem sucumbindo ao capital: “Sabemos que la administración del Estado e incluso de las cooperativas han sido muchas veces funcional a la demanda de acumulación capitalista de los capitales mas concentrados que actúan en el país” (GAMBINA, 2007, p.5).

da pequena burguesia com o bloco no poder (POULANTZAS, 1977, p. 236).

As classes de apoio seriam aquelas que aderem ao neoliberalismo por motivos meramente ideológicos sem obter nenhum benefício econômico. Este seria o caso, por exemplo, dos trabalhadores que se manifestam a favor das privatizações porque tradicionalmente vêm na distribuição dos cargos públicos uma forma de retribuição de favores políticos. Em retrospectiva comparada, apoiamo-nos em Boito Jr. quando analisa o caso brasileiro:

De fato, ao contrario da fração superior da classe média, a baixa classe média e a classe operária, os desempregados, subempregados e trabalhadores autônomos não têm razões econômica para aderir ao neoliberalismo e, no entanto, parte importante desses setores sociais aderiu à política neoliberal. Fizeram-no por motivos ideológicos e, por isso, devemos considerar que tais setores sociais não são propriamente uma classe aliada do bloco no poder, mas apenas uma classe apoio desse mesmo bloco (BOITO Jr., 2002, p. 28).

Retomamos o caso da pequena burguesia urbana classificada por Stolovich (1990, p. 20) como classe de apoio ao bloco no poder porque seus interesses são contemplados de forma secundária frente aos interesses do capital industrial e comercial. Na realidade, existem interesses específicos destas categorias que são deixados em segundo plano. Estes setores da pequena burguesia compartilham com o bloco no poder um amplo leque de interesses comuns a todas as frações que integram a burguesia, por exemplo: a apropriação de maiores taxas de mais-valia, proteção da propriedade privada e distribuição do excedente pelas mãos do Estado.

No caso dos proprietários de imóveis de aluguel, que Stolovich (1990), inclui nesta pequena burguesia, eles têm conseguido do bloco no poder a proteção de seus interesses nos conflitos entre proprietários e inquilinos, que em todos os casos têm sido resolvidos em favor dos proprietários. Não se trata apenas de um apoio meramente ideológico. Trata-se de uma aliança para obter benefícios econômicos. Claro que o conflito entre proprietários e inquilinos não se enquadra no que seria um conflito classista puro de oposição *capital-trabalho*. Segundo Engels

(1979), no contrato de aluguel não existe apropriação de mais-valia, mas uma troca de dinheiro por mercadoria:

Trata-se de uma simples venda de mercadoria e não de uma transação entre um proletário e um burguês, entre um operário e um capitalista; o inquilino – ainda que no caso de ser operário – apresenta-se como um homem que possui dinheiro; é preciso que tenha vendido previamente sua mercadoria específica, a força de trabalho, para poder apresentar-se como o produto da sua venda como comprador do uso de uma habitação – ou então deve poder garantir, a futura venda dessa força de trabalho. [...] Quaisquer que sejam as vantagens exorbitantes que o locador tire do inquilino, aqui não há senão a transferência de um valor já existente, previamente produzido; a soma total dos valores possuídos conjuntamente pelo proprietário e pelo inquilino continua sendo a mesma antes e depois (ENGELS, 1979, p 4).

Embora esse contrato de aluguel não constitua uma relação de apropriação de mais-valia é inegável que o proprietário participa da repartição da mais-valia produzida pelo proletariado. O problema da habitação é um problema do capitalismo. É produto da concentração de trabalhadores nas grandes cidades e, provavelmente, só será definitivamente resolvida com a abolição do modo de produção capitalista. No dia em que não exista forma de se apropriar da força de trabalho de outros seres humanos, não haverá como distribuir mais-valia. “[...] o certo é que todos os que não trabalham só podem viver da parte da mais-valia que, de uma forma de outra, cabe-lhes” (ENGELS, 1979, p. 2).

O setor da pequena burguesia uruguaia, proprietária de imóveis de aluguel, tem interesses em comum com o restante da grande burguesia. Esse interesse consiste em que continue o modo de produção capitalista que permite a apropriação da força de trabalho do proletariado e depois a distribuição entre todos os que não trabalham e vivem da porção de mais-valia que lhes cabe. Ela é uma classe aliada ao bloco porque tem interesses em comum com as frações da burguesia e participa de um modo geral na distribuição da mais-valia.

Outra categoria que Stolovich (1990) define como classe de apoio e que pelos mesmos motivos consideramos classe aliada é composta pelos titulares de poupanças no sistema bancário. Estes se vêem beneficiados nas altas rentabilidades de seus investimentos e na possibilidade de realizar investimentos no exterior. O setor financeiro é o que menos se viu afetado pelos sacrifícios que

trouxe a implantação do modelo neoliberal no Uruguai. A estabilidade das políticas monetária permitiu que este setor da pequena burguesia continuasse recebendo sua parte na distribuição de mais-valia.

2.7 O NEOLIBERALISMO NO URUGUAI

Foi durante o terceiro governo *Blanco* do século XX em que se processam no Uruguai mudanças típicas do neoliberalismo como, por exemplo, a reforma do Estado, as privatizações e a precarização das relações trabalhistas.

O resultado das eleições de 1989 levou à presidência do Uruguai Luis Alberto Lacalle Herrera, do setor *herrerista* do partido *Blanco*. Lembramos que este setor, tradicionalmente, representa os interesses do setor agrário especialmente dos grandes pecuaristas. A liberalização do comércio dos produtos primários foi uma aspiração constante deste setor que em raras oportunidades viu parcialmente atendida. Por isso o governo de Lacalle foi o mais comprometido em aprofundar as reformas neoliberais da economia uruguaia. Dentro do próprio partido *Blanco* há setores mais moderados que interferiram na aplicação de medidas muito drásticas. Dentro desses setores moderados, os mais representativos são: *Por la Pátria* e o *Movimiento Nacional de Rocha*, liderado pelo senador Carlos Julio Pereira.

No partido *Colorado* houve mudanças importantes: o setor *batllista*, que tradicionalmente defendia o protecionismo, agora se identifica mais com a adoção de medidas neoliberais drásticas, isto porque o setor liderado por Julio María Sanguinetti, que conduzia o país desde o final da ditadura em 1985, é partidário de reformas menos radicais. O *batllismo* estabeleceu alianças políticas com seu inimigo tradicional, o *herrerismo*.

A presença empresarial desmascarada no gabinete de Lacalle nos proporciona uma idéia de quais foram as mudanças no interior do bloco no poder.

O capital financeiro internacional esteve representado pela figura

chave do período, o presidente do Banco Central, Ramón Díaz, integrante do escritório de advocacia *Guyer e Regules* que presta serviços de assessoria e representação dos bancos credores do país. Ramón Díaz é considerado líder e ideólogo do neoliberalismo fundamentalista uruguaio. A presença no governo desta fração foi reforçada com a indicação do vice-ministro de economia e finanças Nicolas Herrera, também integrante do escritório de advogados *Guyer e Regules*.

O Banco Central do Uruguai é chamado vulgarmente de *Banco de Bancos*, atribuição que lhe foi dada pela lei 16.696, em seu artigo 7: “e) Actuará como banquero de las instituciones de intermediación financiera;” (DIARIO OFICIAL: 1995). A mesma lei entregou ao Banco Central a condução da política monetária, cambial e financeira. A presença de um representante do capital financeiro internacional na Diretoria do Banco Central significa deixar em suas mãos o controle de todo o sistema financeiro, a administração das reservas internacionais, a representação do país frente aos organismos financeiros internacionais, a emissão de moeda e o regime de câmbio. Além disso, a lei atribuiu-lhe, também, a função de organismo assessor do governo em matéria econômica.

O capital pecuário e o capital industrial estiveram representados pelo ministro de economia e finanças Enrique Braga, dirigente da Federação Rural, da Câmara de Indústrias e da Associação Cristã de Dirigentes de Empresas.

O capital agrícola estava representado pelo ministro de Agricultura Álvaro Ramos, ex-dirigente das Cooperativas Agrárias Federadas, consideradas como expressão institucionalizada do capital cooperativo.

A situação econômica herdada do governo Sanguinetti era complicada. O déficit fiscal chegou a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a emissão de títulos de dívida pública – instrumento utilizado para compensar o déficit – estava em nível perigoso e a inflação ameaçava novamente. O governo de Lacalle planejou um pacote de medidas denominado Ajuste Fiscal que pretendia reduzir o déficit para 2,5% do PIB e a inflação para 50% anual.

Excetuando o capital financeiro, todos os setores da sociedade uruguaia, em maior ou menor grau, sofreram gravemente com o Ajuste Fiscal. A redução do déficit fiscal significou aumento de tributos, redução do salário real em 14,7%, redução do gasto público em 15% e supressão da devolução de impostos que beneficiava aos exportadores. Estas medidas irritaram os trabalhadores,

industriais, agro-exportadores e produtores rurais.

O produtor agrário, especialmente o pecuarista que por um lado perdeu a devolução de impostos das exportações, foi compensado com a liberação parcial da comercialização de seus produtos. Liberou-se a exportação de couros sem industrializar, quebrando o oligopólio exercido pelas empresas Paycueros e Midobers e, assim, obteve melhores preços para os produtores. Outra medida que beneficiou os produtores pecuários e prejudicou o setor dos frigoríficos foi a liberação do mercado de carnes.

Observamos dentro do bloco no poder, na década de 1990, o reforço do capital financeiro internacional como fração hegemônica e a perda de poder da fração do capital industrial para a fração do capital agrário especialmente o pecuarista:

La dirección de ese desplazamiento sería: pérdida de poder relativo de la fracción industrial – y de los grupos económicos apoyado en el capital industrial – y fortalecimiento de la fracción agraria en general, y de los ganaderos en particular (STOLOVICH, 1990, P. 40).

Segundo Mallo e Serna (2003), apesar de todos os sacrifícios que tiveram que passar as classes subalternas, não houve benefícios para elas. O crescimento econômico experimentado no Uruguai durante os anos 1990 foi em média 3,1% anual, totalmente insuficiente para reverter a taxa de desemprego que se manteve em 9%. Fato que afetou, principalmente, a população mais vulnerável: jovens, pessoas mais velhas e trabalhadores com baixa qualificação.

As mudanças que levaram à desregulamentação e à flexibilização das relações trabalhistas provocaram aumento das situações de emprego precário e informalidade. O emprego informal se situou em 42% do emprego urbano. O setor público experimentou uma queda de empregos de 22% na década anterior para 18% na década dos 1990. O nível de pobreza saltou de 9% de lares pobres da década anterior para 15% de lares e 23% da população eram pobres nos anos de 1990:

La región rioplatense que históricamente se había destacado por su alto grado de desarrollo social, luego de los efectos devastadores del ciclo de reformas y crisis económicas fueron atravesados por la

reproducción de multiplicidad de diferencia sociales que han cuestionado las instituciones tradicionales de integración social del Estado, la Familia y la Educación (MALLO E SERNA, 2003 p. 23).⁵

Nas cidades aparecem grandes transformações: acentuou-se o processo de segregação urbana, os sindicatos têm dificuldades para mobilizar um número cada vez maior de trabalhadores do mercado informal, os movimentos sociais aumentam sua gravitação nos bairros. A FUCVAM também passou por transformações para adaptar-se a essa nova realidade. É o que pretendemos desenvolver no próximo capítulo.

⁵ Ao se referir à região rio-platense, os autores falam do Uruguai e Argentina, pois os dois países foram estudados por eles.

CAPÍTULO III

3 A FEDERACIÓN URUGUAYA DE COOPERATIVAS DE VIVIENDAS POR AYUDA MÚTUA (FUCVAM)

3.1 APRESENTAÇÃO

Nesta seção apresenta-se brevemente a Federación Uruguay de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua.

A FUCVAM é uma federação de cooperativas de moradias populares por ajuda mútua que reúne 340 unidades cooperativas distribuídas em praticamente todas as cidades do Uruguai. Em março de 2006, integravam a Federação 16 mil famílias de baixa e média renda, que totalizam 60.208 pessoas. As suas origens estão ligadas ao movimento sindical de onde surgiu a grande maioria das unidades cooperativas. As famílias, que ingressam no movimento, participam ativamente do processo de construção, assim como das etapas prévias e posteriormente da administração do complexo, pois o sistema é de propriedade coletiva. O vínculo com o movimento cooperativo por ajuda mútua é permanente. A Federação não visa apenas à moradia, mas a luta por melhores condições de vida para os trabalhadores e pela expansão do movimento.

Em sua Declaração de Princípios aprovada na Assembléia Nacional em outubro de 1999, aparecem vários trechos que fazem referência ao seu caráter classista:

El cooperativismo de vivienda en sus orígenes, estuvo ligado de manera indisoluble, al Movimiento Sindical uruguayo y a partir de allí, tomó una serie de definiciones estratégicas de carácter totalmente clasista. [...] El cooperativismo no se agota en la vivienda, sino que a partir de ese presupuesto clasista, engloba todas las necesidades en tanto clase y no como sector parcializado de la sociedad (FUCVAM, 1999).

No mesmo documento aparecem trechos que definem seu caráter anticapitalista:

Interpreta que el verdadero cooperativismo debe defender el uso y goce de los beneficios que las cooperativas generen para sus socios, no aceptando involucrar sus bienes en las reglas económicas del capitalismo salvaje ni ningún otro sistema en que el Capital impere sobre el trabajo [grifos nossos] (FUCVAM, 1999).

No trecho seguinte aparece uma declaração mais clara do caráter anticapitalista de FUCVAM:

Está en contra de todo tipo de explotación del hombre por el hombre mismo y toda forma de dependencia o subordinación entre naciones. Propone y desarrolla todo tipo de solidaridad entre las organizaciones, que independientemente de las fronteras, luchen por un mundo más justo y solidario. Desde su definición clasista, la práctica de internacionalismo es una seña de identidad que no varía, a pesar de los cambios de contextos desarrollados en el escenario mundial. Los trabajadores siempre tienen las mismas banderas de emancipación. Esta definición internacionalista se entronca con lo más puro de nuestra identidad nacional, con las ideas federativas y libertarias de la Gesta Artiguista, propugnando una Patria común para todos los desposeídos y humildes (FUCVAM, 1999).

Neste documento, a FUCVAM propõe também o objetivo político da formação de uma grande frente social alternativa para superar as forças que querem fragmentar o movimento popular:

Consolidar la propuesta gremial en una estrategia unitaria que permita a toda las cooperativas, independientemente de su condición, cerrar filas ante las proporciones disgregantes y atomizadores del Movimiento Popular. Hacer crecer la Federación como cuerpo rector, en lo político y en la actitud cotidiana (...). Establecer una política amplia de relacionamiento con todas las organizaciones que persigan fines similares a los nuestros, consolidando un bloque social alternativo que viabilice las propuestas populares. Las sucesivas políticas económica recesivas, inspiradas en el neoliberalismo, han dejado como consecuencia, el desempleo, la marginación, la precarización del salario, la generación de un enorme ejército social de reserva en la producción y el acceso a los servicios básicos, que hoy tienden a articularse en movimientos plurales, con amplia capacidad de convocación y movilización (FUCVAM, 1999).

No Uruguai existem dois tipos de cooperativas de moradia: as de ajuda mútua e as de poupança e empréstimo. As duas podem ser de regime de propriedade individual ou coletiva. Por motivos ideológicos a FUCVAM apenas constrói moradias por ajuda mútua e propriedade coletiva:

Existen en Uruguay dos tipos de cooperativas de vivienda: Cooperativas de ayuda mutua y de ahorro previo. En las de ayuda mutua, los socios, aportan además de sus cuotas económicas, trabajo; desarrollando un proceso de construcción y gestión solidaria. En general integradas por familias de bajos ingresos, cuyos titulares también poseen vinculación sindical lo que les ha dado capacidad de movilización muy importante. En las cooperativas de ahorro y préstamo, los socios en general son empleados y trabajadores de sectores medios a nivel de ingreso (bancarios, administrativos, profesionales, etc.) (BERTULLO *et al*, 2003, p. 21).

O perfil dos cooperativistas é do operário sindicalizado. Atualmente, existem cooperativas formadas por famílias de desempregados ou do setor informal com baixíssima ou nenhuma renda e por assalariados não-operários: funcionários públicos, desde que estejam dispostos a contribuir com seu próprio trabalho.

A originalidade da FUCVAM talvez não esteja em ter adotado a forma cooperativa, já que esta forma de organização é amplamente utilizada no Uruguai e ainda por empresas capitalistas. A Federação conseguiu aproveitar as oportunidades que sua sólida estrutura organizativa lhe oferecia para se constituir num dos principais atores sociais e políticos na história recente do país.

3.2 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO URUGUAI

O movimento cooperativo experimentou, no Uruguai, um grande desenvolvimento desde o seu início na década de 1870 até os dias atuais. Segundo BERTULLO *et al* (2003), em 2003, um de cada quatro uruguaios estava vinculado a algum sistema cooperativo.

O movimento cooperativo uruguaio apresenta fortes vínculos com o movimento sindical e desenvolve-se dividido em diversas atividades. Há cooperativas de produção, consumo, transportes, médicas, educação, de moradia e

de poupança e crédito.

As origens estão vinculadas as correntes migratórias que chegaram ao país na década de 1870:

Existe información de que en mayo de 1870 se creó una Sociedad de Socorros Mutuos, por obreros tipográficos. En 1877 se establece otra Sociedad de Socorros Mutuos por empleados del ferrocarril. En junio de 1885 se crea el Círculo Católico de Obreros con finalidades similares.

Pero es en 1889 que se reconoce la primera cooperativa de consumo fundada en la .Ciudad Vieja. de Montevideo por el señor Cándido Róbido.

Entre fines del siglo XIX y comienzos del XX se desarrollaron otras experiencias cooperativas como las siguientes:

1889 Cooperativa obrera tipográfica (Montevideo)

1903 Cooperativa Obrera de Consumo del Frigorífico Liébig de Fray Bentos. Río Negro

1909 Se forma la cooperativa de consumo .La Unión. integrada por obreros textiles de Juan

Lacaze. Quizás una de las más genuinas representantes de los principios de Rochdale en aquella época.

En estos antecedentes cabe mencionar la creación de las Cajas Populares y los Sindicatos Cristianos Agrícolas, experiencias realizadas desde principios de siglo desapareciendo hacia fines de la década del '60 (BERTULLO *et al*, 2003, p. 5).

Essas primeiras experiências funcionaram informalmente, já que não existia, no Uruguai, lei que regulamentasse o funcionamento das cooperativas. A atividade estatal manifestou-se, no setor, por meio de um grande intervencionismo, às vezes para incentivar e outras para retrain o cooperativismo de acordo com as necessidades do governo.

A partir da década de 1940, começa a legislar para o fomento das cooperativas, primeiro, exclusivamente, para as cooperativas agropecuárias, em 1941 e, posteriormente, para os outros setores, em 1946 com a Lei Geral 10.761. A partir desse ano criaram-se diferentes leis de cooperativas específicas para cada atividade, no caso das cooperativas de construção de moradia por ajuda mútua, a lei foi de 1968.

3.3 AS ORIGENS DA FEDERAÇÃO

Nesta seção estuda-se o processo de formação da FUCVAM vinculando-a com as primeiras medidas liberais da década de 1960.

O modelo *batllista* de país que vimos no capítulo I propiciava o desenvolvimento de uma classe trabalhadora urbana, por isso produziram-se grandes deslocamentos da população rural até os centros urbanos que provocaram o crescimento das cidades, especialmente da capital Montevideu, que chegou a concentrar quase 50% da população do país.

O “Plan Nacional de Vivienda Popular” que funcionou no país até inícios da década de 1960 fornecia, de forma gratuita, moradias populares aos setores mais carentes da população. Este plano, entre os anos de 1920 e 1960, conseguiu quadruplicar o número de moradias nos centros urbanos. Neste período a população apenas se duplicou.

Os anos de 1950 marcaram um espetacular crescimento da indústria da construção. Empreiteiras argentinas, que estavam em confronto com o governo de Juan Domingo Perón, tinham se estabelecido no Uruguai e começado a construção de modernos edifícios de luxo em bairros nobres da capital visando a satisfazer as demandas das emergentes classes médias. Concomitantemente com a indústria da construção, desenvolveram-se as indústrias de fornecimento de matérias para a construção. Devido à demanda de mão-de-obra pouco qualificada, este tipo de atividade absorvia grande parte dos trabalhadores vindos do campo.

De qualquer forma, a oferta de moradia não era capaz de satisfazer a procura das grandes massas de população que se deslocava do campo à cidade. Nas periferias de Montevideu, improvisou-se um cordão de favelas com população de baixa renda e em condições habitacionais muito precárias sem qualquer serviço básico. Os antigos casarões das regiões centrais da capital também serviram de refúgio improvisado para as populações vindas do campo:

En Montevideo los “*cantegriles*” – ranchos de lata, sin saneamiento ni electricidad construidos en zonas suburbanas de la ciudad – se multiplicaron y las centenarias vivienda declaradas en estado “ruinoso” ubicadas en la Ciudad Vieja o en cualquier otro punto de la ciudad sirvieron de refugio a “*los sin techo*” que obligado a desocuparlas, recuperaban otra iniciando un largo camino de constantes desalojos (NAHUM et al, 1998b p. 159).

A década de 1960 marcou o fim do modelo protecionista uruguaio. Não é tão fácil colocar produtos manufaturados no mercado mundial. Para isso, deve-se ser competitivo. A indústria nacional não resiste às regras da livre concorrência do mercado internacional. O colapso da indústria arrasta consigo a maior parte da população trabalhadora numa crise de desemprego sem precedentes no país.

Com a saída de Perón do governo, as empresas construtoras regressam para a Argentina e aceleram o processo de desemprego entre os setores menos qualificados da população uruguaia. Vão embora também as empresas produtoras de materiais de construção, uma vez que as mudanças na economia tinham afetado a classe média que viu reduzido o seu poder de compra e, portanto, já não era mais capaz de absorver a oferta de apartamentos de luxos existentes no mercado.

Apesar da redução do mercado imobiliário de alto padrão, a demanda por moradia popular aumentou e passou a ocupar um lugar prioritário nos problemas do trabalhador.

Em 1965, o déficit habitacional do país era de 85 mil unidades para uma população absoluta de 2.788.429 habitantes. As políticas de Estado não estimulavam os investimentos particulares no setor da construção. Não existia um marco legal de promoção ao cooperativismo de construção de moradias.

Até 1968, o marco legal da moradia estava disperso em várias leis: lei de 1892 que criou o Banco Hipotecário, lei de 1937 que criou o Instituto Nacional de Viviendas Económicas, lei 10.751 de Propriedade Horizontal, Convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e lei de 1967 para erradicação da moradia insalubre rural.

Nesse contexto, surgiram no Uruguai algumas experiências bem sucedidas de construção de moradias pelo sistema de cooperativas de consumo já que ainda não existiam no país as cooperativas de moradia:

En 1966, también apoyados por el CCU, tres grupos de trabajadores, 95 familias, de tres localidades del interior (Florida, Salto, Río Negro) constituyeron tres cooperativas para resolver sus problemas de vivienda. Pese a la inexistencia del marco legal adecuado, lograron ser incluidas por medio del Instituto de Vivienda del país en el uso préstamos del Banco Interamericano de Desarrollo para esos fines (BERTULLO *et al*, 2003).⁶

A deterioração da situação econômica a partir da década de 1960 fez com que os investimentos em construção civil caíssem praticamente a 50% em relação à década anterior. A construção de moradias por ajuda mútua aparece como a melhor saída para os trabalhadores que estavam impedidos de entrar nos planos de moradia próprio devido à sua falta de capacidade de poupança provocada pelos baixos salários e pela inflação em alta.

Em 1968, o governo resolveu apoiar o sistema cooperativo e aprovou uma lei de fomento à moradia que entrou em vigor a partir de 1969 com o decreto que regulamenta o funcionamento das cooperativas de moradia por ajuda mútua e por poupança e crédito.

Na realidade, a lei 13.728 de 1968 não regulamentou apenas as cooperativas de construção de moradias por ajuda mútua. Essa lei era muito mais abrangente e foi chamada “Plan Nacional de Vivienda”.

A lei de 1968, além de regulamentar a existência jurídica das cooperativas de construção de moradias pretendeu dar soluções a toda a problemática da moradia do país no sentido de que a moradia é um bem essencial e deve estar ao alcance de todo cidadão. O Estado devia oferecer as condições para se efetivar esse direito. A lei estabelecia a criação de planos quinquenais de moradia designando objetivos, investimentos, empréstimos e subsídios. Criou a Dirección Nacional de Vivienda (DINAVI), com o objetivo de facilitar o acesso à moradia própria dos setores mais necessitados da população. Encomendou ao Banco Hipotecário del Uruguay (BHU) o financiamento e criou o Fondo Nacional de Vivienda (FNV) com recursos oriundos do imposto de 2% dos salários, da captação pela emissão de títulos chamados Obligaciones Hipotecarias Reajustables, e da criação de uma modalidade de cooperativa de poupança e empréstimo. As

⁶ O CCU é o Centro Cooperativista Uruguaio que desenvolve atividades de assessoria e promoção do

unidades monetárias usadas para os créditos eram as Unidades Reajustables (UR) que serviam para resolver o problema da inflação, pois se atualizavam em forma periódica, tomando como base o índice médio de salários. A lei previu a participação de Institutos de Assistência Técnica (IAT), que prestariam assistência em matéria jurídica, financeira, técnica e na educação cooperativa.

No caso das cooperativas por ajuda mútua, a lei estabelecia que o empréstimo fosse de 90% do valor total, sem necessidade de poupança anterior e os cooperativistas obrigatoriamente deveriam contribuir com seu próprio trabalho que ficaria igualado aos requisitos de poupança. Tanto as modalidades de ajuda mútua quanto as de poupança e empréstimo poderiam ter o regime de usuários ou de proprietários, no caso de optarem pelo sistema de usuários, a cooperativa conservava a propriedade de todo o complexo habitacional e os cooperativistas possuíam o direito de uso das moradias.

Os trabalhadores sindicalizados aderiram à nova lei e o movimento cooperativo por moradia experimentou um extraordinário desenvolvimento que só a ditadura militar de 1973 conseguiu parar:

De inmediato la sanción de esta ley se produce un desarrollo de las cooperativas que ya en 1973, alcanzaban a 69 cooperativas con 4.338 viviendas en construcción. Los socios de estas cooperativas son en general asalariados, obreros, y empleados, en muchos casos vinculados gremialmente (BERTULLO *et al*, 2003).

Chama a atenção o aparecimento de uma lei como esta num país que, desde 1960, caiu em um abismo de crises econômicas. Segundo Carmen Midaglia (1992) isto se explica basicamente por três motivos: até esse momento o setor da construção nunca tinha sido objeto de intervenção do Estado, as influências das idéias de desenvolvimento da CEPAL nos políticos uruguaios e, finalmente, pela pressão das empreiteiras particulares que pretendiam dinamizar o setor com linhas de crédito para a construção.

Devemos agregar um motivo que deve ter pesado na hora de aprovar essa lei. A questão da habitação, em gênese, é um problema a ser resolvido pelo capital. No caso uruguaio, a intervenção estatal que se operou

durante a primeira metade do século XX, arrancou o trabalhador rural do seu meio para criar um exército de reserva, nas cidades, a serviço do capital. Os custos desse deslocamento e, em especial, os de habitação, não podem deixar de se vincular ao capital, que, aliás, até 1960, o trabalhador recebia gratuitamente do Estado. Portanto, era custeado com uma porção dos excedentes da produção, ou, no pior dos casos, era incluído no cálculo do salário. A nova lei transfere quase que exclusivamente o custo de moradia para os trabalhadores.

Lembramos que o artigo 45 da Constituição Uruguaia consagra o direito de todo habitante a uma moradia decorosa:

Art. 45 – Todo habitante de la República tiene derecho a gozar de vivienda decorosa. La ley propenderá a asegurar la vivienda higiénica y económica, facilitando su adquisición y estimulando la inversión de capitales privados para ese fin (REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, 1997, p. 14)

Por isso, consideramos que o bloco no poder consentiu a lei de 1968 porque entre os outros motivos apontados por Midaglia, deve ter avaliado que com essa lei reduzia a sua responsabilidade de providenciar moradia aos trabalhadores.

A lei previa também a formação de cooperativas de segundo grau ou federações de cooperativas. Depois de uma série de encontros entre as cooperativas pioneiras foi fundada a FUCVAM, em 1970:

Es así que en 1968 se reunieron los complejos habitacionales pioneros pertenecientes al Departamento de alto “COSVAM”, integrados por personal de AFE (Administración de Ferrocarriles del Estado); de Río Negro, específicamente de la ciudad de Fray Bentos, “Éxodo de Artigas”, constituida por obreros municipales; y la cooperativa “25 de Mayo” de la localidad de Isla Mala, departamento de Florida, conformada por un grupo de trabajadores de la zona (MIDAGLIA, 1992, p. 82).

O objetivo desses encontros era procurar soluções para os diversos problemas que o movimento cooperativo enfrentava, por exemplo, créditos subsidiados, processos burocráticos e falta de materiais de construção. Nesse mesmo ano de 1968, soma-se aos encontros uma cooperativa de Montevideu

integrada por operários da indústria têxtil. Em 1969, integram-se mais duas cooperativas e foi criado um Secretariado Representativo que elaborou os estatutos da federação:

En mayo de 1970, en la localidad de Isla Mala, lugar donde se finalizaba la primera obra cooperativa, se realizó el cuarto encuentro, en el que se decidió fundar la mencionada federación, bajo la sigla FUCVAM (Federación Unificadora de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua) (MIDAGLIA, 1992, p. 83).

Desde sua fundação em 1970 até 1982, as atividades da FUCVAM se limitam a resolver questões vinculadas à moradia e não assume papéis importantes em outras áreas da vida social e política do país. Porém, os integrantes da FUCVAM, de forma individual, participavam de atividades políticas em seus respectivos sindicatos ou partidos políticos.

3.4 A FUCVAM COMO MOVIMENTO COOPERATIVO

Esta seção analisa, basicamente, os limites da FUCVAM como movimento cooperativo.

Tradicionalmente, as cooperativas que integram a FUCVAM têm base sindical. Os trabalhadores de um sindicato ou de uma fábrica que resolvem se organizar para construir suas moradias, procuram a assessoria da Federação. Iniciam, desta forma, um longo caminho de luta para conseguir que seus estatutos sejam aprovados, depois pela entrega de terra e de crédito, até chegar a etapa da construção onde o grupo participa de todas as fases, com o próprio trabalho e gestão pessoal. Atualmente a FUCVAM tenta organizar, em forma de cooperativas, os ocupantes espontâneos de terrenos que constroem precárias moradias com recursos próprios. Também pretende formar cooperativas com trabalhadores do setor informal e de mulheres chefes de família.

Na declaração de princípios de 1999, a FUCVAM se define como fiel aos princípios promovidos pelos pioneiros de Rochdale, em 1848:

El Movimiento Cooperativo de Vivienda por Ayuda mútua se mantiene fiel a los Principios Fundacionales de 1848 promovidos por los pioneros de Rochdale, manteniendo la independencia política del Estado como Movimiento. A partir de allí comienza a desarrollar una propuesta política propia que lo define ante el resto de la sociedad civil y del propio Estado. El movimiento Cooperativo acepta la pluralidad de ideas políticas, religiosas y filosóficas y mantiene su propio espacio y accionar de elaboración política como patrimonio a los efectos de diferenciarse del conjunto de la sociedad y evitar así implicancias o subordinaciones (FUCVAM, 1999).

Os pioneiros de Rochdale, no distrito de Lancashire, na Inglaterra, foram 28 tecelões que juntaram suas economias de um ano e conseguiram abrir um pequeno armazém cooperativo, em 21 de dezembro de 1844, como forma de solucionar os seus problemas de sobrevivência:

Durante todo um ano fizeram economia para conseguir o capital social. Finalmente, a 21-12-1844, inauguraram o armazém cooperativo, que iniciava suas atividades com capital de 28 libras. Localizado na Travessa do Sapo, em Rochdale, apresentava aos associados pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo e aveia (PINHO, 1977, p, 91).

Os princípios que esses tecelões elaboraram foram basicamente os seguintes: adesão livre, gestão democrática, retorno *pro rata* das operações, juros limitados ao capital, venda a dinheiro, educação dos membros e cooperativização global. Esses princípios serviram de inspiração para todo o cooperativismo mundial. Hoje esses princípios são mantidos e atualizados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), organização que coordena o movimento cooperativo mundial.

O princípio da adesão livre, atualmente, inclui a não discriminação de sexo, ordem social, racial, política e religiosa. Este princípio tem permitido a apropriação do sistema cooperativista por parte de empresários capitalistas.

A reação cooperativista deve ser compreendida dentro do contexto do liberalismo do século XIX, marcado pela concorrência desenfreada, ausência de legislação trabalhista e previdenciária, e proibição de qualquer forma de associação. O cooperativismo resultou então da tentativa dos trabalhadores de sacudir a opressão e o isolamento e resolver os problemas econômicos e sociais que os afligiam.

Os pioneiros de Rochdale se inspiraram nas idéias de Robert Owen, precursor do cooperativismo e considerado um socialista utópico:

[...] foi relevante a influência que exerceu sobre os Pioneiros de Rochdale, especialmente sobre Charles Howart (presidente da Rochdale Equitable Pioneers Society Ltd, no segundo ano de seu funcionamento, e seu secretário em diversas ocasiões) (PINHO, 1977,p. 75).

Robert Owen (1771-1858) foi um grande industrial e filantropo. Nas empresas que dirigiu, aplicou métodos poucos convencionais para a época nos quais se resgatava a dignidade do trabalhador e melhorava a qualidade de vida sem afetar a produtividade da empresa. Para ele, o lucro era a principal causa da injustiça social. O lucro é o que se superpõe ao preço de custo e por causa dele os trabalhadores são impedidos de adquirir os produtos que eles mesmos produzem.

Mediante a associação cooperativa, Owen procura eliminar o lucro. Mas, suas idéias iam mais longe, ele buscava uma sociedade mais eqüitativa e propunha mudanças pacíficas, graduais e moderadas.

As idéias reformistas de Owen não correspondiam com as práticas das associações sindicais da época que exigiam a democratização do Estado:

Um exemplo: o movimento cartista – Associação londrina de trabalhadores para beneficiar política, social e moralmente as classes úteis – que foi capaz de mobilizar a classe trabalhadora, nas suas variadas vertentes, em torno da exigência da aprovação, no Parlamento, da “Carta do Povo” (documento redigido por Lovett em 1838), cujas exigências visavam à democratização da ordem estatal da Inglaterra. Incluía seis pontos: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento. Os elementos mobilizadores do movimento cartista denotavam uma distancia aos esquemas utopistas e de reforma sociais, proposto por Owen, através das comunidades cooperativas (PAGOTTO, 2003, p. 15).

Na França, as idéias associacionistas foram influenciadas por François Charles Fourier (1772-1837), que propunha a criação de *falanstérios*. Estes eram uma espécie de colônias cooperativas onde viviam 1.500 pessoas em regime comunitário. Embora houvesse algumas experiências do tipo associativo de

Fourier, nenhuma foi bem sucedida. As diferenças com Owen são, principalmente, porque Fourier propunha criar um mundo auto-suficiente, e Owen propunha cooperativas que permanecessem integradas à sociedade.

Segundo Diva Pinho (1977), outros autores como Buchez e de Blanc difundiam também a idéia da emancipação do proletariado através da associação.

P. J. Proudhon propunha a criação de “redes de solidariedade social capazes de assegurar a harmonia e o equilíbrio entre as gerações” (PAGOTTO, 2003, p.12).

Todos estes autores são chamados socialistas utópicos porque pretendem emancipar o trabalho da exploração capitalista sem romper com as estruturas capitalistas. As principais críticas vêm por parte dos autores marxistas para os quais as cooperativas operárias não são suficientemente fortes para romper o sistema capitalista e, portanto, não são um meio adequado para a superação do capitalismo (PINHO, 1988, p. 32).

Para Marx (2003), a cooperação é uma organização específica de trabalho no processo da produção capitalista e ponto de partida da produção capitalista. Marx (1982b) afirma que as cooperativas, apesar de abolirem, internamente, o antagonismo entre o capital e o trabalho não conduzem à passagem real a um novo modo de produção social. Apenas equivale à supressão do regime de produção capitalista dentro do próprio regime de produção capitalista.

Para Rosa Luxemburgo (2002), as cooperativas de produção seriam instituições híbridas dentro do capitalismo. Internamente constituem uma produção socializada que prescinde da figura do capitalista, mas externamente está sujeita às regras da troca capitalista. A concorrência impõe uma exploração da força de trabalho, quer dizer o domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas. Algumas cooperativas de produção, para fugirem das leis da concorrência capitalista, procuram segurar o mercado comprador por meio de uma cooperativa de consumo. Nesses casos, a cooperativa de produção deve se contentar em vender alguns bens de primeira necessidade para um mercado local muito reduzido. Segundo Luxemburgo (2002), não podem desempenhar uma função de reforma social geral.

Mas, apesar de ter feito essas referências à limitação das cooperativas na superação do capitalismo, o próprio Marx salientou a importância

do movimento cooperativo:

Este provou que a produção em grande escala e segundo as exigências da ciência moderna pode processar-se sem que uma classe de senhores empregue uma classe de braços [...]: Qualquer exaltação do valor destas grandes experiências não poderá nunca ser exagerada (MARX: 1982b).

As resoluções da assembléia da primeira Internacional Comunista de 1866 redigidas por Marx, descreve algumas características do movimento cooperativo:

1. O “movimento cooperativo” é uma das forças transformadoras da sociedade baseada em antagonismos de classe: que seu grande mérito é mostrar que a cooperação subordinada do capital, causadora da miséria da classe operária, pode ser superada pela “associação de produtores livres e iguais”;
2. Ao se elaborar por esforços privado dos “escravos assalariados” o sistema cooperativo, por si só, nunca irá transformar a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo de trabalho livre e cooperativo são requeridas mudanças das condições gerais da sociedade, que nunca serão realizadas a não ser pela transferência do poder do Estado capitalista para os próprios produtores.
3. Que os operários invistam mais na criação e manutenção de cooperativas de produção do que de consumo, porque aquelas subvertem o capitalismo em sua base, ao passo que o consumo só o afeta na superfície;
4. Que a sociedades cooperativas invistam na propaganda de seus princípios promovendo o estabelecimento de novas cooperativas;
5. Para evitar que se degenerem em vulgares companhias por ações da classe média, todo os sócios devem receber igualmente e aos acionistas estabelecer uma taxa de lucro baixa (MARX, 1982a).

Embora reconhecendo as suas limitações dentro de um sistema capitalista que não consegue mudar em suas estruturas, o movimento cooperativista, segundo Julio Gambina, possui um potencial de redistribuição de renda:

Esta se logra con política fiscales y monetarias asumidas por el Estado, pero también por la apropiación popular de la organización de la economía bajo formas asociativas tal como sustentan las cooperativas [...]. Vale la aclaración que en el capitalismo se trata de la lucha por mejorar la distribución del ingreso, pero que en ese marco societario no se resuelve la organización del nuevo orden social, el socialismo (GAMBINA, 2007, p. 4).

Voltando ao caso da FUCVAM, trata-se de um movimento cooperativista de construção de moradias por ajuda mútua. As famílias associadas contribuem com 80 horas de trabalho mensais até o acabamento da obra. A contribuição em forma de trabalho é avaliada em 15% do total do valor da obra. O restante (85%) corresponde ao valor dos materiais e o terreno que são financiados por agências estatais de créditos com taxas de juros preferenciais e longos prazos para o pagamento. Por exemplo: numa cooperativa em que o custo projetado de cada uma das casas seja de 1.000 unidades reajustáveis, a contribuição em trabalho de cada família equivale a 150 unidades reajustáveis e o valor do empréstimo que deverá pagar será de 850 unidades reajustáveis. Na contabilidade da cooperativa vai ser registrada uma contribuição de 1.000 unidades reajustáveis a cada um dos associados e, em troca, estabelece-se o direito de uso de uma das unidades em forma vitalícia e hereditária. O cooperativista que desejasse se desvincular receberá da cooperativa o mesmo valor de sua contribuição, ou seja, 1.000 unidades reajustáveis, independentemente do valor de mercado da casa ao momento da saída. O aspirante a ocupar essa casa pagará também 1.000 unidades reajustáveis, mais 10% destinados aos gastos da transação, ou seja, não paga o valor de mercado. Dessa forma, o valor da moradia não se rege pelas regras do mercado, não acompanha a valorização imobiliária, nem obedece às variações da oferta e da procura.

De acordo com o que já foi dito, Marx (1982b) analisou que as cooperativas de produção apenas conseguem eliminar a exploração da força de trabalho no seu interior e, por estarem inseridas no sistema capitalista, externamente estão submetidas a todas as leis de movimentação do sistema. Em *Capital*, Marx faz referência ao valor dos terrenos para construção:

A demanda de terrenos para construção eleva o valor do solo enquanto espaço e fundamento, e por meio disso aumenta a demanda de elementos do corpo terrestre que servem como material de construção (MARX, 1983, p. 238).

A construção de um bairro cooperativo tem incidência no valor dos terrenos vizinhos e nos materiais. Por isso, neste caso aparecem limitações parecidas com as apontadas por Marx para as cooperativas de produção ao estarem inseridas no sistema capitalistas irremediavelmente, no seu aspecto

externo as cooperativas são absorvidas pelas leis do sistema.

Segundo Carmen Midaglia (1992), a FUCVAM recebeu críticas específicas por parte do SUNCA, sindicato que reúne os trabalhadores da construção do Uruguai. A primeira crítica observava que no processo de construção por ajuda mútua o cooperativista deve contribuir todo mês com 80 horas de seu próprio trabalho. Desta maneira sua jornada de trabalho estendia-se e, por isso, este sistema provoca a sobreexploração do trabalhador. Outra crítica foi que a contribuição em mão-de-obra estaria gerando desemprego para os trabalhadores do setor da construção.

Uma crítica similar é apontada por Lúcio Kowarick (1993). Para ele, o caso da autoconstrução não foge da lógica de reprodução capitalista porque o trabalhador, que com o uso de sua força física, constrói sua própria casa, aumenta sua jornada de trabalho e, portanto, é sobreexplorado. Os outros custos da construção ou do pagamento da parcela, no caso do financiamento, produzem também aumento das horas de trabalho ou redução de outros gastos como, por exemplo, alimentação, piorando dessa forma as condições de sobrevivência do trabalhador:

Realizada através do trabalho adicional e gratuito, que freqüentemente perdura por anos, a confecção da casa própria só pode levar à reprodução de outros itens vitais da cesta de consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que, para muitas famílias, passa a se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência. Assim a autoconstrução, enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física pra oferecer a um sistema econômico que de *per si* já apresenta características marcadamente selvagens (KOWARICK, 1993, p. 64-65).

A FUCVAM se defendeu diante da primeira crítica ao considerar que os trabalhadores dos países subdesenvolvidos têm um salário insuficiente para satisfazer as necessidades básicas, a estratégia da ajuda mútua serviria então para adquirir a moradia em melhores condições que as oferecidas pelo mercado. Nesse caso, não haveria sobreexploração, pois a compra desse mesmo bem no mercado exigiria mais trabalho adicional que o sistema de autoconstrução.

A respeito da segunda crítica, a FUCVAM reconhece que há menos

contratação de mão-de-obra no sistema de ajuda mútua, mas que por serem menores os custos de construção, aumenta o número de unidades construídas e, em consequência, aumenta também a contratação de operários especializados.

Como observamos anteriormente, o cooperativismo deve ser analisado dentro da lógica do capital, por isso, não desconsideramos que recaia sobre os trabalhadores os custos da construção de sua moradia. Entretanto, de imediato, parece que o sistema de ajuda mútua ameniza a exploração do trabalhador, pois além de não o submeter diretamente às leis de mercado, oferece-lhe uma moradia de boa qualidade, algo não previsto nas críticas de Kowarick. A outra opção de compra é o mercado imobiliário, em geral especulativo, e sem qualquer controle por parte dos trabalhadores. Pelo menos no sistema cooperativo de ajuda mútua uruguaio, os trabalhadores controlam a qualidade da produção com baixo custo.

Assim, sob o capitalismo, as alternativas não são muitas: seja pagando aluguel ou a parcela para o banco ou contribuindo com seu próprio trabalho, todas implicam uma situação de sobreexploração, já que foi transferido para o trabalhador parte de um custo que antes era do capital. Dentro do cálculo do salário, prevê-se gastos com habitação, entretanto, se esses gastos são insuficientes, a sobreexploração maior está na relação trabalho/capital, e não nas relações em que o trabalhador troca o produto da venda de sua força de trabalho por serviços ou bens de seu consumo. Além disso, o sistema de lei das cooperativas não desliga totalmente a responsabilidade do Estado, porque continua sendo obrigado a providenciar terrenos e créditos em condições especiais e de acordo com os salários dos trabalhadores.

Outra crítica que Kowarick faz ao sistema de autoconstrução é que, em geral, as construções feitas pelos próprios trabalhadores aumentam os custos de manutenção, pois são feitas com materiais de qualidade inferior e sem mão-de-obra especializada:

Por outro lado, esse longo processo redundava, no mais das vezes, numa moradia que, além de ser desprovida de infra-estrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade. Além disso, a casa se deteriora rapidamente, pois é feita por trabalhadores não-especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão de trabalho é praticamente inexistente e sua construção efetuada aos poucos e sem seqüência programada.

Ademais, a casa, por ser produzida com materiais de qualidade inferior, exige constantes reparos, implicando por parte das famílias um esforço de restauração praticamente permanente (KOWARICK, 1993, p. 65).

Esta crítica não se aplica ao tipo de construção feita pela FUCVAM, porque nesse processo sempre participa pessoal técnico contratado e os materiais, em geral, são superiores aos utilizados pelo governo nos seus planos de habitação. Na visita que realizamos ao Bairro 3 de Abril, em janeiro de 2006, constatamos o excelente estado de conservação das casas que já estão com mais de 30 anos. Pode-se observar na ilustração 2 que o material utilizado nas construções do Bairro 3 de abril é de boa qualidade:



Ilustração 2 – Casas do Bairro 3 de Abril

Foto: Gustavo Cabrera (03 jan. 2006)

Cabe lembrar também que a autoconstrução da FUCVAM não é individual senão coletiva e esse sistema traz benefícios, não contábeis, mas vinculados às novas formas de solidariedade e convivência propostas pelas classes trabalhadoras.

3.5 FUCVAM SE TRANSFORMA EM MOVIMENTO SOCIAL

Esta seção analisa a FUCVAM como movimento social e sua atuação como frente de oposição à política neoliberal.

A ditadura militar de 1973 abriu importantes espaços na implantação de políticas neoliberais e houve profundas mudanças no setor habitacional e cooperativo.

Em 1974, foi criado o *Ministerio de Vivienda y Promoción Social* com funções de centralizar as políticas nacionais do setor. Nos primeiros anos de existência, esse ministério visou à redução da desigualdade social, entregando aos setores mais marginais da população moradias com os requerimentos técnicos mínimos para poder atender o maior número de beneficiários. Segundo Carmen Midaglia (1992), o avanço da nova política econômica levou a redefinições da atuação do Ministério até sua supressão, em 1977.

Midaglia (1992) também analisa a influência dessas mudanças econômicas no setor da moradia. Até 1975 houve crescimento do sistema cooperativo:

A dicho sistema pertenecían el 15% de las viviendas terminadas del PNV, el 49% de la que estaban en construcción y el 51% de las que se hallaban en trámite. En síntesis, ese sistema significó, como mencionáramos anteriormente, el 41% de las unidades del PNV, ocupando el primer lugar los programas habitacionales de ayuda mutua. (MIDAGLIA, 1992, p. 76).

No decorrer de 1975, o governo resolveu estimular a poupança bancária, aumentando as taxas de juros. Com base nessa política, o Banco Hipotecário aumentou também as taxas de juros para empréstimos para moradia e diminuiu os prazos dos parcelamentos. Também priorizou os empréstimos a empreiteiras particulares e quebrou o monopólio que tinha sobre a venda dos imóveis construídos. Estas medidas, além de favorecerem as empreiteiras, provocaram que as novas moradias construídas com dinheiro público fossem orientadas a satisfazer as necessidades das classes média e média alta. Posteriormente se suspenderam os reconhecimentos dos estatutos de novas cooperativas e se proibiu outorgar créditos às cooperativas.

À medida que as políticas de moradia foram se subordinando ao capital financeiro, houve mudanças institucionais. O Ministério de Habitação e a DINAVI foram suprimidos e o Banco Hipotecário centralizou mais funções:

Se produjo un traslado paulatino de competencias en materia de vivienda a la órbita financiera. Con ello se buscó garantizar una real aplicación de la línea económica de corte liberal implantada en el país, abandonándose de este modo, los objetivos de interés social considerados en la ley de Vivienda (MIDAGLIA, 1992 p. 77).

O Ministério da Economia começou a fiscalizar as cooperativas e todas as associações sem fins lucrativos. As atribuições do Ministério da Habitação foram transferidas, em parte ao Banco Hipotecário. Também foram suprimidos todos os Institutos de Assistência Técnica (IAT) ligados às cooperativas.

Os motivos que o governo argumentou na época para estas mudanças são de cunho econômico e político. No plano econômico, declarou que a política de habitação é um tema importante, mas não tanto quanto o financeiro; e no político se temia que a organização cooperativa pudesse virar foco de insurreição:

En este sentido, dichos núcleos cooperativos fueron evaluados por las autoridades como espacios proclives a la generación de "inseguridad nacional", dada su propensión a transformarse en fuente de acciones colectivas, contestatarias al régimen vigente (MIDAGLIA, 1992, p. 80).

Segundo Midaglia (1992), a partir de 1977, eliminou-se o imposto de 2% dos salários que subsidiava os empréstimos para moradia popular, abriu linha de créditos para as cooperativas que já tinham a pessoa jurídica reconhecida, mas se manteve a proibição de reconhecer novas pessoas jurídicas. Aumentou a taxa de juros de 2% para 6% e começou a exigir poupança prévia para as cooperativas de ajuda mútua. O Banco Hipotecário também assume o controle do Fundo Nacional de Habitação e o utiliza como ferramenta de crescimento econômico, priorizando a lógica do mercado com o intuito de estimular investimentos no setor: "Como hemos señalado, el sistema cooperativista en sus diversas modalidades fue uno de los grandes perjudicados, pasando a significar en 1982 apenas un 3% en el conjunto del PNV" (MIDAGLIA, 1992 p.80).

Como vimos no capítulo anterior, a derrota nas urnas, sofrida pelos militares em 1980, abriu o caminho de novos espaços de participação política no Uruguai.

Neste contexto, inicia-se dentro da FUCVAM uma discussão sobre o papel que a federação deveria ter na nova etapa pela qual atravessava o país. Em 1982, na 13ª assembléia nacional, opera-se uma mudança dentro das lideranças da FUCVAM, a nova direção era a favor de conduzir a federação a desenvolver um papel protagonista no processo de transição à democracia:

Ese recambio dio lugar al ingreso en cargos directivos a cooperativistas proclives a conducir a la organización a desempeñar un papel protagónico. Dicho protagonismo era factible de concretarse, por cuanto el ámbito cooperativo se presentaba como uno de los escasos espacios, susceptibles de participación legal (MIDAGLIA, 1992 p. 96).

A nova diretoria inicia um intenso trabalho no interior das cooperativas para procurar o apoio necessário para contestar a política de moradia do governo.

Em abril 1983, a FUCVAM realizou um importante ato de massas com a participação de organizações sociais e representantes dos partidos políticos. Nesse encontro, a questão da moradia foi tratada como um problema social e político e não apenas a problemática da cooperativa por ajuda mútua. Este ato deu origem a uma declaração em que se criticava duramente a política aplicada pelo governo.

Nas negociações pela abertura democrática, a FUCVAM consegue incluir na pauta mudanças na política de moradia e no tratamento discriminatório que vinha sendo objeto por parte dos militares. Desta forma, a Federação reaparece constituindo-se num agente social de importância no período.

Nesse mesmo ano de 1983, o Banco Hipotecário decretou um aumento de 15% nas mensalidades para todos os cooperativistas sem discriminação. A FUCVAM qualificou de ilegal esse aumento, pois não contemplava os diferentes níveis de renda familiar, como mandava a lei de 14.105, de 1973. A federação iniciou uma polêmica com o Banco que incluía também críticas à injusta política praticada pelo governo com o setor. Essa polêmica envolveu grande parte

da população que estava ansiosa em poder manifestar o seu descontentamento com o governo militar:

En 1983 FUCVAM se presentó como un actor estructurado, liderando las demandas por vivienda y decretando medidas de enfrentamiento (negativa a abonar aumento de cuotas estipuladas) contra el gobierno militar. La significación de su accionar trascendió la problemática habitacional, concitando amplios apoyos ciudadanos, en la medida que se ubicó como un recurso canalizador de la desconformidad de la población sobre la conducción económica y política (MIDAGLIA, 1992 p. 85).

Em agosto de 1983 o Banco Hipotecário confirmou o aumento de 15% e a FUCVAM, depois de um processo de consulta interna, resolveu continuar pagando o valor anterior ao aumento e lançou uma plataforma de reivindicações que incluía, além da anulação do aumento, uma política social e não financeira para a habitação, salários justos e pleno emprego como formas de solucionar os problemas dos trabalhadores: “Esta medida colocó a dicha organización como el primer actor social capaz de contestar o desestimar una decisión gubernamental durante el período de facto” (MIDAGLIA, 1992, p. 99).

Em dezembro de 1983, o governo respondeu com a lei 15.501 que, em seu artigo primeiro, determinava que todos os cooperativistas passassem a ser proprietários individuais de suas respectivas unidades. A relação entre o Estado e os devedores passava a ser uma relação individual e não coletiva. A FUCVAM vê nessa medida as verdadeiras intenções dos militares de destruir definitivamente o movimento cooperativo que, privado da propriedade coletiva, teria anulada sua capacidade de ação coletiva.

A FUCVAM começou um processo de inconstitucionalidade junto à Suprema Corte de Justiça. Além disso, resolveu suspender os pagamentos de mensalidades ao Banco Hipotecário e passou a depositá-las numa conta em nome da própria Federação. Inicia-se um processo de arrecadação de assinaturas para submeter a *referendum* popular a votação da lei que destruía a forma associativa da federação:

La movilización desencadenada por la puesta en práctica del referéndum en la búsqueda de un 25% de adhesiones ciudadanas necesarias para su implementación, logró importantes resultados. El movimiento cooperativo obtuvo un fuerte respaldo de la población en relación a sus reivindicaciones y estrategia de acción. En este

sentido, cabe destacar la jornada central de recolección de firmas del 26 de febrero de 1984, donde se consiguieron aproximadamente 300.000 adhesiones ciudadanas, pese a las restricciones impuestas por gobierno de facto. Las demostraciones de apoyo a las reivindicaciones cooperativas no fueron suficientes para asegurar la realización del acto plebiscitario, en tanto el número de firmas recolectadas fue inferior al límite requerido por la ley (MIDAGLIA, 1992, p. 100).

O recurso ao *referendum*, embora esteja previsto na constituição, não tinha sido usado até esse momento por nenhuma outra organização social. A FUCVAM foi a primeira e, a partir daí, foi muito utilizado, seja como ameaça ou como ação efetiva contra resoluções do governo.

3.5.1 FUCVAM na CONAPRO

Os militares acordaram com os partidos políticos a transição democrática e a convocação de eleições, uma vez que foi estabelecida a forma como seria essa transição do governo “se inauguró un espacio semi-institucionalizado de concertación social y política – Concertación Nacional Programática (CONAPRO) – como medio de lograr acuerdos generales en torno a temas de importancia capital – política económica, vivienda, educación, DDHH, etc.” (MIDAGLIA, 1992, p. 31).

A CONAPRO funcionou durante o ano 1984 até 22 de janeiro de 1985, nela participavam diversas organizações políticas e sociais.

O prestígio adquirido pela Federação com toda sua mobilização lhe valeu um lugar de privilégio na CONAPRO. As demandas da FUCVAM na CONAPRO eram a derrogação da lei 15.501, que decretou o fim da propriedade coletiva, resolver a questão dos aumentos ilegais das mensalidades pagas pelos cooperativistas e voltar ao sistema de atualização estabelecido na lei de 1968.

A CONAPRO estava integrada por representantes dos partidos políticos, a Central Sindical, organizações empresariais, associações de inquilinos, representantes de grupos de assentamentos precários, institutos de Assistência Técnica, da Sociedade de Arquitetos e da FUCVAM, entre outros. No caso da

questão da habitação, se acordou em aplicar uma política para o setor dentro dos parâmetros da lei de habitação de 1968 com a participação de todos os envolvidos e a recriação do Ministério de Habitação. Para solucionar o enfrentamento com o Estado, estabeleceu-se que a lei que acabava com a propriedade coletiva ficava suspensa até 1º de março de 1985, data em que assumiria o governo democrático e qualquer que fosse o partido eleito se comprometeria a anular essa lei. A mensalidade fixou-se no valor cobrado em 31 de agosto de 1984 e a FUCVAM se comprometeu a depositar novamente nas contas do Banco Hipotecário. Também se acordou que o Banco Hipotecário estudaria um sistema de ajustes que contemplasse a renda familiar e as diversas categorias de moradias.

O futuro papel atribuído ao Banco Hipotecário não foi um tema pacífico, a FUCVAM entrou em discussões com a Câmara da Construção apoiada pelo Sindicato de Operários da Construção (SUNCA). Eles exigiam um regime de financiamento público que priorizasse o mercado a despeito do sistema cooperativo por ajuda mútua.

Nota-se como o próprio movimento do capital divide politicamente os trabalhadores. Os operários da construção, ao saírem em defesa de seus interesses (aumento do número de empregos), defendem os interesses de seus patrões e contrários a outro setor dos trabalhadores associados na FUCVAM. O que não significa que não existam cooperativas de moradia formadas por trabalhadores da construção.

Com o retorno da vida democrática, a grande frente, que tinha formado para enfrentar a ditadura, quebrou-se. Os partidos retomam à defesa dos interesses setoriais que representam e a FUCVAM perde grande parte do peso político conquistado.

Segundo Falero (2004b), a saída democrática pela sua característica de ser antiditatorial foi orientada à reconstrução do *status quo* pré-autoritário: “Lo cual puede leerse como una señal de la capacidad de reconstrucción hegemónica del poder dominante” (FALERO, 2004b, p. 52).

De fato, as eleições de 1984 deram a vitória para o partido *Colorado* e apesar do aparente enfraquecimento dos militares, estes conseguiram manter uma posição de tutela sobre o governo de Julio María Sanguinetti.

O consenso conquistado em torno da anulação da lei 15.501 que eliminou a propriedade coletiva não foi respeitado no período democrático. Diversos

parlamentares do partido governista entendiam que deveria existir algum tipo de controle sobre as cooperativas. O acordo da criação de um organismo ministerial com participação dos setores envolvidos transformou-se em uma comissão assessora do Banco Hipotecário integrado por representantes da Câmara da Construção, do Sindicato de Operários da Construção, Sociedade de Arquitetos, prefeitura de Montevideu, FUCVAM e representantes de outros sistemas de moradia. Esta comissão funcionou por um curto período e logo se desativou por falta de atribuições específicas, sendo que a maioria das decisões eram tomadas pelos diretores do banco, sem consulta prévia à comissão.

Ainda faltava definir o que aconteceriam com as mensalidades que a FUCVAM tinha deixado de pagar em 1983. A Federação pretendia também terminar com a proibição de reconhecimento de novas cooperativas e o financiamento das 170 cooperativas em tramitação com 50 famílias cada uma. Com essas medidas, o movimento cooperativo duplicaria o seu número de integrantes e também seu poder.

Ante a demora na anulação da lei 15.501, a FUCVAM iniciou um ciclo de lutas parecido com o utilizado contra o regime militar e combinava negociação com mobilização. Ao ser favorável a votação na Câmara dos Deputados, a Federação depositou no Banco Hipotecário o valor das mensalidades devidas. A discussão foi travada no Senado e iniciou-se um período de manifestações com mobilizações, marchas, atos públicos, declarações na mídia, encontros com representantes dos partidos, ameaças de suspender novamente seus pagamentos e iniciar uma nova campanha para coletar assinaturas.

Os senadores pretendiam condicionar a anulação da lei antiooperativa a uma regulamentação da democracia interna das cooperativas, principalmente a imposição do voto secreto. A FUCVAM não aceitava intromissão em assuntos internos. Entendia que, se estava violando o princípio da autodeterminação e se sentia novamente discriminada, porque a mesma regulamentação não era aplicada em outras organizações como, por exemplo, a Câmara da Construção.

O Banco Hipotecário iniciou uma campanha de desprestígio contra a FUCVAM, afirmava que a cessação de pagamentos era uma atitude antidemocrática. Isto atrapalharia a concessão de novos créditos ao movimento cooperativo. A FUCVAM desmentia e acusava o governo de não ter honrado os

compromissos acordados na CONAPRO, mesmo tendo sido depositada, em 1985, a totalidade da dívida das cooperativas. Na pauta da discussão, acumularam-se novos aumentos ilegais e atitudes do Banco que, segundo a Federação, violavam a lei de habitação.

Por um lado, a Federação tinha que defender os interesses das cooperativas que já estavam construídas ou em construção e, por outro, corria perigo ao não receber novos créditos e reconhecimentos de novas cooperativas e, portanto, desaparecer a possibilidade de aumentar o seu potencial.

A lei anticooperativa Nº. 15.501 foi anulada em dezembro de 1986, obedecendo a uma sentença da Suprema Corte de Justiça a favor do recurso de inconstitucionalidade iniciado pela FUCVAM. O problema do índice de aumento foi resolvido em 1987 em acordo intermediado pela justiça. Na negociação, foi acordado o reconhecimento das cooperativas que já tinham iniciado o trâmite e a concessão de uma nova linha de crédito.

Para Falero (2004b), a CONAPRO foi uma forma usada para diminuir a grande agitação social que se tinha produzido em torno da bandeira da derrota da ditadura. Estabeleceu-se uma cultura de preservação da democracia. Os diversos mecanismos de consenso criados naquele momento chamavam a uma atitude de compromisso com a democracia e a postergação de outras reivindicações:

Si el primer ciclo de luchas fue eliminado por la represión, este segundo ciclo que potencialmente podía crecer en demandas de derechos sociales post dictadura, en Uruguay fue disuelto por una tecnología política más sutil, mezcla de coerción latente y de un falso consenso que se proclamó desde el gobierno. Con esto último se alude a la reedición de mecanismos de concertación que apelaban a la cultura del “compromiso” (frente a la de confrontación) para garantizar la “transición” pero que en realidad significó la sistemática desestimulación del impulso de demandas por movilizaciones sociales (FALERO, 2004 P.53).

Segundo Falero (2004), o movimento sindical toma uma atitude de autocontenção, avaliando como positivas as conquistas obtidas e a Frente Ampla atua com prudência frente à frágil democracia conquistada. As bases que constituíam a Frente Ampla entram num período de apatia política provocada pela incapacidade de influenciar nas decisões da cúpula e, conseqüentemente, produz-se a desmobilização das massas.

Para Carmen Midaglia (1992), houve no período de saída da ditadura uma espécie de disputa por espaços entre os diversos atores sociais e essa disputa foi resolvida em favor dos partidos políticos, restabelecendo-se no país o mesmo esquema de relacionamento político que vigorava antes do período ditatorial. Para esta autora, praticamente são nulas as possibilidades de processar decisões políticas por fora do sistema partidário e mesmo os novos atores sociais formam parte não institucionalizada desse sistema. Ela afirma que a FUCVAM está isolada, porque não conseguiu adaptar suas estratégias de luta à nova realidade democrática.

Não podemos negar que o surgimento de grande quantidade de movimentos sociais e, em especial, do movimento cooperativo por ajuda mútua, deu-se no período em que os partidos políticos se encontravam proibidos de atuar. Os movimentos sociais ocupavam o espaço vago deixado pelos partidos políticos. Como já dissemos, desde a época da independência, os partidos políticos monopolizaram a mediação entre o Estado e a sociedade. No período de saída da ditadura, os partidos políticos reconquistam os mesmos espaços que ocupavam antes do golpe. Mas, isso não é suficiente para negar que exista participação política fora do sistema político-eleitoral.

A FUCVAM não é um partido político e, deve buscar formas de participação política diferentes às institucionalizadas para o funcionamento da democracia eleitoral. Para a burguesia é mais fácil controlar a atividade política de categorias pré-estabelecidas. Por isso vai julgar antidemocráticas qualquer forma que fuja dos padrões conhecidos.

Ao fazermos um paralelo com a situação brasileira concordamos com Jair Pinheiro quando observa que existe uma manobra ideológica consistente em pretender restringir a política ao jogo partidário-parlamentar:

Neste caso, a manobra ideológica consiste no surrado mas eficaz artifício de *despolitizar a política*, na medida que a restringe ao jogo partidário-parlamentar e dela exclui as formas de ação política engendradas pelas camadas populares [grifo do autor] (PINHEIRO: 2005 pág. 163).

A ditadura militar não conseguiu destruir a estrutura organizacional da Federação; as assembleias, conselhos e outros órgãos deviam continuar em

atividade para viabilizar o funcionamento das cooperativas. Por um curto período, que vai de 1980 a 1985, o movimento cooperativo era um dos poucos atores coletivos capazes de canalizar as demandas populares. Com a reorganização da vida democrática, os partidos políticos e outros atores sociais passaram a disputar com a Federação essa função mediadora.

Não concordamos com Midaglia quanto à magnitude de poder que ela atribui aos partidos políticos. A luta de classes não se processa apenas no plano político-partidário, devem-se considerar, ao mesmo tempo, outros níveis: econômico, político não partidário, cultural, ideológico etc. O Estado burguês é portador de uma autonomia relativa em relação aos interesses da burguesia. Esse pequeno espaço de autonomia é objeto do jogo político. No processo de luta de classes o Estado capitalista é uma instituição criada para defender os interesses da burguesia, independentemente da forma de governo. Decisões como as do *Consenso de Washington* foram acatadas por todos os países de América Latina sem importar se eram ditaduras ou democracias. O gasto público, em parte, é controlado pelos credores do país. A nação que pretende manter linhas de crédito aberta nos organismos financeiros internacionais deve adequar suas leis orçamentárias a receitas de contenção de gastos em políticas sociais que não trazem retornos lucrativos. Esses tipos de decisões são impostas aos governos e está praticamente fora da autonomia do Estado.

Segundo Javier Vidal,⁷ a CONAPRO guardava alguns aspectos parecidos com o Pacto da Moncloa que pautou a transição espanhola. A única diferença era que, no caso uruguaio, ainda não se sabia quem seria o partido que conduziria o primeiro governo de transição. Por isso, se pensou em fazer um programa “para todos”, que seria executado pelo partido vencedor nas eleições. A esquerda e os movimentos populares confiavam que esse acordo poderia ser possível porque o grande diálogo que se inicia entre todos os setores, a partir de 1980, tinha isolado os setores colaboradores com os militares e dado um reconhecimento às forças da resistência:

⁷. Javier Vidal é coordenador do Centro de Formação da FUCVAM que desenvolve funções de capacitação, relações públicas e publicação e arquivo de informações. Foi entrevistado por mim, em Montevideu, em 01/11/2007.

En algunos sectores de la izquierda había una duda un poco razonable relacionada con comparar el pacto de la Moncloa con la CONAPRO, aunque en la mayoría de la izquierda y en buena parte de las organizaciones populares había una cierta confianza por el hecho de que en el proceso de resistencia a la dictadura sobre todo la última etapa prácticamente a partir del plebiscito del 80 había existido un diálogo muy intenso entre las organizaciones sociales y entre los partidos políticos es decir que todos se reconocían en el campo de la resistencia y se había logrado aislar con mucho éxito a aquellos sectores que eran colaboradores de la dictadura o los sectores continuistas como se les llamaba en el sentido que se buscaba la ruptura con el modelo de la dictadura militar y de ahí existen una serie de valoraciones sobre la CONAPRO gran parte de la izquierda y de las organizaciones populares sobre todo la mayoría de los sindicatos, van con una expectativa, moderada, pero expectativa al fin, sobre que era posible acordar, tener un cuadro mínimo de consensos sobre los que se empezaría a realizar la tarea del futuro gobierno. La diferencia entre el Pacto de la Moncloa y la CONAPRO era que en la Moncloa ya se sabía quien iba a gobernar, había como una cuestión de intencionalidad del gobierno electo para acordar puntos mínimos que terminan, en definitiva, acolchonando las luchas principales, en aras de una gobernabilidad o una tranquilidad institucional, en la transición de la dictadura de Franco hacia la democracia. En este caso la expectativa venía por el hecho de que la CONAPRO comienza antes de las elecciones, era una concertación previa en la que gane quien gane va a llevar el programa de todos. Se acordaba que independientemente de las preferencias electorales va a haber una serie de medidas que van a ser la pauta mínima para el ejercicio del gobierno de transición, entonces ahí había mucho de expectativa, de esperanza (Javier Vidal, 01/11/2007).

Vidal reconece que a CONAPRO cumpriu um papel pacificador, mas teve aspectos positivos para a reorganização dos partidos de esquerda e alguns movimentos que ainda se encontravam proscritos e com os seus integrantes presos ou exilados:

Los partidos de la izquierda fueron absolutamente convencidos de que el programa emergente de la Concertación era un programa que se iba a realizar, lo que obviamente después no pasó. Simplemente la CONAPRO fue un momento como de calma, es decir que igualó en algunos aspectos, visto desde la perspectiva del Frente Amplio, por ejemplo, fue positivo por el hecho de que el Frente Amplio venía con una serie de proscipciones y dificultades, la transición le resultaba perjudicial en el sentido que no podía expresarse plenamente es el caso de Partido Comunista que seguía proscrito, había cantidad de líderes que estaban fuera del país o continuaban detenidos, el caso del Movimiento Tupamaro que seguían totalmente encarcelados (Javier Vidal, 01/11/2007).

Para Vidal, os setores mais esclarecidos da direita perceberam que estavam dando muito papel protagonista à esquerda e, por isso, a direita atuou de forma fraudulenta. De fato, o governo de Sanguinetti não honrou os compromissos da CONAPRO com o movimento cooperativo e implantou uma política econômica fundada nas receitas dos chamados *Chicagos Boys* que serviu de introdução ao neoliberalismo fundamentalista do seu sucessor Luis Alberto Lacalle:

Y la CONAPRO, de alguna manera, le da un protagonismo que los sectores más lúcidos de la derecha comenzaron a dudar: 'nosotros nos estamos sentando a dialogar en plano de igualdad con toda la izquierda y esto le da un valor político a la izquierda que no lo tenía por sus propios medios'. En ese aspecto la mayoría de los dirigentes lo valoraron como positivo el sentarse a negociar con los partidos de derecha y centro derecha un programa de transición, pero se me ocurre pensar, y esto es una valoración personal, de que la derecha más lúcida fue de mala gana, es decir no fue muy motivada a la CONAPRO. El resultado fue claro una vez que gana Julio María Sanguinetti, la presidencia, directamente no cumple nada, absolutamente nada de lo acordado y comienza la instalación progresiva de todo lo que fueron las recetas de los Chicagos Boys que va a terminar con el desarrollo pleno del modelo neoliberal en la época de Luis Alberto Lacalle (Javier Vidal, 01/11/2007).

Em relação à perda de força do movimento cooperativo durante o primeiro governo democrático, Vidal aponta que não se tratou apenas do movimento cooperativo, mas de um processo de transição vivido em todos os movimentos populares. A reinserção das lideranças aos cargos diretivos, encontradas no exílio ou detidas, provocou conflitos internos com as lideranças que conduziram os movimentos durante o período de resistência à ditadura e, agora, se sentiam postergados a um segundo plano.

Segundo Vidal, a FUCVAM enfrentou, também, as dificuldades surgidas da reconversão do mercado de trabalho. A realidade era totalmente diferente, viu-se saturada pela enorme quantidade de demandas por moradia. Havia cooperativas com 20 anos de existência que ainda não tinham recebido o financiamento. O perfil do novo cooperativista era também diferente, agora tinha que atender grupos de baixíssima renda, sem experiência sindical e com urgência habitacional. Isso contribui para explicar o recuo de mobilização no período, mas, mesmo assim, a FUCVAM, foi o movimento menos desmobilizado da época. Essas mudanças internas de visão vão conduzir ao novo tipo de mobilização que se deu a

partir de 1989 com as ocupações de terras, prédios públicos, marchas e vigílias:

La incorporación social de un sujeto que proviene de la economía informal, ya no se trata de cooperativas compuestas por asalariados sino que la Federación va a empezar a crecer en sectores donde el mecanismo de reproducción no es el salario sino que existe el cuentapropismo, el trabajo precario, entonces eso va a cambiar una serie de visiones que se tenía sobre la realidad porque se van a incorporar una serie de lecturas que son distintas y sobre todo una serie de demandas que son distintas o sea FUCVAM va a trabajar mas con la emergencia. (Javier Vidal, 01/11/2007).

Devemos agregar às causas que inviabilizaram o cumprimento dos acordos da CONAPRO, as limitações estruturais que as novas autoridades encontraram quando assumiram o governo. Na década de 1980, o capital financeiro tinha experimentado um movimento ascendente dentro do bloco e, estava suficientemente forte para inibir qualquer ação estatal que signifique um retorno ao modelo *batllista* de país e, ainda menos, uma queda nas taxas de juros, tal como reclamava o movimento cooperativo. Aliás, durante a ditadura a política habitacional uruguaia ficou subordinada às necessidades da burguesia financeira, lembre-se que o Banco Hipotecário centralizou todas as atividades referentes à moradia. Houve, também, de parte do governo, uma política deliberada com a intenção de fragmentar o poderoso bloco democrático que se formou para enfrentar a ditadura.

Durante o governo de Sanguinetti, ocorreu um episódio cujo conflito do Estado contra a FUCVAM poderia ter tomado dimensões altamente violentas. Lembremos que a FUCVAM é uma organização reconhecida pelo Estado, a sua criação e funcionamento estavam previstos na lei 13728 de 1968. Como qualquer pessoa jurídica tem direitos e obrigações; e a possibilidade de solicitar o auxílio da justiça para reclamar o cumprimento ou violação dos seus direitos. Dependendo dos olhos com que se olha, as medidas de pressão utilizadas pelo movimento cooperativo podem ser qualificadas de antidemocráticas e, inadequadas para se relacionar com um governo democrático. Por exemplo, de um lado, a negação de pagar as mensalidades, utilizada por FUCVAM como ferramenta de pressão foi usada, pelo governo para criar uma corrente de opinião contrária à Federação; e de outro, para acionar os aparatos repressivos do Estado. O Banco Hipotecário iniciou processos na Justiça contra as Cooperativas que não pagavam. Ante a iminência de ter que decretar o despejo das famílias de trabalhadores de bairros inteiros de

Montevideu, o judiciário tentou, com sucesso, um acordo entre as partes em 1987. Temos aqui outra articulação das classes dominantes para poupar-se do espetáculo tão revelador do caráter classista do Estado, como seria a presença dos seus aparatos repressivos para expulsar os trabalhadores de suas moradias.

3.5.2 O crescimento da FUCVAM e a ocupação de terras

A transição democrática não se limita apenas às instituições de governo: o retorno de exilados e presos; as mudanças sociais e econômicas; o atendimento às demandas postergadas durante os anos de autoritarismo; tudo isso cria situações que exigem momentos de reflexão e planejamento de novas estratégias. Isso aconteceu na FUCVAM a partir de 1985 e teve seu momento culminante durante as mobilizações de 1989.

Nesse período, as problemáticas principais estavam vinculadas às dificuldades para conseguir terras urbanas, reconhecimento de estatutos, novos créditos e mudanças na forma de atualizar as Unidades Reajustáveis, porque tinha perdido relação com os incrementos de salários.

O problema da moradia popular tinha-se agravado durante a ditadura com a lei N° 14219, que liberalizava os contratos de aluguéis. A obra modernizadora do governo de Sanguinetti contribuiu para agravar a situação. Iniciou-se um período de expulsão da população pobre das regiões centrais para as periferias. Do bairro *Ciudad Vieja*, localizado numa região central de Montevideu, foram despejados famílias de sem-tetos, que ocupavam três antigos hotéis abandonados. Gonzalez e Vidal (2004) citam uma matéria do jornal *Ultimas Noticias*:

22 de mayo ULTIMAS NOTICIAS: “Mañana serán desalojados los habitantes precarios de las tres fincas de la Ciudad Vieja donde funcionaban hoteles, “los edificios en evidente estado de tugurización fueron ocupados en distintas épocas (sic) ... Al parecer la situación más grave se da en Rincón 706 donde ya ha sido rechazada la segunda prorroga de desalojo” (*apud* GONZALEZ; VIDAL, 2004, p. 26).

As obras de ampliação da sede do parlamento provocaram a desapropriação de quarteirões inteiros de casas no bairro da *Aguada* e o mesmo aconteceu com a construção de um moderno terminal rodoviário, com centro comercial, estacionamento e praça no bairro de *Tres Cruces*:

Dos hechos de desalojados, en los alrededores del Palacio Legislativo, más concretamente le llegan cedulones de desalojo a las manzanas que componen las calles Figueroa, Madrid, Panamá Guatemala.

El Vicepresidente de la República Dr. Enrique Tarigo, por aquel entonces extendió un Poder al Dr. Surnarhy Albin para proceder el desalojo de estas familias en su calidad de Presidente de la Comisión Administrativo del Palacio Legislativo. El lanzamiento se producirá a través de una ley de 1971 para la remodelación del Palacio Legislativo.

También se producirán desalojos para los vecinos de la zona donde finalmente se construyó la Terminal de buses de larga distancia en Tres Cruces, originando un largo conflicto primero con los desalojados y luego con un centenar de familias pobres que ocuparon las casas y predios vacíos (GONZALEZ; VIDAL, 2004, p. 18).

Outra dificuldade que devia superar o movimento cooperativo por ajuda mútua era a falta de um interlocutor do governo. A ação da ditadura tinha deixado o país sem política de habitação e sem instituições capazes de dialogar com os cooperativistas. No processo de reconhecimento dos estatutos das novas cooperativas participavam o Ministério da Educação e o Ministério da Economia. Não havia claramente um organismo que entendesse do problema das terras. Por isso se negociava um pouco com as prefeituras e outro pouco com o Banco Hipotecário. O financiamento era solicitado ao Banco Hipotecário, que por ser entidade financeira, não se mostrava muito interessado em financiar projetos sociais. Em todos esses organismos colocavam-se travas para que as cooperativas não conseguissem chegar à etapa final, ou seja, impedir que tivessem direito a solicitar financiamentos.

Internamente, a Federação experimentou um importante crescimento. Foram reorganizadas algumas cooperativas que haviam sido formadas há mais de 15 anos e que ainda não tinham conseguido o crédito para construir as casas. Em 1985, sessenta novos grupos de cooperativistas foram organizados para atender a crescente demanda da população. O perfil do novo cooperativista tornava

mais difícil a tarefa da FUCVAM porque, muitos dos novos grupos, eram formados por pessoas de baixíssima renda e sem experiência sindical.

Como já analisamos, a nova realidade com que se devia enfrentar o trabalhador uruguaio, assim como o perfil do novo cooperativista ingressante na Federação, produziram mudanças na visão do movimento cooperativo. Algumas prioridades foram traçadas: o uso social do solo, a reivindicação de criação de um Organismo Reitor da política de habitação, a criação de um estatuto padrão para impedir as constantes travas por observações burocráticas, a criação de uma pasta de terras e novas linhas de crédito.

O crescimento não foi quantitativo e qualitativo. O horizonte de luta do movimento, a partir de agora, ultrapassa a problemática da habitação para identificar-se com a questão urbana em geral:

Para la mayoría de los que nos estábamos asomando a las problemáticas generales de la ciudad, intentando dar el salto entre las demandas corporativas centradas en la cuestión de la vivienda y el horizonte político más amplio de lo urbano, la resistencia de los pobladores de *Ciudad Vieja, Tres Cruces*, las pensiones y las casas tomadas irrumpieron como un proceso vigoroso y cargado de nuevos significantes (GONZALEZ; VIDAL, 2004, p. 26).

O movimento cooperativo toma consciência que por trás da problemática da habitação estão os interesses de classe, o enfrentamento com o capital especulativo:

Veremos el brutal plan devastador del gobierno Colorado en lo que tiene que ver con los desalojos masivos que se seguirán sucediendo, día a día había que cumplir con el plan que tenían de terminar de expulsar a los pobres del centro de la ciudad y se atacará a La Aguada, Cordón, Ciudad Vieja sin más trámite (GONZALEZ; VIDAL, 2004, p. 59).

Para Lúcio Kowarick (1985), a ação do Estado beneficia o capital especulativo porque, quando faz investimentos na melhoria dos serviços públicos, aumenta o valor do terreno das regiões centrais das cidades. Esse aumento no valor da terra vê-se limitado pelo valor das construções antigas que devem ser substituídas por modernos edifícios que permitam otimizar lucros. Esse aumento

das moradias não é acompanhado com incrementos dos salários dos trabalhadores. Eles são expulsos dessas regiões e têm de se conformar em morar nas regiões periféricas, distantes dos lugares de trabalho e aumentam os custos de transporte e o tempo utilizado em deslocamentos (KOWARICK: 1985 pp. 40-44).

David Harvey (1980) observa nesse processo de segregação urbana “uma variedade de formas, de redistribuição de renda” (HARVEY, 1980, p. 48). Segundo ele, existe uma mudança de localização das atividades econômicas da cidade, por um lado, e uma mudança de localização da atividade residencial, por outro. Nessa redistribuição se beneficia com a aplicação de dinheiro público as regiões centrais e se faz mais grave a situação dos trabalhadores deslocados às regiões suburbanas, distantes das oportunidades de emprego.

Para minimizar os efeitos da falta de serviços nas periferias, os Bairros Cooperativos constroem seus próprios centros comerciais e locais para abrigar alguns serviços necessários. Um exemplo é o Bairro Três de Abril composto por 300 casas e que possui centro comercial, escola, creche, posto de saúde, quadra de esportes, biblioteca, sala para velórios e salão comunitário. Nas ilustrações 3, 4, 5 e 6 apresentamos as fotos que tiramos em nossa visita ao Bairro 3 de Abril, em janeiro de 2006:



Ilustração 4 – Bairro 3 de Abril: biblioteca



Ilustração 3 – Bairro 3 de Abril: escola



Ilustração 5 – B. 3 de Abril: salão comunitário



Ilustração 6 – Bairro 3 de Abril: creche

Esses serviços reduzem os efeitos da segregação urbana e constituem claros exemplos dos efeitos redistribuidores de renda que Harvey (1980) afirma porque, novamente, os trabalhadores assumem um custo por serviços que nas regiões centrais o Estado presta de forma melhor e gratuitamente.

O Bairro Três de Abril apresenta uma característica especial: localiza-se longe da região central, mas próximo ao parque industrial em que trabalhavam os fundadores. Mesmo assim, consideramos que não perdem validade as observações que Harvey (1980) faz, quando relaciona a distância do centro de atividades econômicas com a redução das oportunidades de emprego. Pois, fixar os domicílios dos trabalhadores perto das fábricas acentua a vulnerabilidade e dependência dos operários com os industriais locais. Por outro lado, a facilidade de deslocamentos nas regiões centrais permite maior liberdade de escolha de oportunidades de trabalho.

Essas novas percepções, sem dúvida, provocaram mudanças de visão da FUCVAM.

As novas estratégias de luta que a FUCVAM criou, remetem-nos àquilo que Eliel Machado (2004) denominou de “invenções democráticas” ao se referir às lutas dos piqueteiros argentinos e dos sem-terra brasileiros. Dito de outro modo: dentre as novas estratégias encontram-se o recurso ao plebiscito, cessação de pagamentos de mensalidades, ocupação de terras, greves de fome, acampamentos em frente do parlamento, ocupação de escritórios do governo, marchas desde o interior do país e organização dos devedores. Observamos que a implantação de todo esse elenco de estratégias requer a participação de grande número de pessoas e constituem espaços de conscientização política:

El proceso interno de FUCVAM, jugó un papel determinante en este periodo. El Movimiento logró sortear los recambios generacionales en su cuerpo dirigente acompañado por una evolución política de suma importancia. Son pocas las organizaciones que logan combinar ambos factores y mantener la cohesión interna. Las ocupaciones de tierra, como las huelgas de pago (más adelante vendrán las “caminatas”), si bien fueron iniciativas de los nuevos dirigentes, lograron el apoyo de los líderes fundacionales y operaron como escuela para los dirigentes contemporáneos (GONZALEZ; VIDAL, 2004, p. 47).

Em 1989, terminou o mandato do governo de Sanguinetti sem que tivesse sido atendida praticamente nenhuma das necessidades da FUCVAM, nem os acordos da CONAPRO. Com o ano eleitoral, a Federação voltou a utilizar medidas de força, em especial a ocupação de terras: “Dicha medida fue ciertamente oportunista y legitimó un recurso de presión colectiva, poco utilizado por las organizaciones y de honda repercusión social” (MIDAGLIA, 1992 p. 111).

A Federação se reuniu em uma assembléia convocada para o dia 23 de julho de 1989 e aprovou o documento que define a ocupação de terras como um fato político fundamental para o movimento.

Cada cooperativa deve buscar um terreno para ocupar, mas a ocupação deve envolver a todo o movimento inclusive as cooperativas habitadas e não apenas as cooperativas em processo. Tal processo se dá à luz do dia porque não se trata de uma medida clandestina, é o legítimo direito de se manifestar. O objetivo não será apenas o terreno. O movimento não concorda em ocupar terrenos e construir barracos com dinheiro de cada família. A ocupação deve gerar consciência, deve conter um sentido dignificante para o trabalhador. Por isso, a bandeira deve ser por terra, empréstimos e moradia. Uma parte do documento aprovado expressa:

No es ni menos que eso, la gente ocupa un lugar, junta chapas y se cubre del frío y de la lluvia como puede, cuando lo echan de allí, devuelve con la misma operación. Ahora junta las chapas y con ella se va a otro lugar y repite la operación.

Esta degradante situación tiene dos grandes problemas para los trabajadores, los capitalistas ni se inmutan por esta situación ya que son conscientes de que esto no genera ni organización ni conciencia, sólo corrompe al ser humano hasta su desintegración moral. Nosotros como trabajadores cooperativistas debemos marcar otro camino, debemos ocupar para reclamar vivir decorosamente. La tierra, el préstamo y la vivienda es lo que nos enaltece como clase y no nos desintegra [...].

Ocupan porque no están dispuestos a vivir con chapas o cartón. Quieren construir a través de nuestro sistema porque demostró efectivamente ser una real solución y esperan desde 1985. O sea que lo más importante es que no sólo reivindican la vivienda como derecho, sino que reivindican el derecho de libre asociación que hasta el momento le fue vedado [grifos nossos] (apud GONZÁLEZ E VIDAL, 2004, p. 45 - 46).

Na realidade, a ocupação de fábricas era uma medida de luta muito utilizada pelo movimento sindical uruguaio, a inovação da FUCVAM era ocupar terrenos que não estavam diretamente relacionados a processos produtivos e com intenção de chamar a atenção para a problemática da habitação.

As ocupações se iniciaram em 29 de julho de 1989. Quatro terrenos em diferentes zonas de Montevidéu foram ocupados por cooperativistas. A medida envolveu todo o movimento e se procurou apoios nas outras forças populares. Houve muita mobilização nesse período. Organizaram-se manifestações de apoio, passeatas e “desde el 29 de Julio al 18 de agosto se han realizado más de 35 Asambleas” (GONZALEZ; VIDAL, 2004 p. 55).

Além da mobilização interna, as intenções do movimento eram trazer para agenda do dia a problemática da moradia. Segundo Gonzalez e Vidal, no dia seguinte às ocupações, todos os jornais se ocuparam do tema. O governo acusava a FUCVAM de ser um movimento violento, barrou toda possibilidade de diálogo até que foram desocupados todos os terrenos.

Em novembro, com as eleições a opinião pública e os jornais passaram a se ocupar mais com as campanhas políticas. Por isso, a partir de setembro, as ocupações sofreram desgastes, mas o movimento conseguiu mantê-las por bastante tempo e, ainda, algumas deram origem à construção de cooperativas no mesmo terreno ocupado.

O resultado das eleições de novembro de 1989 foi negativo para o Partido *Colorado*, que perdeu o governo nacional para o Partido *Blanco* e a prefeitura de Montevidéu para a Frente Ampla.

Uma das primeiras medidas do novo governo da prefeitura de Montevidéu foi entregar as terras que o movimento precisava. Isso solucionava parte dos problemas do movimento, que continuou enfrentando o governo nacional pelo reconhecimento de mais cooperativas e de empréstimos para construir.

Essa atitude da Frente Ampla não pode ser interpretada como sinal de vínculo ou dependência política da FUCVAM. Não podemos negar que vários integrantes da Federação eram militantes da Frente, mas, esses vínculos eram pessoais já que, estatutariamente, não existe subordinação com força política. A estrutura interna da Federação requer constantemente a consulta por assembléias e dificulta a manipulação externa:

Una de las bases de la cohesión interna de FUCVAM radica en el hecho que sus dirigentes son electos por nominación de sus cooperativas de base y que las decisiones estratégicas son tomadas en la Asamblea Nacional con el concurso de delegados de todas las cooperativas, haciendo muy dificultoso el llamado “aparato” o manipulación partidaria (GONZALEZ; VIDAL, 2004, p. 75).

Outra dado que indica que a opinião pública não identificou a FUCVAM com a Frente Ampla, são as ocupações de terra que, embora atacadas pela grande imprensa, não afetaram negativamente o resultado eleitoral da Frente. Se existisse uma subordinação da FUCVAM à Frente Ampla, seguramente não teria acontecido a ocupação de terras durante as eleições, porque as lideranças políticas teriam evitado uma possível influência negativa no resultado da votação de 1989.

Outorgar terras ao movimento cooperativo pela prefeitura de Montevideú foi uma medida que agradou a todo o movimento cooperativista, mas, foi uma medida estratégica que deixava a Federação em oposição direta ao governo nacional, agora do partido *Blanco*, por demanda de estatutos e financiamentos.

A Frente Ampla também encontrou limitações estruturais às suas possibilidades de ação no governo da prefeitura de Montevideú. Os terrenos foram escriturados para as cooperativas apenas em 1994, devido aos obstáculos administrativos e legais. Das 1.000 moradias prometidas pela Frente na campanha política, não conseguiu fazer nem uma:

La Intendencia compromete desde el arranque la posibilidad de construir este número de viviendas en el período de gobierno basándose en la posibilidad que ofrece un artículo de la Ley Nacional de Viviendas que otorga a las distintas Intendencias la posibilidad de reclamar el 50% de lo que centralmente se va a invertir en su departamento para la construcción de viviendas.

La derecha del país dejó que se publicitara el anuncio pero ya contaba en sus estrategias con la modificación de dicho artículo ese mismo año a través de la mayoría parlamentaria que tenía (GONZALEZ; VIDAL 2004, p. 71).

Outro ponto que denota independência política foi o novo governo nacional que se viu obrigado a atender em parte as reivindicações da FUCVAM. Em 30 de maio de 1990, criou-se o “Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y

Medio Ambiente” e, em 29 de outubro de 1990, a lei 16156 regulamentou o reconhecimento dos estatutos das novas cooperativas. Dessa forma, observamos como as mobilizações realizadas pela FUCVAM obtiveram respostas tanto da Frente Ampla quanto do Partido *Blanco*. É provável que a urgência com que a prefeitura de Montevidéu atendeu ao pedido de terras da Federação possa ter sido influenciada pela demonstração de força feita pela FUCVAM durante as ocupações e não por clientelismo político.

3.6 A FUCVAM E AS OUTRAS FORÇAS SOCIAIS

A partir de 1990, o panorama político uruguaio sofre grandes transformações. Como dissemos no Capítulo II, o terceiro governo *Blanco* do século XX, que se inicia em 1990, empossou as figuras mais representativas do neoliberalismo fundamentalista uruguaio.

Apesar da soberbia e determinação com que essas figuras tentaram impulsionar um programa econômico que incluíam ajustes fiscais, redução do Estado e liberalização da economia, estas medidas foram em parte limitadas pela ação das classes subalternas.

Um esquema simplificado desse novo panorama político do período poderia ser o seguinte: a) no governo nacional, o Partido *Blanco* e uma base aliada composta com o setor *batllista* do Partido *Colorado* que visam reformas de corte neoliberal, b) no governo de Montevidéu, a Frente Ampla, que canaliza a representação dos setores de esquerda e centro-esquerda e c) grande mobilização social desde sindicatos, organizações estudantis e movimentos sociais, dentre os quais se destaca a FUCVAM:

En los últimos años de la década del noventa puede situarse el comienzo del nuevo ciclo. Los actores sociales que lo sustentarán tienen en ocasiones el protagonismo del movimiento sindical clásico – particularmente trabajadores formales, asalariados bajos y medios, aún con capacidad de movilización – pero en otras coyunturas se observa la aparición de nuevos actores: estudiantes de enseñanza media, movimiento de derechos humanos, FUCVAM y otros menores. También aparecen expresiones públicas de protesta con una composición socioeconómica diversa, particularmente de base rural (FALERO, 2004, p. 55).

A resistência desses atores que atuaram por “fora” do sistema político-partidário foi fundamental nesse período. Devemos lembrar que a burguesia sabe como lidar com partidos políticos e com sindicatos, mas tem maiores dificuldades para controlar a atividade dos movimentos sociais.⁸

As responsabilidades do governo municipal, assim como o aumento das expectativas de alcançar o governo nacional, reduziram o nível de enfrentamento entre a Frente Ampla e o bloco no poder. Isso manifesta numa atitude de prudência em relação às diferentes estratégias de resistência geradas pelos setores opostos às medidas neoliberais.

A nova realidade do mercado de trabalho, com grandes índices de desemprego, trabalho autônomo e precário, reduziu a gravitação do movimento sindical que desde a década dos 1960 era um dos eixos principais da resistência popular. Ademais da diminuição do número de trabalhadores sindicalizados a situação do movimento sindical se agravou também pelas dificuldades em mobilizar as massas:

La tasa de sindicalización, sin embargo no es el único factor para medir la fortaleza del movimiento sindical. También deben analizarse factores organizativos, de convocatoria, de capacidad de movilización e incluso de logros efectivos de los sindicatos y el PIT-CNT. En estos aspectos también existían dificultades, de acuerdo a la visión de algunos dirigentes. En un documento que la Federación de Funcionarios de OSE (FOIE) presentó al PIT-CNT se indica que el movimiento sindical tiene un conjunto de problemas tales como “ baja sindicalización, bajo nivel organizativo, falta de tecnificación, no-adequación a la nueva estructura industrial, marginalización de los trabajadores que están fuera del marco clásico de la economía, dificultad para realizar alianzas con otros sectores, incapacidad de movilizar grandes masas” además de necesitar” mayor democratización de nuestros organismos y mayor información” (RODRÍGUEZ, 1990, p. 101-102).

Os movimentos de estudantes, de aposentados e de defesa dos direitos humanos, em conjunto com a FUCVAM, desenvolveram várias atividades contra-hegemônicas nesse período. Aparece, também, uma extensa rede de solidariedade nos bairros com características fragmentárias, vinculadas à solução

⁸ Não se pode absolutizar a atuação extra-parlamentar dos movimentos sociais em geral e da FUCVAM em particular, pois sabe-se que os canais de ligação com os partidos passam, principalmente, pela militância de seus membros nos partidos. Daí esta autonomia também ser

de problemas locais.

A unificação de todas essas forças opositoras se deu nas campanhas de promoção de plebiscitos e referendos contraditórios às leis neoliberais.

3.6.1 As comissões pró-referendos

A constituição uruguaia de 1967 aperfeiçoou dois instrumentos de democracia direta existentes no país desde a constituição de 1934. Esses instrumentos são o plebiscito e o referendo. O plebiscito serve para aprovar textos constitucionais e o referendo para anular leis sancionadas pelo governo. Entretanto, a partir de 1987 esses instrumentos começam a ser usados com frequência no Uruguai, sempre contra o governo: sob o de Sanguinetti se interpuseram um referendo e um plebiscito; sob o de Lacalle um referendo e três plebiscitos e, até 2003, foram interpostos mais quatro plebiscitos e cinco referendos.

Para convocar um plebiscito são necessários 10% dos eleitores e para um referendo 25%. O pedido de convocação ao referendo deve ser assinado por 2% dos eleitores, quando este número de assinaturas é alcançado se convoca uma votação que, se chegarem a 25% de adesões, habilita a convocação do referendo. No referendo a população deve resolver por maioria se anula ou confirma a lei.

Em 1987, começava a se organizar um movimento cujo objetivo era juntar assinaturas para submeter ao referendo a lei aprovada pelo Parlamento que garantia a impunidade dos militares envolvidos em crimes de homicídio e tortura durante a ditadura. A lei, finalmente votada em 16 de abril de 1989, foi aprovada, mas a experiência serviu para mobilizar a população e marcou o início de uma nova modalidade de resistência popular:

No obstante la derrota – el 16 de abril de 1989 el 56% ratificó la ley luego de una efectiva campaña de terror – el emprendimiento supuso una nueva forma de hacer política. Desde la organización para la recolección de firmas, en un proceso que comenzó en 1987, hasta la propia simbología utilizada, se advierte un proceso distinto a lo anteriores, un tránsito, fin y principio al mismo tiempo (FALERO, 2004b, p. 52).

Acionar este tipo de mecanismo constitucional, independientemente do resultado, implica uma mobilização de recursos, em especial, um grande número de pessoas.

Conjuntamente com as eleições nacionais de 1989, as associações de aposentados propuseram um plebiscito visando a um aumento no valor das aposentadorias. Todos os partidos políticos, pressionados pelas possíveis conseqüências negativas no resultado eleitoral que pudesse provocar uma atitude contrária, apoiaram a iniciativa que foi aprovada por 72,5% dos cidadãos.

A partir de 1990 começou-se a utilizar a democracia direta como estratégia de enfrentar os avanços do neoliberalismo. O governo de centro-direita de Luis Alberto Lacalle Herrera, que sucedeu Sanguinetti a partir de 1990, impulsionou reformas econômicas que afetavam diretamente os interesses dos trabalhadores e de diversos setores da sociedade uruguaia. O recurso de referendo contra a lei que permitia a privatização das empresas estatais foi aprovado por 72% dos cidadãos. Este referendo teve apoio da FUCVAM, da *Frente Ampla*, da central de trabalhadores, de uma fração do Partido *Colorado* liderada por Sanguinetti e de outros movimentos sociais. O restante do partido *Colorado* e o partido *Blanco* defendiam a lei.

Em 1994, foi submetida a plebiscito a reforma constitucional apoiada por todos os partidos políticos. Essa reforma apenas conseguiu o apoio de um terço do eleitorado e, por isso, não foi aprovada.

Las iniciativas populares de los años siguientes con ese instrumento del plebiscito si bien no todas fracasaron, marcan hasta donde se estaba todavía en un proceso de lenta reconstrucción de una contra hegemonía al proyecto dominante (FALERO, 2004b, p. 54).

Conjuntamente com as eleições nacionais de 1994 foram submetidas a plebiscito duas leis: uma promovida pelos sindicatos dos professores

que propunha que se destinasse 27% do orçamento nacional para o ensino público. Segundo Constanza Moreira, esta lei “recibe un tímido apoyo de la izquierda” (MOREIRA, 2004, p.35). Esta iniciativa apenas conseguiu 32,5% dos votos e não foi aprovada. A outra lei foi promovida pelas associações de aposentados que propunha proibir o Poder Executivo de mexer no valor das aposentadorias, esta iniciativa foi aprovada com 72,36 % de votos e, segundo Moreira, foi “suficiente como para hacerle entender a la clase política uruguaya que ninguna medida contra los jubilados iba a ser efectiva en el período” (MOREIRA, 2004 p. 33-34).

Pode-se observar como a *Frente Ampla* perde força na luta contra-hegemônica. Na medida em que aumentavam as suas expectativas de triunfo eleitoral, a Frente inicia um processo de lenta aproximação com o bloco no poder: “Como común denominador, puede establecerse en general un muy moderado acompañamiento del Frente Amplio cuyo temor a complicar resultados electorales futuros, se hacía evidente en cada decisión” (FALERO: 2004b p. 55).

Nas eleições de 1994, triunfou o partido *Colorado*, e Julio Maria Sanguinetti assume novamente a presidência, em março de 1995.

Em 1996, a reforma constitucional que estabeleceu o segundo turno para as eleições de presidentes e prefeitos foi submetida a plebiscito. A Frente Ampla fez campanha contra essa reforma, pois considerava que era a oportunidade que os partidos tradicionais precisavam para recompor forças em torno do candidato que disputaria com a Frente, o segundo turno. A reforma foi aprovada por 50,45% dos votos.

Segundo Moreira (2004), até o final da década de 1990 foram tentados mais referendos e plebiscitos:

Durante este período son varios los intentos del sindicalismo y de la izquierda de recurrir a mecanismo de democracia directa para hacer sentir su desaprobación frente a la escalada reformista. Se opone a la reforma de la seguridad social a través de un intento de derogación de las Administradoras de Fondos de Ahorros y Pensiones; intenta derogar la creación de un nuevo marco regulatorio para los servicios eléctricos y se opone también a los dispositivos de flexibilización laboral incluidos en la Ley de Inversiones. También acompaña la iniciativa llevada adelante por el líder del Nuevo Espacio para impedir que los directores de los entes autónomos del Estado puedan presentarse como candidatos en el periodo electoral siguiente.[...] Finalmente, y junto con este último se llevó adelante un plebiscito (modificación del artículo 239 de la Constitución) que permitía a la Suprema Corte de Justicia obtener autonomía para formular u propio proyecto de presupuesto [...]Todas estas iniciativas fracasaron (MOREIRA: 2004 P. 37).

A grande mobilização em torno dos plebiscitos tornou espaços não tradicionais de luta, como espetáculos públicos, feiras, procissões e eventos esportivos, em oportunidades de conscientização política:

Un aspecto clave y relativamente novedoso, fue la preocupación por llegar, en la recolección de firmas, a lugares de grandes concentraciones, ya se trate de espectáculos deportivos, desfiles de Carnaval, celebraciones religiosas, etc. La relación de una cotidianeidad distinta a la laboral clásica del patrón de poder anterior, ahora es más claramente percibida (FALERO, 2004b, p. 56).

A população não sindicalizada era mobilizada por organizações como a FUCVAM ou os outros movimentos sociais com mais inserção nos bairros que o movimento sindical.

As eleições de 1999 deram a vitória novamente à direita. Desta vez foi empossado na presidência, a partir de março de 2000, o *colorado* Jorge Batlle. A política econômica é questionada pela reafirmação da mobilização social: "Uso de los plebiscitos como instrumento de democracia directa, descentramiento de Montevideo y expansión territorial de la protesta a todo el país, y multiplicidad de actores sociales involucrados y carácter poli clasista de parte de las movilizaciones" (FALERO: 2004b, p. 55).

Em 2002, o governo, temeroso do resultado de um possível referendo, tirou da pauta a lei que privatizava os serviços telefônicos da ANTEL (Administración Nacional de Teléfonos). Em 2003, um referendo revogou por 62,3% dos votos a lei que autorizava a privatização de parte dos serviços da estatal de combustíveis ANCAP (Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Pórtland).

Falero (2004) destaca que entre esses dois eventos existe um nexo de continuidade em que o movimento sindical, embora tenha participado ativamente demonstrou ter menor capacidade de mobilização e a *Frente Ampla* prestou um apoio muito reticente, até porque alguns legisladores deste partido tinham votado a favor da lei no parlamento.

3.6.2 A construção de uma nova frente social

A profunda crise econômica que o país enfrentou a partir de 2002 trouxe o questionamento da legitimação do padrão de poder. A luta social se expande pelo país todo. Aparecem novas formas de protesto como os bloqueios de rua e novos movimentos sociais, principalmente, no interior do país que sempre se caracterizou por manter uma atitude conservadora. Vários setores empresariais acharam que o problema estava no modelo econômico e apoiaram reformas estruturais:

Así es que la llamada “Concertación para el Crecimiento” reunió a sectores del trabajo a parte de los sectores del capital bajo el común denominador de cuestionamiento a la política económica y de defender la “producción nacional” (FALERO, 2004b, p. 56).

A central sindical foi a favor dessa nova aliança policlassista e o ato de celebração do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 2002, reuniu operários e empresários.

A FUCVAM se manifestou contrária a essa aliança com setores da burguesia. Para essa organização era o momento de começar a formar uma nova frente social. Segundo Marta Harnecker (2001), a FUCVAM tentava, desde o ano 2000, a consolidação de uma nova frente social:

Esta idea, Lanzada por primera vez en la 45ª Asamblea Nacional Extraordinaria de Fucvam, que se celebró a mediados del 2000, retomada en octubre de ese año, en el Día Internacional de los Sin Techo, pretende la construcción de *un gran Bloque Popular Alternativo que inaugure una nueva forma de convivencia basada en la solidaridad y la cooperación.*

Esta iniciativa coincide con otras surgidas en el ámbito sindical y en el FA-EP.

Las cooperativas de Vivienda agrupadas en Fucvam se han venido movilizandando desde entonces en los diferentes barrios y ciudades del país impulsando su conformación, encontrando mucho eco en los vecinos y organizaciones de base. [grifos da autora] (HARNECKER, 2001).

O presidente da FUCVAM, Gustavo González, escreveu diferentes artigos em sua coluna, no jornal *La República*, em que insiste na formação dessa

frente social. Desses artigos, pode-se deduzir algumas características da Frente Social proposta pela Federação: trata-se de uma estratégia que propõe, não apenas unificar os conflitos, mas, globalizar a solidariedade:

Para la unidad hay que hacer todos los esfuerzos posibles, hay que globalizar la SOLIDARIDAD contra la desocupación y la permanente rebaja de nuestra calidad de vida.

No se me mal interprete, no alcanza con unificar conflictos, lo que se debe hacer es unificar la propuesta de un Frente Social que luche en forma consecuente contra la crisis de la cual no somos responsables (GONZÁLEZ, 2000a).

Em outra matéria, afirma:

Frenar esta brutal ofensiva es la gran tarea que nos impone la actual coyuntura. Estamos dando pasos interesantes, pero no los suficientes aún. Hay que seguir insistiendo en la necesidad de organizar un gran Frente Social, con el que se identifiquen todos los excluidos del sistema (GONZÁLEZ, 2000b).

Outra característica da Frente Social seria a internacionalidade. Segundo Gustavo González, a estratégia globalizadora do capital seria possível combatê-la com uma estratégia de globalização da solidariedade entre todos os movimentos sociais da América Latina:

En América Latina se comienzan a respirar aires de resistencia, son los “sin tierra” en Brasil la marcha de la CTA, los indígenas ecuatorianos, los zapatistas en México, el marzo paraguayo y el gran Frente Social que comienza a generarse en nuestro país.

Trabajadores, cooperativistas, jóvenes, pequeños productores, organicemos rápidamente nuestras fuerzas. Debemos de discutir con esperanza, que si nos juntamos se puede ¡El pasaporte no es la solución! (GONZÁLEZ, 2000c).

Em outro lugar afirma:

Esto demuestra que el tema del internacionalismo es clave para la estrategia que quieren llevar ellos, pero también nosotros.

Hoy, más que nunca, se hace indispensable romper las fronteras que separan los pueblos.

Ideológicamente es fundamental ser cada día más internacionalistas. Sumar y sacar las mejores experiencias de lucha que llevan nuestras organizaciones en los distintos lugares del planeta.

El sistema es mundial y mundialmente debemos combatirlo en todos los frentes.

La lucha por el agua de los cochabambinos, la lucha de los "Sin Tierra" en Brasil, los corte de ruta en Argentina, el referéndum del 18 aquí. Todas son experiencias que compartir, para derrotar el capitalismo salvaje, antes que éste haga saltar el planeta en mil pedazos (GONZÁLEZ, 2001a).

Para o Uruguai, o chamado é para os sindicatos, jovens, cooperativistas, aposentados e pequenos produtores rurais; ou seja, não está incluindo partidos políticos de nenhuma orientação:

Por eso hay que globalizar la solidaridad entre nosotros, sindicatos, jóvenes, cooperativistas, jubilados, debemos de juntarnos cada día más y comenzar a elaborar propuestas que resistan la actual coyuntura. Porque el resistir hoy es avanzar, debemos de pensar si no hay que comenzar a organizar ollas populares en los barrios, petitorios de alargamiento del seguro de paro, escuelas populares de debate para generar un gran Frente Social con propuestas claras, subsidios para el desocupado de luz, agua y alquiler (GONZÁLEZ, 2000d).

Gustavo González escreveu, no mesmo jornal, em 18 de agosto de 2001, o seguinte artigo que transcrevemos na íntegra porque é o que melhor resume todas as características da Frente Social:

DESDE TODOS LOS RINCONES OPONERSE

Las redes de solidaridad se vienen tejiendo por todo el país a lo largo y ancho de todo el Movimiento Popular. Ollas, ocupaciones, marchas, nosotros los "cueteros" de FUCVAM estamos resistiendo al modelo que cada vez trae más hambre y miseria a nuestra gente.

Es momento de parar la ofensiva, pero hay que saber cómo hacerlo, no basta con patear el tablero, hay que mover las piezas de la mejor manera para ganar.

La unidad y la solidaridad para la acción deben hoy más que nunca primar en nuestras filas. No se puede seguir coqueteando con un gobierno que es absolutamente consciente que va a tener que reprimir al descontentamento popular.

La política devastadora que están impulsando y seguirán (a no dudarlo) sólo la podemos detener con la movilización de todos los excluidos del sistema.

La brutal crisis la tienen que pagar los que la ocasionaron, los insuficientes capitalistas de siempre, no los que siempre la pagan.

Para ello hay que unir a todos, no sólo por trabajo sino por salario, vivienda, salud y educación. En definitiva, hay que sacar a flote todas las reservas morales de nosotros trabajadores.

El Frente Social es ya una necesidad política histórica de los excluidos y viene armándose desde abajo.

Los piqueteros en Argentina ya han cobrado vidas, pero la violencia piquetera es porque hay hambre y desocupación, los responsables son los que generan eso y no los piqueteros.

Desde esta página permítaseme una vez más reivindicar a todos los que luchan contra este sistema excluyente y asesino.

Desde Tierra del Fuego hasta Gotenburgo está marchando la resistencia antiimperialista [grifos no original] (GONZÁLEZ, 2001b).

As *Ollas Populares* que o autor menciona nos artigos são organizações de bairros muito locais, que procuram fundamentalmente resolver em forma comunitária os problemas vinculados à alimentação e necessidades primárias. Essas *Ollas Populares* aparecem freqüentemente, no Uruguai, em períodos de crises. Têm curta duração, mas, nos períodos em que funcionam apresentam facilidade para integrar-se com os outros movimentos sociais. Muitas vezes, a sua organização acaba absorvida por movimentos mais amplos, como pode ser o caso de que uma *Olla Popular* resolve organizar-se para formar uma cooperativa de moradia. Os *Caceroleos* são muito mais efêmeros. O termo deriva de *cacerola* que, também significa panela, mas se trata de uma medida de protesto na qual, em determinado horário previamente combinado, a população bate com a concha na panela por alguns minutos e expressa descontentamento com alguma medida do governo.

Podemos observar que a proposta da FUCVAM era muito diferente do Concerto para o Crescimento que juntava os trabalhadores com o capital para questionar o modelo econômico e reclamar mudanças estruturais. Criticando essa aliança com a burguesia, González usa a seguinte expressão: “El agua y el aceite no se juntan ¡ojo!” (GONZÁLEZ, 2000d).

Rapidamente, as próprias organizações empresariais perceberam que seus interesses estariam mais bem defendidos com a adoção de algumas medidas conjunturais e não com reformas estruturais. Por isso, abandonaram o Concerto para o Crescimento.

Em 2003, setores das camadas médias, que tinham sido prejudicados com as intervenções do governo no sistema bancário, começam a abandonar as formas de protesto popular.

A atitude da *Frente Ampla*, que agora tinha a certeza de sua vitória

nas eleições de 2004, foi de preservar a figura do presidente e evitar uma crise institucional similar a que derrubou ao presidente De La Rúa na Argentina:

Si durante el 2002 y el 2003, el desprestigio de las elites políticas y el latente movimiento de resistencia no derivó en jornadas como las ocurridas con la caída del presidente De la Rúa en Argentina, debe establecerse entre las causas centrales el bloqueo que a ese salto cualitativo de la protesta colocó el Frente Amplio. No necesariamente en sintonía con las perspectivas de movimientos sociales (incluso sindical) primó la posición del Frente Amplio en cuanto a no provocar conflictos institucionales y marcar ese perfil para la instancia electoral del año 2004 atrayendo a esos sectores (FALERO, 2004b, p. 57).

De fato, as eleições de 2004 deram a vitória para a Frente Ampla e, em 1º de março de 2005, assumiu a presidência Tabaré Vasquez. No governo, a Frente Ampla inicia um processo de aproximação com os organismos financeiros e empresas internacionais. O bloco no poder se legitima, agora, pela antiga força política de esquerda:

Así es que en suma, dado el esquema de continuidad básico del patrón de poder y en consecuencia del modelo de acumulación, teniendo presente el nuevo formato de consenso sociopolítico que comienza a emerger, solo es posible extraer una premisa, o una hipótesis si se prefiere, que debe plantearse sin timidez sociológica o politológica alguna: la fuerza política que fuera referente del cambio social es la que, paradójicamente, provee ahora de bases relegitimadoras, de un proyecto de sociedad que, e esté de acuerdo o no, tiene consecuencias de reproducción de la desigualdad y la exclusión (FALERO, 2004b, p. 60).

Nesse momento, segundo Falero, o Uruguai vive um momento de transição entre ciclos, para dar início a um novo ciclo de lutas seriam necessárias novas práticas sociais capazes de transformação política. Aparentemente a Frente Ampla se perfila como um instrumento de acomodação. Ela é suficientemente confiável para as classes dominantes, embora isto cause incômodos aos partidos tradicionais e, ao mesmo tempo, apresente-se como uma espécie de válvula de escape para resolver os conflitos sociais.

3.7 RELAÇÃO DA FUCVAM COM O GOVERNO DA FRENTE AMPLA

Nesta seção analisamos a relação da FUCVAM com a Frente Ampla, uma coalizão de partidos que ocupa os governos nacional e municipal, a partir de 2005⁹.

3.7.1 Evolução da Frente Ampla

Desde 1983, a Frente Ampla começa a se reorganizar. Marta Harnecker procura explicar esse fenômeno a partir da existência de fortes sentimentos de identidade entre os frenteamplistas e da estrutura organizativa fundada em comitês de bairros que permitiam desenvolver altos níveis de mobilização e autonomia:

377. La fulminante reorganización de la izquierda en 1983-1985, que sorprendió a los avezados políticos de los partidos tradicionales, tuvo, según creo, como factor principal de conjunción y aglutinamiento el peso de identidad emocional frenteamplista.

378. Recogió el anhelo de unidad de importantes sectores del pueblo uruguayo. Las bases de la naciente organización política conforman comités frenteamplistas en los barrios, espacio de encuentro de militantes de las agrupaciones políticas que lo integran y de no militantes. Estos comités, que inicialmente tuvieron un fin electoral, perduran en el tiempo y pasan a formar parte de la estructura interna del Frente Amplio (HANECKER, 2001, p. 49).

Os comitês mencionados por Harnecker são organizações de bases que funcionam nos bairros, embora existam agrupamentos partidários, dentro desses comitês. As resoluções são tomadas em assembleias com participação de todos os integrantes cadastrados nos comitês. Isso facilita a participação de cidadãos independentes que simpatizam pela Frente Ampla e não se identificam com os partidos político que a integram:

⁹ A partir da página 140, analisamos a relação política da FUCVAM e da Frente Ampla com moradores dos bairros cooperativos.

379. Ellos fueron un instrumento clave para iniciar la superación de la dispersión orgánica de la izquierda. Ofrecieron un espacio no partidario al creciente número de independientes que simpatizaba con el proyecto frenteamplista, muchos de los cuales provenían de los partidos tradicionales. El que e pudiese adherir al Frente y militar en dicha organización sin tener que adherir a algún sector de la izquierda facilitó enormemente la incorporación de mucha gente (HARNECKER, 2001, p. 49).

Os comitês de base enviam delegados para as coordenadoras regionais, que por sua vez têm representação na direção nacional da frente. Desta forma, os integrantes da Frente Ampla não viram meros executores de políticas alheias. Eles mesmos são protagonistas da construção das suas opiniões. Os filiados da Frente Ampla pagam uma pequena mensalidade e participam da escolha de todas as lideranças da frente.

Para Raul Zibechi (2004), a ditadura consolidou a unidade da Frente Ampla, na identificação com seus colegas presos e torturados, como Seregni e Raúl Sendic, que suportaram longos anos de prisão e torturas, assinou uma espécie de pacto de sangue que selou as lealdades.

Como dissemos anteriormente, nas eleições de 1984, não foi permitido que participassem todos os partidos que integravam a Frente Ampla. Proibiu-se, expressamente, a participação do Partido Comunista e de outros candidatos. Nesse pleito eleitoral, vencido pelo Partido *Colorado* com 41,2% dos votos, a Frente Ampla obteve 21,3 % e o partido *Blanco* 35%.

Em 1989, a Frente ganhou no município de Montevidéu com 34,5% de votos. Nessas eleições, o triunfo nacional foi do Partido *Blanco* com 38,9% e o Partido *Colorado* obteve 30,3% dos votos.

A gestão realizada pela prefeitura de Montevidéu, cidade que concentra a metade da população do país, provocou a queda da rejeição que alguns setores, principalmente os mais carentes, sentiam pela esquerda. Por isso, nas eleições de 1994, a Frente Ampla, quase empatou com os outros partidos: Frente Ampla 30,6%, Partido *Colorado* 32,3% e Partido *Blanco* 31,2% dos votos. Nesse pleito, a Frente voltou a ganhar a prefeitura de Montevidéu.

O perigo que significou a probabilidade de a Frente Ampla ganhar as eleições de 1994 obrigou os partidos tradicionais a mudarem o processo eleitoral para estabelecer um segundo turno a partir das eleições seguintes, caso os

candidatos não superassem 50% dos votos no primeiro turno. Por isso, nas eleições de 1999, embora a Frente Ampla obtivesse 39% dos votos e a maior bancada parlamentar, a presidência do país correspondeu ao Partido *Colorado* (31,7%) que, no segundo turno, foi auxiliado pelo Partido *Blanco* (21,5%).

Em 2004, o triunfo da Frente Ampla foi arrasador ao obter a presidência do país com 50,45% no primeiro turno, a maioria das prefeituras do país e a maior bancada no parlamento. O Partido *Blanco* obteve 34,30% e o partido *Colorado* 10,36% dos votos do país e apenas uma prefeitura no departamento de Artigas.

Segundo Marta Harnecker, nos 30 anos que se passaram desde a sua fundação há setores que saíram e outros que entraram na Frente Ampla:

386. En estos 30 años transcurridos *hubo nuevas incorporaciones y rupturas*, nacieron nuevas organizaciones, otras se fusionaron o se dividieron, otras desaparecieron o se debilitaron; mientras una parte se transformaba internamente. *Así, entre otros, se incorporaron el Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), el Movimiento de Liberación Nacional (MLN), el Movimiento 26 de Marzo (M26) y la Corriente Popular (CP). Se desgajaron el Partido por el Gobierno del Pueblo (PGP) y el Partido Demócrata Cristiano (PDC). Como resultado de los procesos de debate internos, escisiones y reagrupamientos nacieron la Vertiente Artiguista; Asamblea Uruguay, liderada por Danilo Astori; la Confluencia Frenteamplista (Confa), formada básicamente por ex comunistas; la Izquierda Abierta (IA), y otras entidades. Permanecieron y se transformaron el Partido Comunista (PC), el PS y distintas organizaciones políticas fundadoras (HARNECKER, 2001, p. 50).*

Determinar o potencial transformador da Frente Ampla resulta uma tarefa muito difícil devido à heterogeneidade das forças que integram essa aliança que ultrapassa um simples acordo eleitoral. Zibechi fala numa cultura de esquerda que se foi infiltrando no esporte, no teatro na música, no cotidiano:

Desde el punto de vista de las alianzas, el programa y las estrategias, la izquierda política uruguaya agrupada en el "Encuentro Progresista-Frente Amplio-Nueva Mayoría" es una fuerza de centroizquierda, que incluye desde los revolucionarios radicales hasta personalidades de centroderecha. Pero si la observamos desde la base, estamos ante una extensa red sociocultural que llega a todos los rincones del país y a todos los sectores sociales, e incluye las más diversas manifestaciones de la vida: desde las relaciones familiares hasta el deporte y la cultura (ZIBECHI: 2004).

A Frente Ampla se define, no primeiro artigo do seu estatuto como

uma força política progressista, democrática, popular, antioligárquica e antiimperialista:

ARTICULO 1º.- DEFINICION.-El Frente Amplio, fuerza política de cambio y justicia social, creación histórica permanente del pueblo uruguayo, de concepción nacional, progresista, democrática, popular, antioligárquica y antiimperialista, se integra por todos aquellos sectores políticos y ciudadanos que adhieren a los principios y objetivos establecidos en la Declaración Constitutiva del 5 de febrero de 1971, en las Bases Programáticas y en el Acuerdo Político, conformando una organización con el carácter de coalición-movimiento y que se comprometen al mantenimiento y defensa de la unidad, al respeto recíproco de la pluralidad ideológica y al acatamiento de las resoluciones tomadas por los organismos pertinentes según lo estipulado por el presente Estatuto. El mismo está abierto a la incorporación de otras organizaciones políticas y de los ciudadanos que comparten su misma concepción [grifos no original] (FRENTE AMPLIO: 1994).

Zibechi avalia que as mudanças que a Frente Ampla poderá fazer não passam de gestões estatais mais honestas e favoráveis aos mais pobres:

¿Podrá esta izquierda cambiar el país? Depende qué entendamos por cambiar. Si se trata de gestiones estatales más honestas, más ordenadas y más favorables a los pobres, ello está fuera de duda. Si se trata de salir del neoliberalismo y contribuir a implantar un modelo de desarrollo más justo y equilibrado, parece dudoso que una izquierda moderada en un pequeño país muy endeudado, pueda gestionar cambios de rumbo de larga duración. La impresión es que todo dependerá de la relación de fuerzas regional –en particular de los papeles que decidan jugar Brasil y Argentina-, pero también de que el debilitado movimiento sindical -centrado aún en los trabajadores con empleo fijo-, consiga superar su crisis e incluir a los nuevos pobres, que son los más interesados en cambios radicales de largo aliento (ZIBECHI: 2004).

O modelo de país criado pelo *batllismo* na primeira metade do século XX gerou o mito do “Uruguai, país de classes médias”. Esse mito tem como contrapartida a negação da luta de classes e conseguiu se manter numa conjuntura econômica mundial favorável à colocação dos produtos primários. Uma vez que a burguesia européia conseguiu resolver seus conflitos e retomar a extração, transferência e apropriação das riquezas dos países periféricos. O modelo *batllista* de país desabou. Os resultados eleitorais uruguaios mostram que o Partido *Colorado* perdeu a representatividade desse modelo de país e que a esquerda uruguia se tornou a esperança do retorno desse “Estado das classes médias”:

Pero, ¿en qué consiste esa hegemonía? En que las ideas-fuerza que encarna el Frente Amplio (Estado social, gobierno honesto, soberanía nacional, justicia social, entre otros) se han convertido en el "sentido común" de los uruguayos de comienzos del siglo XXI (ZIBECHI: 2004).

Para a teoria marxista, o Estado, embora apresente certa autonomia em relação à burguesia, não perde o seu caráter classista. As origens do Estado moderno partem das revoluções burguesas contra a antiga ordem feudal que limitava suas possibilidades de expansão. Uma vez que conseguiu derrotar a nobreza, a burguesia se organizou no Estado moderno para proteger seus interesses, resolver seus conflitos e consolidar sua dominação sobre o proletariado para apropriar-se do excedente produzido por sua força de trabalho. É esta autonomia relativa que permite que o Estado defenda a realização dos interesses burgueses e, assim, ocultar seu caráter classista diante das outras classes. Em geral, a participação de partidos de esquerda no governo não altera a natureza classista do Estado, mas pode alterar a correlação de forças entre as frações.

O próprio sistema democrático representativo, que obriga os partidos de esquerda a participarem do sistema burguês provoca, em geral, uma descaracterização de classe desses partidos. Tomamos esta idéia de Petras (1997), quando analisa a situação brasileira:

A presença dos antigos partidos de esquerda e seus líderes no governo não muda as características gerais da política eleitoral e não é testemunha da flexibilidade e abertura do sistema, pois ela acomoda e faz a adaptação desses partidos às limitações impostas pelos livres mercados e pelo novo autoritarismo (PETRAS, 1997, p. 35).

Ao avaliarmos esses elementos expostos, descartamos a possibilidade de que possam se produzir mudanças estruturais durante o governo da Frente Ampla, nem que ocorra a emancipação dos trabalhadores. Pode haver, apenas, uma boa gestão estatal e uma melhor distribuição da renda.

3.8 A FUCVAM e o governo da Frente Ampla

A posse da Frente Ampla no governo nacional, a partir do 1º de março de 2005, gerou diversas expectativas de mudanças na política econômica e, principalmente, na distribuição da renda.

Podemos distinguir três etapas que caracterizam a relação da FUCVAM com o governo da Frente Ampla: a primeira etapa de “colaboração”; a segunda etapa de mobilizações contra a burguesia; e a terceira de críticas e mobilizações contra a frente.

3.8.1 A questão da habitação

Antes de continuar com a análise da relação da FUCVAM com a Frente Ampla, devemos observar a evolução do problema habitacional. O processo de concentração urbana no Uruguai alcançou índices elevados. Segundo o censo de 2006, a população total do país é 3.305.723 destes 3.089.988 moram em áreas urbanas e 215.735 em áreas rurais, ou seja, 93,4% da população uruguaia é urbana. A média para América Latina é de 75% (ONU: 2007).

A capital do país, Montevidéu, concentra 1.347.888 de habitantes, ou seja, quase 41% do total da população ou 43,6% da população urbana.

Segundo a estimativa do Banco Hipotecário do Uruguai, o déficit habitacional, em 1996, em Montevidéu, era de 31.143 moradias e, em 2006 esse déficit chegaria a 101.090 se considerados o aumento de lares em 26.348 e 43.599 moradias obsoletas a serem substituídas. Considerando que o total de lares, em 1996, na cidade de Montevidéu, era 425.280, temos o déficit habitacional uruguaio em números percentuais era, em 1996, de 7,32%. Devido aos diferentes critérios metodológicos em relação à forma de quantificar o déficit habitacional no diversos países, não é muito fácil fazer comparações, mas, o informe elaborado pela CEPAL, em 2005, aponta que 15% dos lares da América Latina e do Caribe carecem de moradia (CEPAL: 2005).

O processo de segregação urbana avançou:

Así, corresponde señalar que aún en sociedades con niveles de equidad relativamente altos en el contexto latinoamericano – como Argentina y Uruguay -, emergen crecientemente durante los años noventa, diversas manifestaciones de " fragmentación sociocultural". En efecto, Investigaciones realizadas por Cepal y Unicef en estos países, demuestran el *surgimiento de "nuevos perfiles de marginalidad y pobreza" (inserción laboral precaria, insuficiencia de ingresos, movilidad social descendente y violencia urbana), que asociados a pautas de segregación residencial y educativa, acentúan la desintegración y exclusión para importantes sectores de la sociedad urbana.* (apud RIVOIR E VEIGA, 2001, p. 7).

Nesse novo contexto de redistribuição da população urbana podemos diferenciar, em Montevideu, as seguintes áreas: área Central, Intermediária, Costa Montevideana, Cidade da Costa e Periferia.

As periferias norte, oeste e leste de Montevideu apresentam crescimento demográfico significativo de população de nível social baixo que se desloca da área Central. As regiões da Costa e Cidade da Costa têm experimentado também crescimento demográfico significativo, mas de população de classe social alta e média alta. Em contrapartida a área central tem experimentado a diminuição da população.

Na ilustração 7, mapa tomado de Rivor e Veiga (2001), observamos os níveis sócio-econômicos segundo áreas de Montevideu. As classes média-baixa e baixa concentram-se nos bairros do Norte e nas periferias do Oeste e Leste, também em algumas regiões da Área Central da cidade.

Em janeiro de 2006, a FUCVAM contava com 60.208 integrantes distribuídos em 340 cooperativas. Desse total 4.404 integrantes de 42 cooperativas estavam na etapa de construção; cinco cooperativas estavam com estatutos aprovados, mas sem financiamento para começar a construção e 67 cooperativas tramitavam seus estatutos.

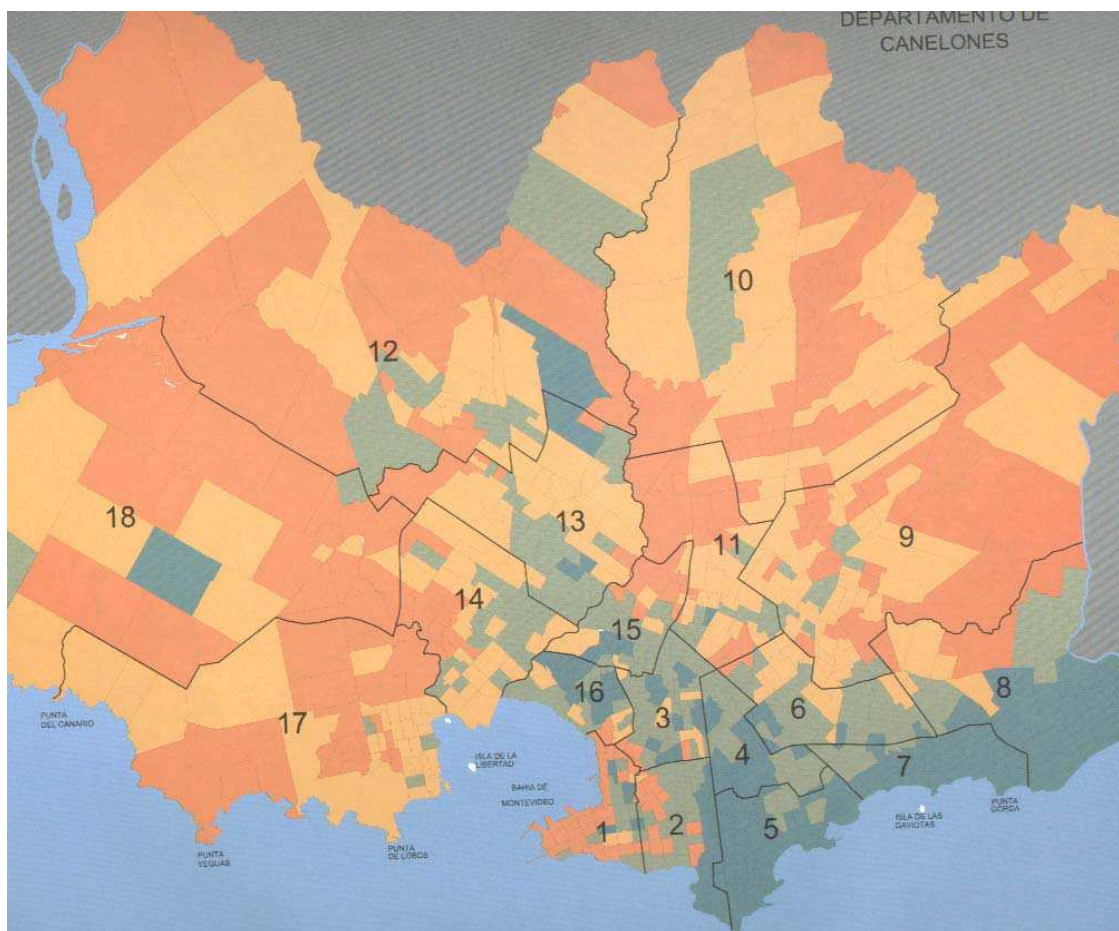


Ilustração 7 – Mapa de Montevideú

Ao cruzar esse mapeamento com os dados fornecidos pelo representante da FUCVAM, Darío Rodriguez, elaboramos o seguinte quadro:

ZONA	NÚMERO DE COOPS.	REGIÃO	NÍVEL SOCIO-ECONÔMICO PREDOMINANTE
1	7	Central	Inferior
7	13	Costa	Superior
8	23	Costa	Médio inferior
9	38	Intermediária	Inferior
10	6	Periferia	Médio inferior
11	11	Intermediária	Inferior
12	12	Intermediária	Médio inferior
14	14	Intermediária	Médio inferior
15	13	Intermediária	Médio superior
17	12	Periferia	Inferior

A região central possui sete cooperativas. A região da costa montevideana, 36 cooperativas; a região intermediária, 88 cooperativas e a região da periferia 18 cooperativas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, em 2006, 6% da população (196.000 pessoas) morava em 676 assentamentos precários no Uruguai. Desse total, 144.707 moravam em 412 assentamentos de Montevideu (I.N.E. 2006).

Estes dados completam o panorama que encontrou a FUCVAM a partir de 1985. A Federação teve que se transformar para poder atender demandas urgentes de população sem experiência sindical e com baixíssima renda. Nesse processo começa a aparecer nos seus documentos autodenominações como: *sem-teto*, *sem-terra urbanos*, *sem-credito* e outros que indicam mudanças ideológicas, como apresentado na seção 3.5.2.

3.8.2 Primeira etapa: “colaboração” com a Frente Ampla

Nos primeiros meses do governo frenteamplista, o discurso da FUCVAM, assim como de outras organizações sociais como a central sindical PIT-CNT, tem um tom conciliatório, evita críticas ao governo. Em geral, atribui-se à péssima situação econômica em que o país se encontra ao governo anterior. O movimento cooperativo pretende aprofundar mudanças sociais em colaboração com o governo.

O boletim informativo da “Rede Solidária da Esquerda Radical, Agenda Radical”, referindo-se ao ato de comemoração do Dia do Trabalhador, em

1º de maio de 2005, escreve: “El tono conciliador en el acto del 2005 era previsible ante la expectativa que generaba la instalación de ‘un gobierno de izquierda’ en el país” (AGENDA RADICAL: 2006).

A colaboração com o governo não implicava total perda de autonomia nem desarticulação do movimento, pelo contrário, a participação se deu a partir dele próprio:

Profundizar la democracia, participar desde las organizaciones en la toma de decisiones, construir PODER desde la gente y con la gente debe ser la consigna. Ese sentido común, que costó más de tres décadas construir, el sentido de la honestidad y la justicia, que derrotó al mundo unilineal de la globalización privatizante y excluyente no lo podemos perder por falta de debate, por no sentirnos parte del cambio, por no tener estrategia y, sobretudo, por pensar que ya llegamos y está todo hecho (VIDAL, 2004).

Sobre isso, Souza afirma:

No debemos confundirnos, ni subordinarnos a ningún cambio, sólo debemos profundizarlos y eso se logra con una práctica más eficiente de lo que hagamos todos los días, promoviendo mayor participación e involucramiento en proyectos colectivos (SOUZA, 2005).

Em outubro de 2005, começam a aparecer os primeiros sinais de desilusão do movimento cooperativo em relação às expectativas de mudanças. O plano de habitação, apresentado pelo governo para o quinquênio 2006-2010, não agradou a FUCVAM. A federação o considerou confuso e pior que o plano apresentado pelo governo anterior:

Si se comparan estas cifras (menos de 18.000 viviendas en todo el quinquenio) con la demanda primaria existente (crecimiento vegetativo + obsolescencia), que es de unas catorce-quince mil viviendas por año se advierte la insuficiencia de lo proyectado. Otro elemento de referencia es el Plan Quinquenal 2001-2005 (período Battle), que preveía la construcción de unas 17.000 viviendas, en su gran mayoría núcleos básicos evolutivos, por parte del Ministerio y 13.000 por el BHU, o sea un total de 30.000. Los recortes y desvíos de fondos que se realizaron posteriormente de los recursos previstos hicieron que las cifras reales estuvieran lejos de las proyectadas, pero eso fue lo que votó el Parlamento en el Presupuesto. El nivel de inversión planteado, por otra parte, que toma como base la ejecución realizada en 2004, es prácticamente igual al de ese año y el presente, por lo cual no habrá creación de empleo, otro de los objetivos que pretendía obtenerse (NAHUM, 2005).

O outro ponto de conflito aconteceu com as intenções do governo de assinar um tratado de livre comércio com os Estados Unidos que, segundo a Federação, trazia mais imposições que benefícios por se tratar, na realidade, de um tratado de investimentos:

Se trata de una carta de derechos de los inversores que no podrá ser violada si no queremos enfrentar multimillonarios juicios en tribunales comerciales en el exterior y todo tipo de sanciones comerciales. Implica además la entrega de nuestra soberanía -de nuestro poder de decidir qué se puede y qué no se puede hacer en el territorio nacional- y la renuncia a nuestro derecho a poner condiciones a quiénes vienen a invertir. En lo que respecta al segundo argumento, este Acuerdo Bilateral de Inversiones en ningún momento hace referencia al comercio o a la apertura de mercados. El Acuerdo no compromete de manera alguna a EE.UU. a abrir sus fronteras a los productos uruguayos como la carne; las cuestiones comerciales no son de su competencia porque se trata de un acuerdo de inversiones (EL SOLIDARIO, 2005).

Mesmo com essas discrepâncias, o balanço que a Federação fez, em ano 2005, foi positivo. Ela aponta como avanços que as cooperativas recebem em dia os adiantamentos dos créditos acordados e que a estatal produtora de cimento vende com desconto para as cooperativas. Além disso, considera que mesmo com alguns conflitos com o governo, o movimento o apóia:

Una actitud que se base en saber que el proceso de cambios que se inició hace ya tantos años y que dio un salto en calidad a partir del 1º de marzo pasado, no es lineal y preestablecido, que el neoliberalismo a dinamitado el entramado social y muchas viejas certezas. Está entonces en nosotros batallar para construir una nueva hegemonía, en una relación con el gobierno progresista que tiene un componente de conflicto que no podemos ignorar, en una actitud de romanticismo a-crítico (FIGOLI, 2006).

A FUCVAM percebe que deve realizar mobilizações para neutralizar as pressões da burguesia sobre o governo.

3.8.3 Segunda etapa: mobilizações contra a burguesia

Durante o ano de 2006, o movimento não ataca a Frente Ampla porque é consciente de que a burguesia pressiona o governo. Por isso, anuncia mobilizações tendentes a enfrentar ou equilibrar essa pressão:

No podemos desconocer que el proceso de construcción se da en el marco de una sociedad de clases, fragmentada al extremo, en donde múltiples intereses sectoriales se expresan del más diverso modo y actúan permanentemente sobre el gobierno intentando obtener la mejor y más grande parte de “la torta.” Todos, gobierno progresista y ciudadanos, debemos comprender que el poder popular no se puede construir solo desde el sistema político y que es imprescindible una sociedad civil organizada, dinámica y peleadora que mantenga siempre en alto el debate acerca de los rumbos (FIGOLI, 2006).

Nesse trecho, percebe-se um tom conciliador. O autor chama a atenção para o fato de que o poder popular não se constrói pelo sistema político e que é necessária uma sociedade organizada e lutadora.

Durante 2006, a relação com o governo se deteriora. A FUCVAM participa de campanhas para impedir os acordos comerciais bilaterais do Uruguai com os Estados Unidos e, também, faz oposição a um projeto de lei de reforma tributária. Mobiliza-se para tentar ser mais bem contemplada no plano quinquenal de habitação. Mas, ainda não se manifesta expressamente contrária ao governo, simplesmente justifica sua mobilização na necessidade de enfrentar a burguesia.

No dia 14 de janeiro, a FUCVAM realiza uma marcha até o balneário de *Punta Del Este*, principal reduto da burguesia uruguaia e argentina. Na pauta desse protesto estão: um cadastro de terra para o movimento, cronograma de empréstimos, reestruturação das dívidas e o pedido de anulação da lei que garante impunidade aos militares que participaram de assassinatos e torturas no período da ditadura. Participaram desta marcha 68 ônibus lotados de cooperativistas. O resultado foi uma mesa de negociação da reestruturação da dívida e novos empréstimos (OLIVEIRA, 2006).

Gradativamente começa apontar seus objetivos contra o sistema político como escreve Vera no jornal da FUCVAM, *El Solidario*, em abril de 2006:

Pero por otro lado, nuevos gobiernos surgidos de esa crisis, como por ejemplo en Brasil, Argentina, Venezuela, Uruguay y ahora Bolivia, con excepción de Venezuela y Bolivia que es muy reciente, en el resto no han podido o querido rectificar totalmente el rumbo de esos políticos neoliberales más allá de las buenas o inexistentes intenciones (según sea el caso) permanecen aún maniatados a lo que les impuso la ortodoxia neoliberal. Incluso en países donde a corto plazo se podría producir un cambio político (Ecuador, Perú), surgen políticos "sensatos de izquierda" que solo se ofrecen para administrar la crisis, pero no para romper definitivamente con la política neoliberal y reparar urgentemente los desastres sociales ocasionados por ésta. Ellos no parecen estar "desesperados", quieren "hacerlo bien", dentro de lo posible quizás porque, a este tipo de gente, no se les va la vida como a un desocupado, como a un niño de la calle con hambre y sin escuela, como a un viejo abandonado y enfermo o como a una madre que no tiene qué darle de comer a sus hijos. Y ahora nos quieren convencer de que un tratado de libre comercio con los Estados Unidos nos "es favorable". Mientras tanto estamos seguros de que otro cambio es posible, por eso seguimos luchando y exigiendo una sociedad con justicia social. Solo organizados y movilizados lograremos nuestros objetivos (VERA, 2006).

No ato do 1º de maio de 2006, com a participação das massas e dos dirigentes dos trabalhadores, os discursos da FUCVAM e dos aposentados agrupados na ONAJPU (Organización de Jubilados y Pensionistas del Uruguay) criticaram duramente o projeto de reforma tributária do governo de Vazquez.

O Boletim Informativo da Rede Solidária da Esquerda Radical: Agenda Radical inclui a FUCVAM entre as organizações que tomaram uma atitude mais radicalizada contra o governo:

El inicio de una reorganización de las fuerzas clasistas

Las corrientes clasistas y combativas en el acto tuvieron, por primera vez en años, una participación visible y coordinada. Es el resultado de una acumulación de experiencias de luchas, de trabajo solidario con los compañeros presos y procesados con las huelgas y ocupaciones. Expresa, por otra parte, los acuerdos alcanzados las formas de organización y de lucha y sobre el programa a levantar. Este es uno de los poco hechos estimulantes del 1º de Mayo.

En todo caso, el hecho tuvo una siembra previa, de varios meses. Que fue fortaleciéndose en los días previos al 1º de Mayo: en la marcha de FUCVAM; en la jornada de solidaridad con los cañeros en el Teatro de Verano, donde en una acción unitaria se congregaron más de 3 mil compañeros; En los plenarios de coordinación de la 'tendencia' que culminaron con la constitución del Encuentro de Agrupaciones y Militantes Sindicales Clasistas y en la edición de un periódico Un Lugar de Lucha (AGENDA RADICAL, 2006).

O alvo de ataques da FUCVAM é o Ministério da Economia. Segundo a Federação, a política econômica delineada pelo Ministro Danilo Astori prioriza os interesses do capital financeiro internacional e posterga o atendimento das necessidades habitacionais da população. O Ministério da Economia antecipou o pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional e adiou a devolução de vinte milhões de dólares que o governo anterior desviou do Fundo de Habitação. O movimento cooperativo, em conjunto com outras organizações sociais, elaborou um Plano de Habitação para negociar com o governo. Também questionou a reforma tributária projetada pelo Ministro Astori.

Em maio de 2006, uma marcha de 80 cooperativistas atravessou o país para concentrar-se frente ao Ministério de Economia, onde foi aguardada por 10.000 cooperativistas. Em 12 de julho, houve uma tentativa frustrada de ocupar o Ministério de Economia.

Os ataques da FUCVAM são contra os ministérios da Economia e da Habitação. Esses ministérios são controlados pelos setores “Asamblea Uruguay” e “Vertiente Artiguista” considerados como de centro. Por isso, compreendemos que os ataques da FUCVAM não se generalizam ao conjunto da Frente Ampla. Outros pontos se somam às reivindicações: segundo a Federação, esses Ministérios não honraram acordos em que o governo tinha se comprometido a não cobrar os chamados “*colgamentos*” que eram parcelas extras que a ditadura militar cobrava dos cooperativistas que já tinham quitado suas moradias; também reclama que o acordo para o plano quinquenal era a construção de 45.000 casas e não 16.000 como o Ministério planejou (UBAL: 2006).

Gradativamente o movimento foi se desiludindo com os rumos da Frente Ampla. No editorial do jornal cooperativo *El Solidario*, de 31 de agosto de 2006, encontramos a seguinte matéria:

En política las cosas tienen su grado de complejidad pero también de sencillez. Puede sonar duro si uno dijera que el Frente Amplio vino a completar el programa de los partidos tradicionales, pero indudablemente algo de ello hay. El horcón del medio sigue siendo la política económica (EL SOLIDARIO, 2006).

Depois de terem ocupado o Ministério da Habitação conseguiu um calendário de créditos para o movimento. O ponto culminante das mobilizações foi a ocupação de terras públicas em novembro de 2006 no Bairro Peñarol. Lembremos

que, para o movimento cooperativo, a ocupação de terras constitui uma das medidas de força mais extremas. Essa medida de ocupação terminou em 5 de dezembro pelo acordo com a prefeitura de Montevideu, quando disponibilizou 12 terrenos para o movimento.

Em janeiro de 2007, entrevistamos os integrantes da COVIJOR (Cooperativa de Viviendas Jóvenes Reciclar), uma das cooperativas que ocuparam o terreno da estatal AFE (Administración de Ferrocarriles del Estado) em novembro de 2006. Esta cooperativa é integrada, principalmente, por jovens e se encontra nas primeiras fases de formação. Segundo Sebastián González,¹⁰ desde que a Frente Ampla assumiu o governo de Montevideu, em 1990, disponibilizou, para as cooperativas, terrenos e até edifícios em zonas centrais para serem reciclados. O problema é que atualmente a Frente Ampla, inclusive o governo nacional, obstaculiza o acesso à terra para evitar a formação de novos grupos de cooperativistas que, em breve, estariam em condições de solicitar financiamentos. A falta de previsão orçamentária para o Plano de Habitação provocaria conflitos em datas próximas às eleições de 2009 e, conseqüentemente, poderia comprometer o desempenho eleitoral da Frente.

Podemos observar que o conflito se dá em torno da demanda por recursos públicos, ou seja, pela distribuição do excedente que o Estado administra. O setor do mercado imobiliário pressiona o governo para que os investimentos do Banco Hipotecário beneficiem as empresas construtoras privadas e os clientes com melhor capacidade de poupança. A FUCVAM reclama o cumprimento da Lei 13.728 de 1968, que destina investimentos do Plano Nacional de Habitação para o sistema de cooperativas por ajuda mútua.

Nos 10 anos em que o governo de Montevideu foi da Frente Ampla e o governo Nacional foi dos partidos tradicionais, facilitar terrenos para o movimento cooperativo beneficiava politicamente a Frente. As cooperativas que possuíam terrenos iniciavam mobilizações contra o governo nacional na busca de financiamentos públicos. Agora a situação mudou e as cooperativas com terreno e estatutos aprovados entram em conflito com o governo da Frente Ampla. Dessa forma se explica o interesse do governo em obstruir o acesso à terra.

¹⁰ Sebastián González é presidente da COVIJOR, entrevistado por mim em Montevideu, a 4 de janeiro de 2007.

No jornal *El Solidario*, de dezembro de 2006, a Direção Nacional da FUCVAM adiantou qual seria a nova estratégia da Federação para 2007. O documento intitulado *El rumbo de los cambios y la participación* conclui que as transformações sociais não podem vir apenas do sistema político. Portanto, faz-se necessário o reforço da mobilização popular. O documento também adverte sobre os riscos do sistema político de seduzir os movimentos sociais para submetê-los aos interesses das classes dominantes:

Además de los conflictos de intereses de clase está la cuestión vinculada al hecho de que el sistema político sufre la “seducción” inherente a su voluntad de poder, de cooptar, ganar para sí a las organizaciones sociales, mediatizando su accionar en función de los intereses políticos del núcleo en el poder (FUCVAM, 2006).

O governo respondeu às ocupações de terra com a criação de um novo delito que pune a ocupação de imóveis. A lei 18116, de 10 de abril de 2007, substituiu o artigo 354 do código penal:

ARTÍCULO 354. (Usurpación).- Será castigado con tres meses de prisión a tres años de penitenciaría:

1. El que, con fines de apoderamiento o de ilícito aprovechamiento, ocupare en forma arbitraria, parcial o totalmente el inmueble ajeno.
2. El que, con fines de apoderamiento o de ilícito aprovechamiento, remueve o altera los mojones que determinan los límites de un inmueble.
3. El que, con fines de apoderamiento o de ilícito aprovechamiento, desvíe el curso de las aguas públicas o privadas.

Constituye una circunstancia agravante, el hecho de que la usurpación se cometa en inmuebles ubicados en zonas balnearias, delimitadas por los respectivos Gobiernos Departamentales.

Este delito será perseguible de oficio o a instancia de parte, en cuyo caso la denuncia podrá ser presentada por cualquier persona y en cualquier momento (REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY: 2007).

Aparece aqui a criminalização dos movimentos sociais, algo semelhante ao que ocorre em outros países da América Latina, como o Brasil.

Essa lei foi fonte de novos conflitos entre a Federação e o governo. Para a Federação, o que se penaliza é a pobreza e a necessidade. Promete mobilizações para reverter essa lei, mas o principal alvo de críticas ainda é a política econômica da Frente Ampla que posterga a questão da moradia. Segundo o

secretário da FUCVAM, Daniel De Souza, em artigo publicado no Jornal *La República*, deveria penalizar-se a política econômica do governo de Tabaré Vázquez:

"Criminaliza y penaliza la necesidad de un techo, cuando en realidad lo que se debe criminalizar es la falta de inversión en viviendas en nuestro país durante más de dos décadas. El Fondo Nacional de Vivienda, en la época de la dictadura, se destinó a construir en Punta del Este, en Pocitos y en las zonas donde viven las clases altas. Nosotros pedimos que el propio Presidente derogara esta ley, pero finalmente la firmó", dijo De Souza (LA REPUBLICA, 2007).

Na mesma matéria, o secretário De Souza (*apud* La República, 2007), denuncia que essa lei foi criada para tranquilizar os especuladores imobiliários do sofisticado balneário de *Punta del Este*. O Ministro da Habitação se manifestou contrário à penalização por ocupação de imóveis, mas, todos os parlamentares da Frente Ampla votaram a favor da lei, isso demonstra que, dependendo da conjuntura política e da correlação de forças no interior do bloco no poder, diminui a autonomia relativa do Estado.

3.8.4 Terceira etapa: críticas e mobilizações contra a Frente Ampla

Durante o ano de 2007, a política econômica passou a ser cada vez mais criticada pela FUCVAM. As mobilizações são dirigidas contra o governo e retoma a idéia de formar uma Grande Frente Social:

La situación planteada, que como gusta decir a un compañero, no es de tiempo sino de brújula amerita seguir pensando en grande. Esto es trabajar para que el movimiento popular, con amplitud y sabiendo que estamos en el 2007, se reúna en una suerte de congreso del pueblo y pueda sintetizar y delinear estrategias. En lo inmediato, Federación seguirá batallando -usando todos sus métodos para revertir la política habitacional -hija de la económica- que es un enorme palo en la rueda. Revertir lo más grosso, la política económica, requiere del esfuerzo de nuestra Federación y de otros actores afectados. Nuestra independencia política nos da el marco propicio para tal esfuerzo (RODRIGUEZ, 2007).

A citação assinala a “independência” política do movimento. Como vimos a organização política do movimento cooperativo foi estruturada com base nos princípios de: livre adesão, democracia, solidariedade, responsabilidade,

autodisciplina e participação. Formalmente a FUCVAM não está vinculada a nenhum partido político ou sindicato e é independente do Estado.

De acordo com os estatutos da FUCVAM, para garantir a participação, a democracia e a independência está estruturada em cinco órgãos: a Assembléia Geral, Conselho Diretivo, Comissão de Fomento, Comissão Fiscal e Comissão Eleitoral.

A Assembléia Geral é o órgão máximo e nela cada família tem um voto. O Conselho Diretivo desempenha tarefas de direção e execução e é integrado por cinco ou sete membros eleitos pela assembléia: presidente, secretário, tesoureiro, entre outros. A comissão Fiscal desenvolve tarefas administrativas e financeiras. A comissão Eleitoral organiza as eleições. A comissão de Fomento organiza atividades de integração e promoção e externamente se encarrega das relações com a comunidade.

A eleição das lideranças nacionais se faz em duas fases: na primeira, se elegem representantes por cooperativas e; na segunda, é na Assembléia Nacional onde cada cooperativa participa com até cinco representantes segundo o número de seus integrantes. Nessa assembléia elegem-se as lideranças nacionais em forma individual e não por listas. Tanto os diretores das cooperativas quanto as lideranças nacionais não podem ser reeleitos.

Todos estes mecanismos foram desenvolvidos para manter a autonomia política da federação e evitar que a Federação possa ser controlada por outra organização social:

En este sentido, un representante cooperativista señaló como ventaja de estos procedimientos, la imposibilidad de que el movimiento pueda ser hegemonizado o subsumido a la lógica de acción de otras organizaciones sociales o políticas, destacando asimismo que la existencia “[...] de compañero identificados con alguna fracción política, como lo han sido los socialistas en cargo de dirección, no quiere decir que los socialistas hayan hegemonizado a la organización, sino que desde el inicio hay compañeros muy conocidos, líderes naturales, que la gente los apoya [...] por lo que han sido para el movimiento”. (Entrevistas a representante del movimiento cooperativo, 1989) (MIDALGIA, 1992, p. 89).

Em princípio, não há subordinação orgânica da FUCVAM à Frente Ampla, mas não podemos negar a existência de vínculos pessoais entre a Frente Ampla e militantes do movimento cooperativo por ajuda mútua. Na formação da

Frente Ampla, assim como na formação da FUCVAM, participaram ativamente figuras originárias do movimento sindical. Em geral, todos os movimentos de esquerda no Uruguai apresentam fortes vínculos de irmandade.

No governo da Frente Ampla participa um ex-presidente da FUCVAM, Fernando Nopisht, que atualmente é vice-presidente da companhia de água estatal OSE (Obras Sanitarias del Estado), também participam vários cooperativistas que nunca ocuparam cargos de direção na Federação: Ministro de Trabalho, Eduardo Bonomi, Ministro de Turismo, Hector Lezcano, Diretor Nacional de Esportes, Fernando Cáceres, Diretor Nacional de Saúde Pública, Jorge Basso, e a Subsecretaria de Desenvolvimento Social, Ana Olivera.

Segundo Raúl Zibechi, a FUCVAM está em conflito com o governo da Frente Ampla porque penaliza a ocupação de imóveis e obstaculiza os empréstimos:

Luego de casi cuatro décadas luchando por la tierra urbana y por la construcción de sus casas, las cooperativas de viviendas por ayuda mútua se enfrentan al gobierno progresista del presidente uruguayo Tabaré Vázquez porque criminaliza las ocupaciones y pone trabas a los préstamos (ZIBECHI, 2007).

Por sua vez, as críticas da FUCVAM apontam para a política global do governo:

Las relaciones entre los cooperativistas y el Ministerio de Vivienda no son buenas, pero están destinadas a empeorar. Por un lado, la derecha presiona en el parlamento. Las críticas de FUCVAM apuntan a política global del gobierno. Sienten que la vivienda no está entre las prioridades del gobierno.

"Qué casualidad que nunca hubo problema con la cartera de tierras y en los dos años que tenemos gobierno de izquierda tuvimos que ocupar para poder tener tierras", apunta de Souza. Desde 1989 no realizaban ocupaciones. Sienten que con la nueva legislación no podrán ocupar tierras y el acceso a los préstamos para la construcción serán cada vez más lentos (ZIBECHI, 2007).

Até 2006, a FUCVAM centrava suas críticas em alguns setores que integravam a Frente Ampla, mas em 2007 elas são direcionadas ao governo sem poupar nenhum setor. Em relação às pressões sobre o parlamento, elas são mais amplas, basta pensar que os próprios legisladores da Frente são os que votaram a penalização da ocupação de terra. Existe toda uma pressão combinada de fatores

políticos, econômicos e ideológicos, difíceis de separar um do outro.

A política habitacional se encontra subordinada à política econômica e na elaboração de planos e diretrizes participam tanto o Ministério da Habitação quanto o Ministério da Economia e o seu subordinado Banco Hipotecário. A distribuição dos ministérios e cargos nas empresas públicas, durante o governo de Tabaré Vázquez, obedeceu ao critério de quota política, entre todos os setores que integram a Frente Ampla. O Ministério da Economia ficou para o setor denominado *Asamblea Uruguay* liderado pelo atual ministro Danilo Astori. Este setor sempre assumiu posições de centro e recebeu muitas críticas por parte dos setores de esquerda. O Ministério da Habitação ficou com o setor denominado *Vertiente Artiguista*, liderado pelo atual ministro Mariano Arana, prefeito de Montevideu por 10 anos e manteve, desde a prefeitura, bom relacionamento com o movimento cooperativo.

Segundo Javier Vidal da FUCVAM,¹¹ essa distribuição de ministérios entre as forças que integram a Frente é um dos fatores que provocaram desmobilização dentro do partido. Tradicionalmente as decisões políticas dentro da Frente Ampla eram tomadas dentro da chamada *Mesa Política* que é um organismo integrado por representantes de todas as forças que integram a Frente. Os candidatos a integrantes da *Mesa Política* devem ser propostos por um comitê de base e passar por múltiplas instâncias intermediárias antes de serem eleitos. Além disso, a *Mesa* devia consultar as bases antes de tomar algumas decisões consideradas importantes. Os informes e consultas aos comitês eram permanentes. A partir do momento em que as decisões da Frente começaram a ser tomadas pelo Conselho de Ministros, as bases se sentiram inoperantes e impotentes de influenciar nas decisões do governo. Em outras palavras, o governo nacional é exercido pelas lideranças da Frente e não pelo partido.

Essa situação, segundo Alfredo Falero,¹² gerou três tipos de reações entre os setores de esquerda: um grupo que apóia totalmente as decisões do governo, outro que critica, mas não deslegitima, e um terceiro setor que está em total oposição. Consultado sobre em qual dessas posições se encontra a FUCVAM,

¹¹ Conforme explicitamos anteriormente, foi entrevistado por mim em Montevideu, a 01 de novembro de 2007.

¹² Alfredo Falero, professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República, foi

em sua avaliação ela se encontra entre os que criticam mas não deslegitima a Frente Ampla.

Segundo ainda Javier Vidal, existe uma divisão entre as lideranças do movimento e as massas. As lideranças estão numa posição radical contra o governo, pois avaliam que traiu os interesses populares. As massas estão em compasso de espera porque percebem melhoria com o governo da Frente Ampla. Dessa forma, ele explica a diminuição da participação dos cooperativistas nas mobilizações contra o governo. Para ele, essa divisão entre massas e lideranças deverá se solucionar nas próximas eleições internas da Federação.

Em geral, todos tentam poupar de críticas o presidente Tabaré Vázquez que, embora seja de origem socialista, tem mantido posições “neutras” com todas as forças da Frente.

Como nenhum movimento social se compõe apenas por lideranças, é preciso estender as nossas análises aos militantes ou às pessoas mais simples, de base.

Os moradores dos bairros cooperativos confirmam as observações de Vidal, em geral acham que a diretoria da Federação está numa posição radical contra o governo, mas nos bairros há muito *quietismo*.

A ideologia neoliberal avança nos bairros cooperativos e em toda a sociedade uruguaia. Em alguns bairros, a influência vem da vizinhança, especificamente naqueles que estão situados em regiões de classe média. Sem pretender desviar o foco de atenção, achamos conveniente analisar o conflito ideológico gerado nos bairros cooperativos onde antigos cooperativistas cederam seus direitos para novos moradores.

Dentro das cooperativas, cada vez mais aparecem os chamados cooperativistas *novos*: são aqueles que não participaram das etapas de formação da cooperativa e da construção do bairro. Quando um cooperativista muda de cidade ou de país, a cooperativa compra a parte dele e vende para outra família que está na lista de espera. Não poderíamos falar que há discriminação para com os *novos*; embora não negamos que há dificuldades de integração deles com os velhos.

Em Janeiro de 2006, reunimos um grupo de cooperativistas para

falar sobre os *novos*, no bairro *3 de Abril*, onde participaram cinco cooperativistas e reproduzimos dois depoimentos a título de ilustração do que estamos afirmando.¹³

Yo no sé la diferencia o el contraste que hay con los nuevos y los viejos pero mi punto de vista es que cuando llegan los nuevos vienen sin experiencia de nada porque, lamentablemente, habría que preparar a la gente de los que es una cooperativa y sobre todo una cooperativa de ayuda mútua como ésta pero no se prepara. La gente entra y yo no sé ni si saben que las casas no son de ellos (Morador 1).

Hay nuevos y nuevos, por ejemplo hay nuevos que hace 20 años que viven en el barrio. Les decimos nuevos porque tenemos identidad de los fundadores (Morador 2).

De fato, há muita mais consciência de classe entre os cooperativistas que participaram de todas as etapas de formação da cooperativa. A luta pela terra, pelos estatutos e pelo crédito se tornam uma escola de política e de consciência de classe. Os cooperativistas que compram a casa, sem passar por todas as etapas mantêm uma visão comercial do negócio da compra de imóveis.

Na ilustração 8, mostramos o monumento que foi construído na praça central do Bairro Três de Abril. Trata-se de um carrinho da construção. Sem pretender aprofundar nas interpretações antropológicas desse monumento, as intenções dos moradores foram homenagear os fundadores do bairro, ou seja, eles próprios. Esse monumento se complementa com uma placa, exibida na ilustração 9, com os nomes das seis cooperativas que fundaram o bairro e uma haste para a bandeira da cooperativa nos casos de morte ou homenagens aos companheiros.

Não vimos símbolos religiosos em nenhum dos espaços públicos do Bairro 3 de Abril, aliás, mais do que isso, não há templo religioso. O outro monumento que presenciamos se situa na entrada do bairro e se trata de uma reprodução de Artigas, líder revolucionário que encabeçou movimento de independência com características populares na década de 1810 e que mencionamos no capítulo I. A presença de símbolos, que representam aos trabalhadores e a “ausência” de representações da ideologia burguesa, indicam que primou a ideologia da classe trabalhadora entre os velhos fundadores, hoje todos

¹³ Juan Araujo (66), Jesus Coitiño (65), Maura González (77), Walter Suarez (74), Hector Villagmarín (76), aposentados e fundadores do bairro Três de Abril, foram entrevistados por mim, em Montevideu, em 4 de janeiro de 2006.

aposentados e na faixa dos 70 anos de idade.



Ilustração 8 – Monumento na Praça Central do Bairro Três de Abril

Foto: Gustavo

Cabrera (3 jan. 2006)



Ilustração 9 – Placa na Praça Central do Bairro Três de Abril

Foto: Gustavo Cabrera (3 jan.2006)

O número de *novos* aumenta nos bairros cooperativos. Muitos cooperativistas optaram pela migração para o exterior na busca de novas oportunidades e, em seu lugar, o bairro cooperativo foi ocupado pelos *novos*. Na publicação da FUCVAM, *El Solidário*, de novembro de 2004, uma matéria aborda o tema e recomenda ter paciência e uma atitude pedagógica para com os *novos*:

Hoy en día la sociedad uruguaya vive un peligroso desclase y eso se refleja socialmente en todos lados y también en nuestras cooperativas, llegando en algunos casos a confundir al grupo. Por supuesto que esta confusión no es cosa buena, pero sólo la práctica de la orgánica permite llegar al equilibrio justo.

Es absolutamente necesario que nuestros dirigentes demuestren mayor "paciencia pedagógica", como decía uno de los maestros, para con los socios nuevos, porque sólo así podrán crecer y participar realmente. Ese es el verdadero significado de esta "democracia directa" que tenemos la posibilidad de ejercer (ROCHA: 2004).

De acordo com Daniel Umpierrez, morador do bairro cooperativo Zona 3, nas assembléias há muita participação e percebe-se que há consciência de classe proletária. Para ele, o problema são os *novos*, considerados mais individualistas:

Pero a nivel político trasvasa toda una mirada de clase proletaria en sí. El tema es que hay mucha gente nueva que tiene una lógica más individualista, más de acuerdo a lo que vos ves en el común de la gente.¹⁴

Umpierrez relata um caso, que ele acha paradigmático, de uma extensa assembléia que começou três horas da tarde e acabou à meia-noite. Neste dia discutiu-se a expulsão de uma família inadimplente, mas com provada trajetória e espírito cooperativista. Mas o que primou foi o critério economicista e a família foi despejada da cooperativa por falta de pagamento. Os defensores do cooperativista eram partidários da flexibilidade dos regulamentos e os contrários exigiam o cumprimento restrito dos estatutos. Atualmente discute-se a reforma dos estatutos para adaptá-los à nova realidade:

Lo que se demanda actualmente, es modificar el reglamento para adecuarlo a la realidad actual. ¿Cuál es la realidad actual? La inserción de personas nuevas que tienen otras actitudes de contexto. Incluso casos de hijos de cooperativistas que tienen esa lógica individualista a pesar de que siempre vivieron acá y los padres no tenían esa lógica (Daniel Umpierrez, 02/11/2007).

¹⁴ Daniel Umpierrez (39), sociólogo, foi entrevistado por mim, em Montevideu, a 2 de novembro de 2007.

Na realidade, os *novos* são os *outros*, os que não são desse universo de referência; os *de fora*, que “invadem” o bairro cooperativo. Acontece que dentro do bairro cooperativo a diferença ideológica entre o grupo fundador e os *novos* é maior que em outros bairros porque os que participaram no processo de luta e construção da casa experimentaram graus elevados de consciência de classe e de desenvolvimento de valores alternativos aos dominantes como, por exemplo, a solidariedade. A ilustração 10 mostra a solidariedade com uma moradora acidentada no bairro Três de Abril:



Ilustração 10 – Solidariedade com uma vizinha acidentada em Bairro Três de Abril

Foto: Gustavo Cabrera (03/01/2006)

De acordo com a percepção de Umpierrez, os enfrentamentos da FUCVAM são com o Ministro da Economia, Astori, que trata mal os dirigentes da Federação, mas o presidente Vázquez tenta preservar sua imagem. Ele compreende que a Frente, quando chegou ao governo, adotou uma atitude mais pragmática, e acha que muitas pessoas votaram nela porque esperavam esse comportamento, até mesmo dentro da cooperativa:

La izquierda cuando llega al gobierno intenta ser más pragmática, al vincularse con el contexto de otra forma que podrás compartir o no pero es muy similar al que existía antes. Hay gente que votó a la izquierda que comparte eso, mismo dentro de la cooperativa (Javier Umpierrez, 02/11/2007).

Quando perguntado sobre o posicionamento das lideranças da FUCVAM, ele considera que estão dentro de uma posição radicalizada, mas que por trás do discurso de autonomia política há relação dos dirigentes de FUCVAM com os partidos da esquerda radical:

Por un lado está el discurso que no, que FUCVAM es independiente de todo poder político y de los grupos políticos. Ahora, hay una relación entre los dirigentes de FUCVAM, los dirigentes de la cooperativa, con los partidos de izquierda radical por un tema de afinidad (Javier Umpierrez, 02/11/2007).

Esta citação confirma a questão da luta ideológica dentro dos bairros cooperativos e também situa as lideranças da FUCVAM entre os setores de oposição radicalizada ao governo da Frente Ampla. A análise de um movimento social implica considerar simultaneamente múltiplos aspectos. Por um lado, os estatutos criaram um organograma que impede a subordinação da Federação a qualquer outra organização coletiva. Por outro, os integrantes mantêm fortes vínculos com os partidos de esquerda e o movimento sindical. Em princípio, as lideranças atuais da FUCVAM mantêm maior afinidade com os partidos de esquerda radical e propõem radicalizar a oposição à Frente Ampla. Dentro dos bairros cooperativos existem, cada vez mais, moradores que não são militantes do movimento cooperativo e, dentre os que são militantes, há uma maioria que tem afinidade com a Frente Ampla. O movimento social não funciona simplesmente a partir das lideranças. A força do movimento está na militância. A direção que toma a FUCVAM é determinada pela correlação de forças entre os seus integrantes. Dessa forma, as lideranças não conseguem subordinar o movimento aos interesses de seus partidos radicais nem a Frente Ampla consegue alinhar ao movimento cooperativo aos interesses da burguesia.

O problema maior do movimento é o avanço da ideologia neoliberal dentro das suas fileiras. Esta questão está presente em toda a sociedade uruguaia, e forma parte da estratégia de dominação da classe hegemônica.

Algumas atitudes do governo reforçam o sentimento conformista de setores da população. A tímida recuperação da economia produzida pela austera administração de Tabaré Vázquez, permitiu melhorias econômicas para as classes populares. Os Conselhos de Salários, que eram mecanismos de diálogo social típicos do período *neobatllista*, voltaram a funcionar durante o governo atual. Isso

provocou que amplos setores da população ficassem num posicionamento de prudência, com a esperança de que, finalmente, o Uruguai volte a ser um país de classes médias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa hipótese inicial pretendia demonstrar que há dentro da FUCVAM algumas dinâmicas de funcionamento que lhe permitem certo grau de autonomia em relação à Frente Ampla. Considerávamos que o estudo de um movimento social deve ser abordado na complexidade das relações sociais que nele se produzem, especialmente levando-se em conta as classes em luta. Depois de observar os antecedentes históricos da FUCVAM e da Frente Ampla, não podemos negar a existência de fortes vínculos pessoais entre as duas organizações coletivas, ou seja, vários membros militam nas duas organizações.

Identificamos alguns elementos que interferem na autonomia do movimento. Ao mesmo tempo em que a estrutura organizativa da Federação pretende reservar para as bases uma considerável porção de poder decisório com a intenção de evitar a cooptação política do movimento, os vínculos pessoais dos militantes e lideranças com as diferentes forças políticas de esquerda geram alguns antagonismos.

A dinâmica de relacionamento desses vínculos pessoais exerce pressão em dois sentidos. Por um lado, está um grupo identificado com as lideranças que sentem afinidade com uma esquerda mais radical e puxam para um rompimento entre a Federação e o governo. Esse grupo é minoria nas bases e maioria na cúpula do movimento. Por outro lado, dentro da militância existe uma maioria satisfeita, pelo menos até o momento, com o desempenho da Frente Ampla e disposta a continuar apoiando-a. Dentro dos bairros avança a ideologia neoliberal, mas o comportamento da FUCVAM se movimenta para uma posição um pouco mais radical contra as políticas econômicas do governo. De qualquer forma, essa oposição, não ultrapassa determinados limites e não deslegitima a Frente Ampla.

A estrutura organizativa que, como dissemos, tem o intuito de preservar a autonomia do movimento, não conseguiu impedir plenamente que isso acontecesse. A presença de um grande número de militantes ou simpatizantes da Frente Ampla dentro das bases da Federação opera como um contrapeso aos ímpetus oposicionistas das lideranças do movimento. Sabedores das dificuldades de envolver as bases em mobilizações mais radicais contra o governo da Frente Ampla, essas lideranças não arriscam uma ruptura definitiva e suas reivindicações e

críticas se limitam a certos aspetos da condução econômica. Apesar desse contrapeso, os discursos e as medidas de lutas do movimento seguem um caminho cada vez mais radicalizado contra o governo da Frente, o que poderia indicar que não se trata de uma simples correia de transmissão, como alguns advogam. A questão, portanto, é bastante complexa, depende da correlação de forças em determinadas conjunturas.

Tradicionalmente a atividade política no Uruguai foi centralizada nos partidos políticos e foi inibida qualquer outra forma de participação. A posição que hoje ocupa a Frente Ampla no cenário político-partidário do país, grande herdeira do papel desempenhado pelos antigos partidos tradicionais, a coloca como gestora dos interesses burgueses enquanto administradora do Estado e seu principal papel político-ideológico é, assim como já fez o partido *Colorado*, conquistar o apoio dos trabalhadores. Isso não quer dizer que as organizações sociais populares, como a FUCVAM, foram também cooptadas pela burguesia.

A autonomia político-ideológica reivindicada pela FUCVAM, desde sua fundação, tem que ser relativizada. Deve-se ter em conta que este processo está aberto, sujeito à correlação de forças das classes em luta, tanto no interior do bloco no poder, como fora dele, podendo levá-la a adotar um comportamento político-ideológico que ultrapassa qualquer previsão nos limites deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AGENDA RADICAL. Construir una Oposición de Izquierda, Clasista y Revolucionaria. *Agenda Radical, boletín informativo de la Red Solidária de la Izquierda Radical*. Montevideú 2006. Disponível em: www.listas.chasque.net/pipermail/boletin-prensa/2006-May/000452.html Acesso em: 20 mar. 2007.

BARRAN, José. *HISTORIA URUGUAYA: Apogeo del Uruguay Pastoril y Caudillesco 1838 – 1875*. Buenos Aires: Ediciones Banda Oriental, 1998.

BERTULLO, et al. *El Cooperativismo en Uruguay*. Montevideú, Udelar, 2003. Disponível em: <www.rau.edu.uy/sui/publicaciones/algunosTemas/doc_tr22.pdf> Acesso em: 02 fev. 2007.

BOITO Jr, Armando. Neoliberalismo e relações de classes no Brasil, revista *Idéias*, Unicamp, Nº 9 p.13-48. Campinas, 2002.

CASTELLANOS, Alfredo. *HISTORIA URUGUAYA: La Cisplatina La Independencia y La República Caudillesca*. Buenos Aires, Ediciones Banda Oriental 1998.

CEPAL. *La Política Habitacional Chilena: Evaluaciones y Desafíos Futuros*. Santiago, Cepal 2005. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/prensa/noticias/discursossecretaria/9/23179/politicahabitacionalchilenanov22.pdf>> Acesso em: 10 mai. de 2008.

CHAVEZ e VIDAL. *Mujeres en Obra: la participación de las mujeres en las cooperativas de vivienda por ayuda mutua*. Montevideú, Centro de Formación Cooperativa – FUCVAM: 1996.

DIARIO OFICIAL. *Ley 16696 Banco Central: Carta Orgánica*. Montevideú, Diário Oficial 17 de abril: 1995.

EL SOLIDARIO. *El Tratado Bilateral de Inversiones. El Solidario, publicación mensual de FUCVAM*. Montevideú, nov. 2005.

_____. *Caen las Máscaras: fin de una ilusión. El Solidario publicación mensual de FUCVAM*, Montevideú, agst.2006.

ENGELS, Friederich. *A Questão da Habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora 1979.

FALERO, Alfredo. El Neoliberalismo como Patrón de Poder Regional: transformaciones sociales y poder simbólico. In MAZZEI, Enrique (org.). *El Uruguay desde la Sociología III: 3era. Reunión de Investigadores del Departamento de Sociología. Las Brujas 2004*(p.223-240). Montevidéo. FCS: 2004a.

_____. Sociedad Civil y Construcción de Nueva Subjetividad Social en Uruguay: Condicionamientos, Conflicto, Desafíos in SEOANE, José (org.) *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004b.

FAROPPA, Luís. *Temas del Siglo XX. Políticas para una Economía Desequilibrada: Uruguay 1958 – 1981*. Montevidéo: Banda Oriental, 1983.

FIGOLI, Mario. Balance y Perspectiva. *El Solidario, publicación mensual de FUCVAM*. Montevidéo, jan. 2006.

FRENTE AMPLIO. *Estatuto del Frente Amplio*. Montevidéo, Frente Amplio, 1994. Disponible em: <www.frenteamplio.org.uy/estatutos>. Acceso em: 26 jun. 2007.

FUCVAM. *Declaração de Princípios*. Montevidéo, FUCVAM, 1999. Disponible em <www.fucvam.org.uy> Acceso em: 30 agt. 2006.

_____. El rumbo de los cambios y la participación. *El Solidario, publicación mensual de FUCVAM*, Montevidéo, dez. 2006.

GAMBINA, Julio. Las Cooperativas Luego de la Ola Neoliberal. In *Globalización Comisión Cooperativismo 2007*. Buenos Aires, CLACSO, 2007. Disponible em <www.clacso.org.ar/.../globalizacion-comision-cooperativismo-2007>. Acceso em: 30 jul. 2007.

GONZÁLEZ, Gustavo. ¿Y La Exportación de Ñandú? *Jornal La República*. Montevidéo, 1º de agosto de 2000a.

_____. Por un Frente Social, No Perdamos Tiempo. *Jornal La República*, Montevidéo, 7 de agosto de 2000b.

_____. ¿Qué Razón Hay para Oponerse? Jornal *La República*, Montevidéo, 23 de agosto de 2000c.

_____. Globalizar la Solidaridad. Jornal *La República*, Montevidéo, 5 de setembro de 2000d.

_____. De Foros Distintos. Jornal *La República*, Montevidéo, 10 de janeiro de 2001a.

_____. De Todos los Rincones Oponerse. Jornal *La República*, Montevidéo, 18 de agosto de 2001b.

GONZALEZ ,G.e VIDAL, J. *A la Luz del Dia. La rebelión de los sin tierra urbanos*. Montevidéo: Sagrada Impresiones: 2004.

HARNECKER, Marta. *América Latina La Izquierda Después de Seattle*. Madrid, Siglo XXI, 2001. Disponível em: <www.rebelion.es> Acesso em: 15 fev. 2007.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec,1980.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS: *Cenos 2004*. Montevidéo, INE, 2007. Disponível em <www.ine.gub.uy> Acesso em: 04 Jun. 2007.

_____. *Relevamiento de Asentamientos 2005-2006 Convenio INE – PIAI*. Montevidéo, INE, 2006. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/piai3/presentacion.pdf>> Acesso em: 10 Jan. 2008.

KOWARICK, Lúcio. *A Exploração Urbana 2ª.ed*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana. In *Cidade Povo e Poder 2ª ed*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LA REPÚBLICA. Ley que pena la ocupación ilegal de inmuebles genera controversias, jornal *La República*, Montevidéo, 26 jun. 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política. *In Reforma ou Revolução?* Marxists.org, 2002: Disponível em: <www.marxists.org> Acesso em: 20 jun. 2007.

MACHADO, Eliel. *O Malestar da Democracia no Brasil e na Argentina nos Anos 90: Lutas Sociais na Contramão do Neoliberalismo*. Tese Doutorado defendida em 2004. São Paulo, PUC, 2004.

MALLO, Susana e SERNA, Miguel. Las promesas incumplidas de las reformas estructurales: democracia y exclusión *in* MAZZEI, Enrique (org). *El Uruguay desde la Sociología Integración, desigualdades sociales, trabajo y educación: I Reunión Anual de Investigadores del Departamento de Sociología Las Brujas – 2002* Graphis, Montevidéo, FCS, 2003.

MARX, K. Instruções para os delegados do conselho geral provisório. As diferentes questões. I Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores. In: *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1982a.

_____. Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores. In: *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1982b

_____. *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo. Abril Cultural: 1983.

MARX e ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo. Martin Claret: 2003.

MENDEZ VIVES, Enrique. *Historia Uruguay: El Uruguay de la Modernización 1876 – 1904*. Buenos Aires: Banda Oriental, 1998.

MIDAGLIA, Carmen. *Las Formas de Acción Colectiva en Uruguay*. Montevideo, CIESU: 1992.

MOREIRA, Constanza. Resistencia Política y Ciudadanía: Plebiscitos y Referéndums en el Uruguay de los '90. In *América Latina Hoy*, 36, 2004, pp. 17-45. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2004.

NAHUM, Benjamin. *HISTORIA URUGUAYA: La Época Batllista 1905 – 1929*. Buenos Aires: Banda Oriental, 1998.

_____. Plan Quinquenal de Vivienda 2006 2010. *El Solidário, publicação mensal de FUCVAM*, Montevidéo, out. 2005.

NAHUM, et al. *Historia Uruguay. Crisis Política y Recuperación Económica 1930 – 1958*. Buenos Aires, Banda Oriental, 1998a.

NAHUM, et al. *El Fin del Uruguay Liberal*. Buenos Aires: Banda Oriental, 1998b.

OLIVEIRA, Sebastián. Típico Síntoma de Fin de Año: El Balance... *El Solidario, publicação mensal de FUCVAM*. Montevidéo, dez. 2006.

ONU. *Pela primeira vez a população urbana supera a rural no mundo*. ONU, 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/av/radio/portuguese/story.asp?NewsID=2785>> Acesso em: 30 mai. 2008.

PAGOTTO, Claudete. *Ajuste e Rupturas: cooperativismo e lutas sociais no Brasil Contemporâneo*. Dissertação. São Paulo: PUC, 2003.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: Ouriques e Rampinelli (org.). *No fio da navalha – críticas das reformas neoliberais de FHC, 2ª ed.* São Paulo: Xama, 1997.

PINHEIRO, Jair. Nem teto, nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. In *Revista Lutas Sociais 13/14 1º semestre 2005 (160-171)*. São Paulo: NEILS-PUC, 2005.

PINHO, Diva. *Economia e Cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. *Trabalho e Qualidade de Vida: desafio à sociedade latino-americana*. São Paulo: Ícone, 1988.

POULANTZAS, Nicos. Las Clases Sociales. In: ZENTENO, Raúl (org.) *Las Clases Sociales en América Latina: Problemas de conceptualización (seminário de Mérida, Yuc.)*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1975.

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Constituição (1989, 1994,1996).
Montevideu. Concord: 1997.

_____. Código Penal. Lei 18116, 10 de abril de 2007. Montevideu, 2007. Disponível em: <www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=18116&Anchor>
Acesso em: 6 jan. 2008.

REYES ABADIE, Washington. *Historia Uruguaya: Artigas y el Federalismo em el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Banda Oriental,1998.

RIVOIR, Ana e VEIGA, Danilo. *Desigualdades Sociales y Segregación en Montevideo* 2001. Montevideu, FCS, 2001. Disponível em:
<www.rau.edu.uy/fcs/soc> Acesso em: 30 jul. 2007.

ROCHA, Pedro. Reflexionando sobre nuestro papel en la nueva hora. *El Solidario, publicación mensual de FUCVAM*. Montevideu, nov.2004.

RODRIGUEZ: Darío. Plan de equidad, la vivienda esa grande ausente. *El Solidario publicación mensual de FUCVAM*. Montevideu, abril 2007.

RODRIGUEZ, Juan. El Diálogo Social en Uruguay. In *Poder Económico y Diálogo Social en la Coyuntura Uruguaya de 1990*. Montevideu: Centro Uruguay Independiente,1990.

SEREGNI, Liber. *Discurso en el Primer Acto Público del Frente Amplio el 26 de marzo de 1971*.Montevideu, FA, 1971. Disponível em: <www.ps.org.uy/fa> Acesso em: 26 jun.2007.

STOLOVICH, Luis. Las Dificultades para la Configuración de un Nuevo Bloque de Poder. Uruguay 1990. in RODRÍGUEZ e STOLOVICH, *Poder económico y diálogo social en la coyuntura uruguaya de 1990*. Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1990.

SOUZA, Daniel de. Borrar y Empezar de Nuevo. *El Solidario, publicación mensual de FUCVAM*, Montevideu, mar. 2005.

UBAL, Natalia. *Se frustra el intento de Fucvam de ocupar el Ministerio de Economía*. *La Diária*, jornal, Montevideu 13 de julho de 2006.

VERA, Julio. Sólo Organizados y Movilizados. *El Solidario, publicación mensual de FUCVAM*. Montevidéo, abril 2006.

VIDAL, Javier. El Día Después de Mañana. *El Solidario, publicación mensual de FUCVAM*, Montevidéo, nov. 2004.

ZIBECHI, Raul. *Uruguay de la Hegemonía Cultural a la Hegemonía Política*. Montevidéo, 2004. Disponible em: <<http://www.voltairenet.org/article122984>> Acceso em: 20 mar. 2007.

_____. *Cooperativas de Vivienda de Uruguay: los sin tierra urbanos*. Montevidéo, 2007. Disponible em: <http://es.habitants.org/article/articleview/2101/1/460/> Acceso em: 23 jan. 2008.